

ÍNDICE | 3

EDITORIAL | 3

**REGRAS BÁSICAS PARA PROJETAR COMANDO ADAPTÁVEL E
ESTRUTURAS DE CONTROLE EM OPERAÇÕES CIBERESPACIAIS | 3**

Ten Cel Jeffrey B. Hukill, Ref

O BOMBARDEIRO ESTRATÉGICO E A SUPERIORIDADE AÉREA | 22

Maj Wade S. Karren, USAF

O LADO BENEVOLENTE DO CONFLITO CIBERNÉTICO | 48

Panayotis A. Yannakogeorgos, PhD

**A IMPORTÂNCIA DO PODER AÉREO EM APOIO À GUERRA IRREGULAR
NO AFGANISTÃO | 72**

Comando e Controle Reformulado Ganha a Guerra do Conhecimento

Cel Bernie Willi, USAF

RESENHAS | 106

É com prazer que comunicamos aos leitores que o periódico ASPJ-Português continuará sendo publicado eletronicamente, provavelmente até o final de janeiro de 2013.

Nesta primeira edição eletrônica iniciamos com o artigo do analista chinês, Liao Kai – *O Fator Austrália*. Em raciocínio matemático, delinea as apreensões da China *vis-à-vis* a cooperação da Austrália com os Estados Unidos, permitindo a presença militar norteamericana naquele continente. A China clama soberania sobre quase a totalidade do Mar da China Meridional, contrário aos interesses das nações rivais vizinhas. O Sr Kai delimita o alcance de seu país na região, documentando os motivos. Os EUA consideram a região de alta importância aos seus interesses. O autor indica que a “livre navegação” reivindicada pelos EUA, nada mais significa que “livre espionagem”.

R. Evan Ellis apresenta um esboço do tema da expansão chinesa na América Latina, no *Engajamento Militar China – América Latina*.

Col Stephen Waller *et al* [grupo de especialistas médicos] contribuíram ao próximo capítulo que abrange o tratamento médico militar e civil, em caso de desastre, assistência e Medicina Global.

Mark Ashley abrange o tema da K-War [Guerra baseada em Conhecimento]. Ele busca convencer o leitor de que, atualmente, no campo de batalha centrado em rede [*network-centric battlespace*], vence aquele que não simplesmente ataca e explora os sistemas cibernéticos e de comunicação do inimigo, de forma tática. Deve compreender todo o ambiente da informação. Ganha aquele que utiliza o conhecimento obtido e compreende o ambiente de maneira totalmente adaptável e reativa, a fim de obter a vantagem estratégica.

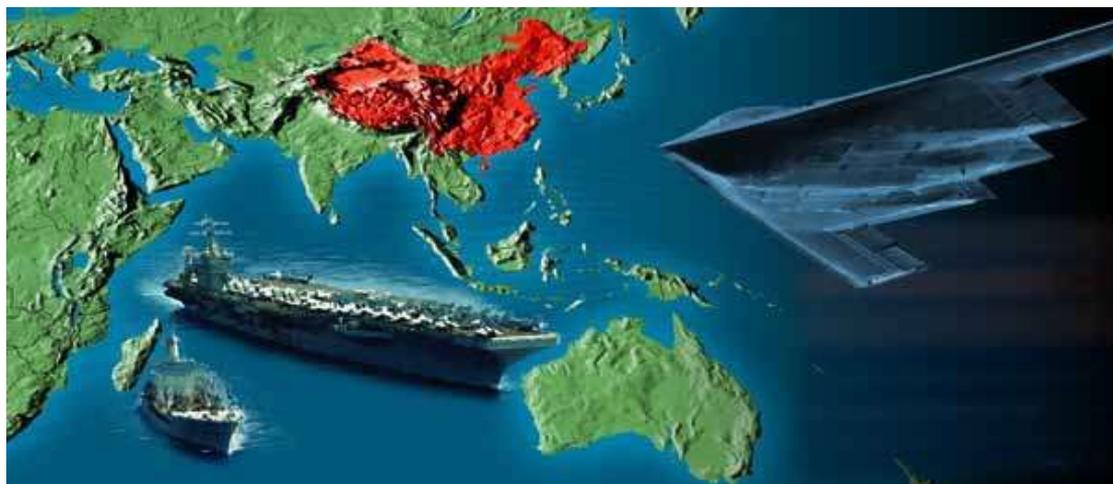
Sovereign Skies foi a operação conjunta sobre os ceus da República Dominicana em combate ao Crime Organizado Transnacional. Esse tipo de atividade exige a participação de grande número de agências governamentais de, no mínimo, dois países. A coordenação deve ser precisa, a sincronia cronometrada. A seleção da *organização-líder* é primordial. O TenCel S. Edward Boxx, em seu artigo, detalha a operação

bem sucedida com a participação de várias plataformas, inclusive oito Super Tucanos A-29. O que fica bem claro é a importância de treinamento conjunto contínuo, a fim de fazer face às situações que exigem pronta reação.

Aguardamos as opiniões dos leitores, referentes à primeira apresentação em forma eletrônica. Sugestões. Críticas. Contribuições.

O Fator Austrália na Estratégia do Pacífico Ocidental

Liao Kai, Analista de Defesa
Instituto de Pesquisa em Defesa *Knowfar*, China



Recentemente, as disputas no Mar da China Meridional [*South China Seas – SCS*] ocuparam o centro do palco. Os Estados Unidos fizeram várias tentativas para influenciar as disputas Sino-Filipinas e Sino-Vietnamitas. Em inúmeras ocasiões, os líderes políticos e militares declararam a intenção de defender os interesses norte-americanos e expandir a esfera de influência no Pacífico Ocidental. Da mesma forma, as Forças Armadas norte-americanas engajaram os aliados asiáticos do Pacífico, inclusive ex-inimigos, em uma série de exercícios militares conjuntos. A China, categoricamente, opõe-se à qualquer tentativa de internacionalizar as disputas *SCS*. Deseja solucioná-las por intermédio de negociações bilaterais. O envolvimento dos EUA, em si, é visto como desafio a seus interesses e interferência em seus assuntos nacionais e internacionais. A Austrália não deixou clara sua posição. No entanto, enviou tropas ao exercício militar conjunto

(EUA e Japão) no Mar da China Meridional. Há pouco tempo, a Austrália permitiu que Força de Fuzileiros Navais norte-americanos permanecesse de forma permanente em uma de suas Bases no Litoral Norte. A probabilidade é que a China interpretará esses eventos como cooperação com os EUA para que consigam *apertar* o “cerco de ilhas”.

Em primeiro lugar, este estudo identifica o cenário estratégico ao redor e além do *SCS*. Logo após, estuda o raciocínio norte-americano por detrás do conceito *Air-Sea Battle*. Passa, então, a entrar em maiores detalhes, a fim de analisar o fator Austrália no jogo *Air-Sea Battle*, bem como as dificuldades que apresentam à China. Finalmente, propomos um curso de ação que a China poderá tomar para tratar da situação em evolução.

Os Interesses da China no Mar Meridional

A fim de calcular como evoluirão as disputas, devemos compreender como a China percebe as mesmas, onde jazem seus interesses e se são de natureza geral ou básica.

Em primeiro lugar, a China declara soberania sobre a maior parte da área *SCS*, inclusive as Ilhas *Nansha* (Spratly). No entanto, essa declaração não é apoiada pelas nações rivais vizinhas. Na verdade, as disputas de soberania existem já há muitos anos. Após a descoberta de enorme reserva de recursos estratégicos pré-sal (e sub-sal) no *SCS*, rapidamente, as disputas tornaram-se voláteis. Em segundo lugar, as Ilhas *Nansha* ladeiam a passagem da China ao Oceano Índico através do Estreito de Málaca. Aqui, a ramificação é dupla: (1) Economicamente, o mercado chinês depende, em grande parte, desta linha marítima. Especificamente, cerca de 50% do petróleo importado pela China é obrigado a passar por Málaca. (2) Estrategicamente, se o conflito entrar em erupção, especialmente se o Estreito de Málaca for bloqueado, a China perderá grande parte do suprimento de energia, bem como exportação mundial, o que, por sua vez, estrangulará seu desenvolvimento. Finalmente, a área *SCS* é um dos elos na denominada “primeira cadeia de

ilhas” que circundam a China. Se não conseguir romper essa cadeia, efetivamente será bloqueada de navegar o Oceano Índico, e além, até o Pacífico Meridional. De acordo com o Washington Post, Dai Bingguo, um dos Conselheiros da China, assinalou a área SCS como de interesse fundamental ao país em sua reunião de maio de 2010 com a Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton.¹ A mídia oficial da China não confirmou a reportagem. Contudo, não há dúvida de que a área SCS afeta os interesses básicos da China. Em outra ocasião, o Almirante Mullen, ex-Chefe do Estado-Maior Conjunto dos Estados Unidos ouviu seu par chinês, o Chefe do Estado-Maior do PLA, Gen Chen Bingde dizer: “A China, juntamente com os países vizinhos, possui a sabedoria e a capacidade de lidar de maneira apropriada com as disputas referente à SCS. Não é necessário que os Estados Unidos se preocupem com isso. Menos com que se preocupar”.² Obviamente, o Gen Chen estava dizendo para os EUA não meterem o nariz nas disputas referentes à área SCS.

Os Interesses Norteamericanos no Mar da China Meridional e sua Possível Intervenção

Desconsiderando as repetidas advertências, os EUA estão determinados a permanecer envolvidos. A China vê que esse envolvimento só complica a situação, escalando e não diminuindo o risco. Quais são os interesses dos EUA nessas disputas ou em sua resolução? De que maneira continuarão seu envolvimento?

Geralmente, as Forças Armadas e os laboratórios de ideias [*Think Tanks*] dos EUA, consideram o Mar da China Meridional essencial aos seus interesses básicos no Pacífico Ocidental.³ Durante sua visita a Hanoi em 2010, a Secretária Hillary Clinton observou que “os Estados Unidos (...) possuem interesse em livre navegação, livre acesso ao território comum da Ásia, bem como respeito ao Direito Internacional no Mar da China Meridional.”⁴ No entanto, o que os EUA proclamam ser “livre navegação” a China sempre interpreta como “livre espionagem”, onde as Forças Armadas norteamericanas conseguem manobrar livre-

mente ao longo da costa chinesa para compilar inteligência e monitorar as atividades militares nos céus e mares. Também baseados em defesas dessa “livre navegação”, os EUA e seus aliados, estão formando um cerco cada vez mais apertado na primeira e segunda “cadeia de ilhas”. A fim de conter a expansão da China ao Pacífico Ocidental, ao longo dos anos, o governo dos EUA, juntamente com suas forças militares, progressivamente sistematiza a estratégia. A mais atualizada e sistemática é o conceito da Batalha Aérea Marítima [*Air-Sea Battle*]. O estabelecimento oficial do Gabinete [*Air-Sea Battle Office – ASBO*] no Pentágono no dia 9 de Nov, 2011 foi a última etapa para colocá-lo em operação.

Perspectiva Chinesa da Batalha AeroMarítima

A China conseguiu manter o ritmo de crescimento desde a reforma econômica de 1978. Seu poder, nacional e militar, continua a expandir. Em anos recentes, a China alcançou o segundo lugar em gastos militares mundiais. Intrépida, devido ao poder econômico e militar, está cada vez mais confiante na gestão de assuntos internacionais e de sua própria defesa nacional. Como evolução lógica, não perdeu tempo em definir e expandir os interesses nacionais, munida de estratégia de defesa mais dinâmica. De acordo, participou ativamente em patrulha e envio de comboios ao Golfo de Adem e em atividades da manutenção de paz para as Nações Unidas. Também notável é o fato de que a China está rapidamente aperfeiçoando sua frota de submarinos e navios, tanto em número como em qualidade, bem como atualizando os mísseis anti-navios, como denota seu último modelo *DF-21D*. Em geral, tais empreendimentos são vistos como aumento de capacidade de dissuasão e anti-acesso e denegação de território (*A2/AD*) no Pacífico Ocidental. Como é de se esperar, a superpotência atual sente a pressão e começa a se preocupar com o fato de que seus interesses nacionais marítimos e ao longo da periferia da China estão sendo ameaçados. As Forças Armadas norteamericanas crêem que o *PLA* está posicionado para ameaçar a liberdade de ação dos EUA em várias frentes: especifi-

camente, as Bases militares norteamericanas no Japão e Guam não mais estão seguras; é possível que as forças norteamericanas não consigam deter as forças do *PLA* nas áreas do Pacífico Ocidental; o *C2* espacial dos EUA e recursos de reconhecimento sobre o Pacífico Ocidental também estarão em risco de ataque.⁵ Para combater a China no Pacífico Ocidental foi proposta uma série de estratégias *A2/AD*.

Entre elas, o conceito *AirSea Battle*, supostamente desenvolvido pelo Centro de Avaliações Estratégicas e Orçamentárias [*Center for Strategic and Budgetary Assessments*] atraiu a maior parte da atenção. Eventualmente, as Forças Armadas norteamericanas adotaram as ideias desse conceito. Seus aliados asiáticos principais apoiaram a medida. Esta estratégia pressupõe que durante um conflito China-EUA no Pacífico Ocidental, as forças do *PLA* possuiriam a capacidade de *A2/AD* para atacar as Bases norteamericanas em Guam e Japão, a fim de travar guerra cibernética em escala total e destruir os “olhos e ouvidos” das forças norteamericanas através de mísseis anti-satélite e ciberataques, denominados “*assassin’s mace*”. Após estudar o do *PLA*, tomando emprestado o conceito “*AirLand Battle*” cunhado pelas forças militares norteamericanas durante a década de 80, os peritos norteamericanos em estratégia formularam o *AirSea Battle* que exige combinar os poderes aeromárítimos em força coerente, utilizando os aliados asiáticos em funções importantes. Sob tal conceito, a primeira fase da operação militar norteamericana seria apoderar-se e manter a iniciativa durante a primeira onda de ataques de apropriação de território pelo *PLA*. Na segunda etapa de operações convencionais as forças militares norteamericanas rapidamente “cegariam” os sistemas cibernéticos e de comunicações do inimigo, a fim de impedir as tentativas *A2/AD* do *PLA*. A *AirSea Battle* coloca em prática os seguintes objetivos:

- Cegar o adversário
- Defender as bases de defesa e recursos militares prioritários
- Campanha de supressão contra as forças terrestres de mísseis balísticos e de cruzeiro de médio alcance

- Atacar os sistemas de comando e controle, vigilância de ampla área e defesa aérea do PLA
- Atacar a capacidade [superfície/submarina]
- Exercer grande pressão na economia, sociedade e liderança da China⁶

Em maio de 2010, o ex-Ministro de Defesa, Robert Gates, observou que “o acordo entre a Marinha e a Força Aérea de desempenho conjunto no conceito *AirSea Battle* é uma evolução positiva, com a possibilidade de beneficiar o poder de dissuasão militar no início do Século XXI, do mesmo modo como o fez a *AirLand Battle* no final do Século XX”⁷. Em outubro de 2010, em uma das reuniões anuais entre o Ministro do Exterior da Austrália e o Ministro de Defesa, Gates comprometeu-se a aumentar o destacamento militar norteamericano à Austrália e reforçar os vínculos de defesa EUA-Austrália.⁸ Apenas um ano após, esses dois países anunciaram que a Austrália forneceria uma Base permanente em sua costa Norte, a fim de abrigar um destacamento de Fuzileiros Navais norteamericanos.⁹

A Estratégia de Defesa Australiana e sua Função na *AirSea Battle*

A Austrália e os Estados Unidos, ambos estabelecidos por descendentes que compartilham as mesmas raízes anglo-saxônicas, possuem cultura e ideologia quase idênticas. A Austrália, por muito tempo, continua sendo a aliada norteamericana principal na região Pacífico-Asiática, de acordo com o Tratado Austrália-Nova Zelândia-Estados Unidos (*ANZUS*), assinado há mais de 60 anos atrás. Em todas as guerras travadas pelos EUA fora do país, a Austrália ofereceu seu apoio incondicional. Além do mais os australianos atribuem a paz na região, durante as últimas décadas, principalmente à força estabilizadora oferecida pelos Estados Unidos. Por sua vez, em 2003, o ex-Presidente George W. Bush considerava a Austrália o “sherife” do Sudeste da Ásia.¹⁰ Esses vínculos

tão íntimos entre essas duas nações fazem com que a China permaneça bem atenta à orientação estratégica australiana. Embora a China e a Austrália de forma alguma representem mútua ameaça e não possuem conflitos de grande interesse, de certa forma a Austrália considera a China como possível ameaça à sua segurança nacional. Além do mais, a China suspeita o ANZUS e cogita como reagiria a Austrália em possível conflitos entre a China e os Estados Unidos. Sem dúvida, a China compreende que em qualquer futuro conflito entre a China-EUA, a atitude da Austrália seria crucial. Sem prestar atenção à vigilância da China, a Austrália continuamente identifica-se como aliada íntima dos Estados Unidos. Por exemplo, o Ministro de Defesa da Austrália, Stephen Smith, em recente discurso no *Brookings Institution* assegurou à audiência, uma vez mais, que a “Austrália é Aliada valiosa. Não somos consumidores da segurança norteamericana, impondo difíceis opções às forças armadas e diretrizes públicas norteamericanas.” No entanto, o Ministro concluiu seu discurso, declarando com determinação: “Contribuímos substância e o fazemos do ponto vantajoso de respeito e não dependência”.¹¹ Dessa declaração, infere-se que a Austrália deseja agir como nação independente, com diretrizes de segurança e de assuntos exteriores independentes, e não como nação que segue os Estados Unidos às cegas. A Austrália opta em alinhar-se aos EUA devido a seus interesses nacionais. Por conseguinte, como esse país, de sua perspectiva independente de estratégia e defesa, percebe a China? E como o fator Austrália – ou o papel que desempenha, afeta a China – tanto geoestratégica como militarmente?

Como sugere o título do comunicado de defesa oficial do governo de 2009 – *Defending Australia in the Asia Pacific Century: Force 2030*, a Austrália está ciente de que o futuro de sua perspectiva estratégica será moldado pela distribuição global e regional de poder político, econômico e militar; pela transformação de relações principais de poder na região do Pacífico Asiático, especialmente a ascensão da China e pelas suas relações com os Estados Unidos.¹² Economicamente, a China é seu parceiro mercantil número um. Em outras palavras, a economia australiana está intimamente vinculada a esta relação. Desde o início

do Século XXI, a Austrália desfrutou de sólido comércio de exportação em ouro, carvão, minérios e muitos outros recursos, em grande parte, graças ao rápido desenvolvimento econômico da China e contínua demanda de recursos. Por outro lado existem grandes lacunas em muitas áreas, entre ambos, especialmente em sistemas culturais e políticos. Aumentaram durante os últimos dois anos, após a China encarcerar empregados do *Rio Tinto*, uma empresa de mineração britânico-australiana, acusados de corrupção e espionagem. A falta de confiança aumentou ainda mais, após os furos de *WikiLeaks* com a revelação de que o ex-Primeiro Ministro australiano, Kevin Rudd, aparentemente disse à Secretária de Estado, Hillary Clinton “para estar preparada a utilizar força contra a China”.¹³ A Austrália certamente possui um dos maiores territórios marítimos do mundo. Assim, a liberdade marítima é de suma importância à economia e segurança australianas. Proclama a jurisdição de mais de 27.2 milhões de quilômetros quadrados (50% é “sobre o oceano ou mar”), ou seja, 5% do planeta Naturalmente, a Austrália deve defender e expandir seus interesses nacionais através dos mares.¹⁴ Um país com enormes reservas de recursos naturais, sendo suas únicas vulnerabilidades inerentes à falta de água e de população, resultando, comparativamente, em frágil poder econômico, político e militar. Consequentemente, os australianos parecem não possuir confiança suficiente de que podem, sozinhos, defender seu vasto território e os recursos sob sua jurisdição.

Em contraste marcante, a China é um país superlotado, faminto por recursos e não muito distante da Austrália. Os australianos vigilantes, por conseguinte, não podem deixar de se preocupar de que em dia incerto, quando a China conseguir liberdade de ação no Mar Meridional, poderá talvez expandir para chegar um pouco mais perto da Austrália, apresentando ameaça iminente à sua segurança nacional. Um enquete popular revela que 55% dos australianos consideram a China o maior poder econômico do mundo. Ao mesmo tempo, 57% crê que “o governo australiano está permitindo à China demasiado investimento”. Em outras palavras, a maioria dos australianos está preocupada com a inundação de investimentos provenientes da China. 44% pensa que “a

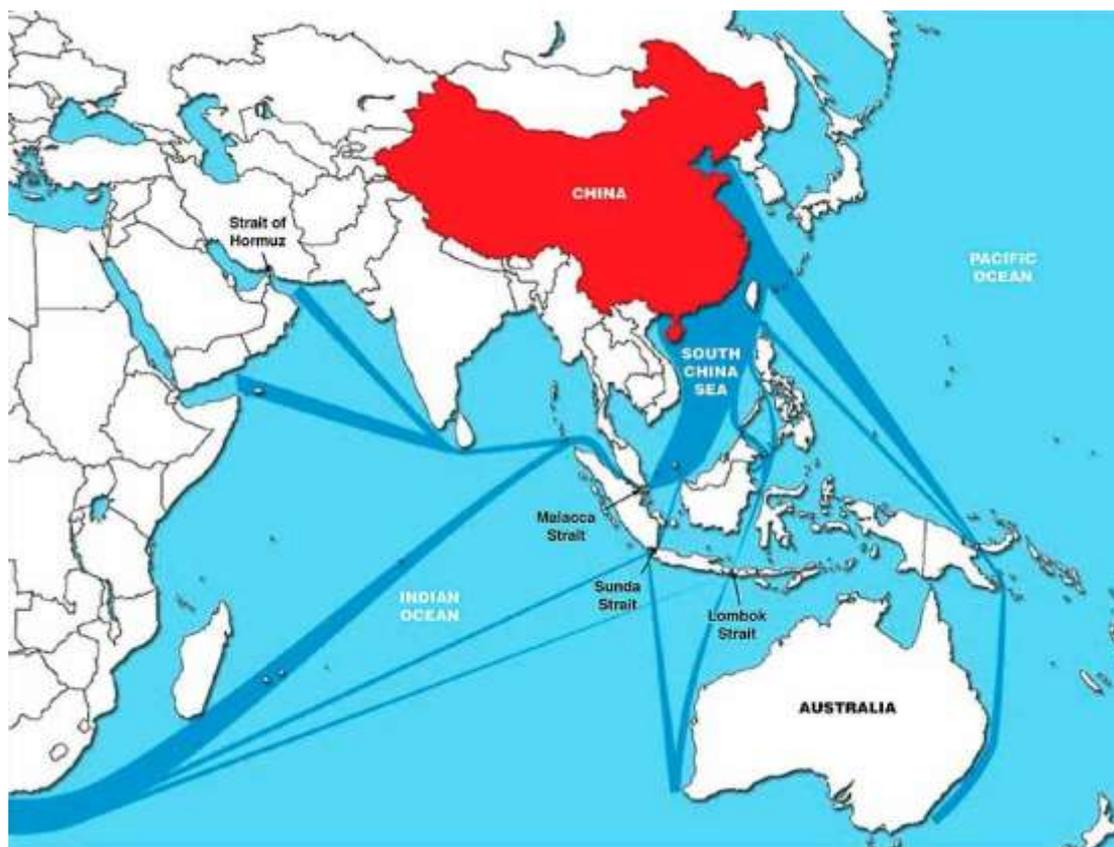
China virá a ser ameaça militar à Austrália dentro dos próximos 20 anos” enquanto que 55% discorda. Embora muitos analistas australianos compreendam a importância da China para a economia e o mercado australianos, bem como para o anti-terrorismo global, quando se trata de discutir a ascensão da China, sua apreensão aumenta ainda mais.

Assim, notamos que economicamente a Austrália já está interconectada à China. Contudo, psicologicamente sua população está dividida a respeito de como se sente a respeito dos chineses. Geologicamente, a Austrália está posicionada onde o Oceano Índico junta-se ao Pacífico Ocidental. A costa noroeste da Austrália quase toca a margem do Oceano Índico, além do qual jaz o Mar da China Meridional. Ao estabelecerem dependências conjuntas ou combinadas na Austrália, os EUA ganham ainda outra Base avançada. Esta Base, comparada ao distante Havaí, facilita a logística em evento de conflito na área SCS. Também importante, quando comparada ao Japão e Guam, a Austrália está fora do alcance da maioria dos ataques de mísseis terrestres ou marítimos do PLA. A Base na Austrália, não só facilita a operação das forças norteamericanas destacadas a conflitos na área SCS, mas também desempenhará papel importante durante possível conflito no Oceano Índico. Estrategicamente localizada, bem no interior do país, combinada à afinidade natural aos EUA e à suspeita psicológica para com a China, a Austrália é uma aliada norteamericana ideal. Na estratégia norteamericana para o Pacífico Ocidental e o Oceano Índico e particularmente tratando-se da China, a aliança Austrália-EUA só tende a continuar sendo mais íntima e importante. Jan Van Tol, em seu livro de 2010, *AirSea Battle*, indica claramente que o “*AirSea Battle* não é somente um conceito norteamericano. Os aliados, tais como Japão e Austrália e possivelmente outros, devem desempenhar importantes papéis facilitadores, a fim de sustentar um equilíbrio militar estável” (grifo original).¹⁶ Nesta proposta *AirSea Battle*, espera-se que a Austrália forneça aos EUA a profundidade estratégica para obter o comando dos mares, apoio às forças norteamericanas em suas operações no Oceano Índico

Oriental e Mar da China Meridional, ajudando as forças dos EUA a desviar alguns ataques do PLA.

Na eventualidade da deflagração de conflito entre a China e os Estados Unidos, é bem provável que a relação mercantil da China com os EUA e o Japão diminuirá de forma dramática. O enfoque das forças militares dos EUA seria interromper o comércio da China no exterior, inclusive estrangular Málaca e alguns outros estreitos dentro do território da Indonésia, a fim de evitar que a China ganhe acesso ao Oceano Índico. O bloqueio do Estreito de Málaca não é difícil. Isso forçaria a China a remapear sua linha de transporte marítimo ao sul, através do Estreito de Sunda ou Lombok, ambos situados no noroeste da Austrália (ver figura na próxima página). Por coincidência, os leitores cuidadosos também notarão naquele mesmo comunicado mencionado acima que a Austrália incrementou suas medidas de segurança. Embora a abordagem anterior exigisse somente a garantia do território marítimo, os líderes militares australianos adotaram a estratégia de dupla denegação, tanto para o ar como para o mar. Além do mais, seu âmbito estratégico agora também abrange o Oceano Índico oriental.¹⁷

Um grupo influente de analistas australianos de defesa aplaudem o conceito da *AirSea Battle*. Os artigos publicados pelos pesquisadores australianos em assuntos militares e de defesa, durante os últimos anos, coincide com o desenvolvimento de defesa australiano, revelando que o país está aumentando o ritmo de preparativos militares para *AirSea Battle* combinada. Por exemplo, o Comunicado Oficial de Defesa do Governo, de 2009 declara que em anos vindouros a Austrália reforçará a capacidade militar. Especificamente, o governo australiano “comprometeu-se a verdadeiro aumento do orçamento de defesa de 3 por cento em 2017-18 e 2.2 por cento de crescimento homólogo logo após, até 2030”¹⁸ Em 2010, o gasto militar australiano alcançou novo patamar de 24 bilhões de dólares, com a classificação de 13º mundial.¹⁹ Um dos assessores australianos para o Comunicado Oficial de Defesa de 2009, Professor Ross Babbage, sugere ainda que além de ataques militares, as nações aliadas também devem lançar “ampla campanha anti-



Linha de Comunicação Marítima da China. (Adaptado de Jan van Tol com Mark Gunzinger, Andrew Krepivenich e Jim Thomas, *AirSeaBattle: Point-of-Departure Operational Concept* [Washington DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010], 77, <http://www.csbanonline.org/wp-content/uploads/2010/05/2010.05.18-Air-Sea-Battle.pdf>)

mercantil” contra a China, rompendo as transações monetárias e comerciais, especialmente estrangulando seu acesso à energia e matéria-prima da Europa e Oriente Médio e, se necessário, interditando suas frotas “em lugares longínquos, tais como nos estreitos marítimos do sudeste da Ásia”. Isso resultaria, como sugere o autor do livro, “em dano seriíssimo à economia chinesa e, aliás, riscos fundamentais à elite governamental, propriamente dita”.²⁰ Embora essa previsão mereça sério exame. A economia australiana também sofreria grande de-

preciação, devido a essas ações. Conduto, o ponto de vista de Babbage sugere que o conceito *AirSea Battle*, juntamente com sua hostilidade disfarçada para com a China, vem obtendo o apoio dos aliados asiáticos dos Estados Unidos.

A Austrália nunca deixou clara sua posição em caso de possível conflito EUA-China. Por um lado, expressou apreensão acerca da expansão da China, como mencionou, explicitamente, o Comunicado Oficial do Governo de 2009. Também no *Communiqué* Conjunto *AUSMIN* 2010 [*Australia-United States Ministerial Consultations*] assinado pelos Ministros de Defesa dos EUA e da Austrália em novembro de 2010, as duas nações comprometem-se a maior cooperação marítima e ciberaeroespacial. A Austrália permitirá maior número de dependências norteamericanas em seu território e permitirá aos Estados Unidos maior uso de portos, bases e outras dependências.²² O Ministro de Defesa da Austrália confirmou que em junho de 2010, uma equipe especial da Força Aérea norteamericana foi aos Norte da Austrália, a fim de inspecionar “a Base super-secreta Harold E. Holt em Exmouth” para possível expansão do espaço norteamericano “vigilância dos satélites e submarinos chineses”.²³ Por outro lado, quando confrontada acerca das circunstâncias sob as quais “a Austrália poderia dizer não aos Estados Unidos, quando se tratar de certo tipo de situação militar na Ásia Oriental ou área do Pacífico Asiático” o Ministro de Defesa da Austrália, Stephen Smith respondeu: “Eu deixei claro em meu discurso que a Austrália permaneceu ombro a ombro com os Estados Unidos, em todos os conflitos, desde a Segunda Guerra Mundial (. . .) mas toda vez que tomamos a decisão de travar guerra, levamos em consideração o total interesse da Austrália e da segurança nacional”.²⁴

Além do mais, deve-se notar que o Comunicado Oficial de Defesa de 2009 da Austrália adota posição similar referente ao assunto: “O Governo reconhece que a Austrália pode e deve desempenhar função para auxiliar os Estados Unidos a solucionar dificuldades de segurança regional e global (. . .) No entanto, nunca devemos nos colocar em posição onde o preço de nossa própria segurança é a obrigação de colocar

tropas australianas em risco em teatros distantes de guerra, onde nossos interesses diretos não estiverem em jogo”.²⁴ Como indica essa diretriz, estrategicamente, a Austrália ainda está hesitando acerca do curso a tomar. Ainda pergutam: Será que o país deve continuar a depender dos Estados Unidos para sua segurança e aquela da região? Que deve fazer para fortalecer a capacidade de defesa própria, desenvolvendo força moderna e auto-suficiente?

Sim, é verdade que os australianos suspeitam e, em certos casos, não gostam da China. Não importa. Também estão bem cientes do aumento de importância da China para a economia australianas.

Outro dilema surge quando o governo australiano deseja permanecer ombro a ombro com os Estados Unidos, mesmo que não esteja seguro de que o irmão mais velho continuará a dominar o Pacífico Ocidental nos próximos 20 anos. Do mesmo modo, deseja fortalecer a cooperação militar com os EUA, mas encara dois obstáculos: quase metade da população está oposta à grande presença militar dos EUA em seu solo (55% a favor, 43% contra, onde o apoio sólido é de 20% e a oposição sólida é de 22%).²¹ O Partido Trabalhista, atualmente no poder, parece não estar tão entusiasmado em deixar que as tropas norte-americanas permaneçam na Austrália. Pode ser que sua decisão será a de apoiar tanto a China como os Estados Unidos para que em conjunto transformem a ordem regional ou pode decidir a fazer com que os Estados Unidos permaneçam como o poder dominante. De qualquer modo, a decisão resultará em inferências estratégicas significativas, tanto para a China como para os Estados Unidos, bem como para toda a região. Levando tudo isso em conta, a China deve prestar muita atenção à tendência da estratégia de defesa australianas, e ao desenvolvimento da cooperação Austrália-EUA.

Sugestões às Autoridades Competentes Chinesas

Este artigo sugere que as autoridades competentes devem adotar abordagem trifásica—curto, médio e longo prazos—a fim de mediar as dificuldades estratégicas que encaram no Pacífico Ocidental.

Curto prazo

Em primeiro lugar, a China deve abster-se de tomar medidas que possam fazer com que a tensão acerca do SCS escale a conflitos militares. Enquanto isso, deve persistir em solucionar as disputas pertinentes através de negociações bilaterais e não multilaterais, e em todos os casos evitar que sejam internacionalizadas. A China não interfere em assuntos internos de outras nações. No entanto, também não permite que terceiros interfiram em negociações bilaterais entre a China e vizinho rival, no que tange disputas territoriais. A tendência recente indica que os Estados Unidos ou nações membros da Associação de Nações Asiáticas [*Association of Southeast Asian Nations – ASEAN*] poderão propor negociações bilaterais ASEAN-China ou negociações multilaterais com a participação dos Estados Unidos. Se assediada com tais propostas, a China tentará desviar a pressão através de canais econômicos e diplomáticos. Por exemplo, incentivaria as nações ASEAN mais amistosas (Burma, Camboja, etc.) a apresentar contra-propostas. Através de todos os meios diplomáticos e econômicos necessários, tentaria persuadir a Austrália a manter a cooperação militar com os Estados Unidos dentro do escopo apropriado, não indo demasiado longe para vir a ser parte da *AirSea Battle*. O fato de que a Austrália consentiu recentemente a “aumento significativo da rotação de Fuzileiros Navais norte-americanos pelas Barracas Robertson da Austrália [*Robertson Barracks*] parece indicar que a Austrália optou em entrar em parceria com os EUA na *AirSea Battle*, supostamente projetada contra a China.²⁷ Esta última, já em situação passiva, deveria fazer o melhor uso da garantia da Austrália de que a aliança militar Austrália-EUA não está com a China em mira. Além do mais, a China deve propor ou concordar com as propostas feitas acerca de exercícios militares conjuntos com a Aus-

trália – como gesto de boa vontade e meio de manter a situação sob controle.

Meio Termo

A China deve preparar a estratégia, levando em conta o médio e longo prazos da perspectiva de anti-*AirSea Battle*. Por exemplo, o termo “cegar”, mencionado continuamente no conceito de *AirSea Battle*, supostamente é a tática mais favorecida pelas forças militares norteamericanas para ganhar a iniciativa. A fim de opor esta tentativa o *PLA* deveria aumentar a proteção de rede de informática e comunicação, juntamente com salvaguardas redundantes. Isso irá assegurar que o *PLA* aguentará a primeira onda de ataques sem ficar “cego”. Por exemplo, o bloqueio da Marinha Real Britânica durante a Primeira Guerra Mundial talvez sirva de inspiração às forças norteamericanas para interromper as linhas de transporte marítimo “com o fito de exercer maior pressão na economia chinesa e eventualmente estresse interno”.²⁸ A fim de combater tal problema, a China deveria aumentar a relação com os países da Ásia Central para obter suprimento de petróleo e gás. Pode ainda reconstruir a “Rota da Seda” (rota terrestre ao longo da qual a China iniciou o comércio com os países da Ásia Central e do Sul durante o Século I), fazendo dela importante “via terrestre de comunicação” ou “*quintal* seguro”. O principal é continuar a relação íntima com Burma e Paquistão. Essa abordagem compreensiva eficazmente dissolverá a “pressão interna” causada pelo bloqueio marítimo. De fato, a China vem colocando em prática esta estratégia de longo termo, alcançando já grande progresso. Nas últimas três décadas, a China não deixou de desenvolver cooperação econômica com as nações da Ásia Central, Paquistão e Burma, construindo ferrovias e auto-estradas através de fronteiras, bem como estabelecendo oleodutos e gasodutos. A relação entre o Paquistão e os Estados Unidos, profundamente danificada após a captura de Bin Laden e a recém morte de uma dezena de soldados paquistaneses atingidos pelos helicópteros e jatos da OTAN [11], proporcionou ainda outra oportunidade à China.²⁹ Ao aproveitar

tal oportunidade, preenchendo o vácuo, os chineses manterão o tradicional aliado mais firmemente a seu lado.

Longo Prazo

A China deveria continuar sua participação ativa em operações patrocinadas pelas organizações internacionais. Seguindo o exemplo dos Estados Unidos, através de atividades de manutenção de paz, anti-terrorismo, combate à pirataria e assistência humanitária, o PLA obterá experiência valiosa em operações no exterior, essenciais ao fortalecimento de seu poder aeromárítimo. Pode também explorar a crise econômica global contínua e aproveitar a chance de arrendar e remodelar portos estrangeiros em locais estratégicos, bem como aumentar a cooperação militar com os aliados tradicionais. Um exemplo recente teve a ver com a proposta de estabelecer uma base para combate à pirataria em Seychelles. Deve também incluir na equação algumas outras nações, tais como a Indonésia, Mauritius e Fiji. Além de assistência econômica, faria bem em considerar como estabelecer cooperação militar com esses países. A possibilidade de construir Base Naval ou dependência de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento – *ISR* em algum lugar ao longo do caminho. Em suma, deve possuir via segura de comunicação marítima (denominada Colar de Pérolas) do Mar da China Meridional até o Oceano Índico. Ao analisar, minuciosamente, as forças norteamericanas, tanto pontos fortes como vulnerabilidades, aumentando, ao máximo, as vantagens próprias, a China terá a chance to evitar a derrota em conflito futuro.

A vigilância australiana, até certo ponto, é impulsionada pela aquisição agressiva de seus recursos por parte da China. Deve desviar os investimentos em matéria-prima á outras regiões e países. Os benefícios são duplos: reduzir o risco de grande dependência em poucas fontes de suprimento e fazer com que as nações, como a Austrália, compreendam que os interesses nacionais são, frequentemente, recíprocos. O mesmo tipo de tentativas deve ser exercido para desenvolver confiança mútua e reduzir a suspeita, através de maior frequência de diálogo e

intercâmbio cultural. Da mesma forma que o discurso do Ministro de Defesa da Austrália no *Brookings* e o Comunicado Oficial do Governo de 2009 advertiram: A China deve aumentar a “transparência e ser mais franca em relação à capacidade e doutrina estratégica”.³⁰ Deve aumentar a aproximação e o engajamento, explicando de forma persuasiva para que serve o aumento em orçamento de defesa, a fim de estabelecer confiança mútua e dirigir-se às apreensões de países vizinhos, próximos e distantes. Da mesma forma que a Austrália faz preparativos há décadas – a longa e estratégica transformação da Ásia – da mesma forma a China deverá adotar uma estratégia a longo prazo para engajar a Austrália, por um lado, e pelo outro fazer com que perceba que a China está observando bem de perto seus preparativos estratégicos e cooperação militar com os Estados Unidos.

Para permanecer em acordo com os países da Ásia Ocidental, deve continuar a fazer uso de sua mestria política e econômica, inclusive empregar plataformas regionais ou bilaterais de assessoria, desenvolvendo mecanismos de prevenção. A *Shanghai Cooperative Organization* é bom modelo, o que a China pode empregar para demarcar jurisdições similares para a resolução de diversas disputas. Além do mais, através de expressões diplomáticas explícitas, deve assegurar-se de que as nações vizinhas claramente compreendem seus princípios e interesses básicos, aqueles que não devem ser violados. Ao mesmo tempo, deve, como já o faz, permanecer determinada a defender esses princípios e interesses, por intermédio de todos os meios possíveis, inclusive força, se necessário. A China não deve prestar muita atenção a comentários negativos acerca de aumento de orçamento de defesa. Um orçamento de defesa de aproximadamente 2% do PIB nacional é ínfimo, em particular quando comparado à *per capita* ou ao orçamento de defesa gigantesco dos EUA. Nos próximos anos, poderá gradativamente aumentá-lo a 3% do PIB e manter esse nível apropriado. Eventualmente, uma versão chinesa da “Doutrina de *Monroe*” deve ser introduzida em suas diretrizes estrangeiras, para afastar a “esfera de controle/influência” norteamericana da periferia do país.

Conclusão

Tanto os EUA, como a Austrália, deixaram bem claro que a *AirSea Battle* em si, não é estratégia vitoriosa. A derrota da China, por intermédio de guerra, dependerá, em grande parte, em dissolução econômica e psicológica interna. Da mesma forma que os EUA acreditam que cerrar a via de comunicação marítima da China diminuirá o ritmo de sua economia, o que por sua vez criará desordem interna, a China está convencida de que deve reduzir sua dependência em comércio estrangeiro, ao mesmo tempo aumentando a oferta e procura domésticas. Fundamentalmente, a estabilidade econômica e política interna será crucial, a fim de abater qualquer bloqueio ou intervenção militar percebida ou planejada. ✪

Notas:

1. John Pomfret, "Beijing claims 'indisputable sovereignty' over South China Sea" The Washington Post, July 31 2010, <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/07/30/AR2010073005664.html>

2. 陶社兰, "陈炳德 : 中国能处理南海问题 美国不必操心," 中国新闻网, July 11, 2011. <http://www.chinanews.com/gn/2011/07-11/3173918.shtml>

3. Andrew F. Krepinevich, *Why AirSea Battle?* (Washington D.C: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010), 2, <http://www.csbaonline.org/wp-content/uploads/2010/02/2010.02.19-Why-AirSea-Battle.pdf>.

4. Hillary Rodham Clinton, Secretária de Estado (discurso, Centro Nacional de Convenções [National Convention Center], Hanoi, Vietnã, 23 julho, 2010, Hanoi, Vietnam, <http://www.state.gov/secretary/rm/2010/07/145095.htm>.

5. Ver Jan van Tol com Mark Gunzinger, Andrew Krepinevich e Jim Thomas, *AirSea Battle, A Point-of-Departure, Operational Concept* (Washington D.C: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010), 16, 37, <http://www.csbaonline.org/wp-content/uploads/2010/05/2010.05.18-AirSea-Battle.pdf>.

6. Ross Babbage, *Australia's Strategic Edge in 2030*, Kokoda Paper no. 15 (Kingston, Australia: Kokoda Foundation, February 2011), vi, <http://www.kokodafoundation.org/Resources/Documents/KP15StrategicEdge.pdf>.

7. Secretário de Defesa, Robert M. Gates (observações Gaylord Convention Center, National Harbor, Maryland, 3 May 2010, <<http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=1460>.

8. Nicole Gaouette, "Gates Says U.S. to Increase Asia Military Presence, Australia Defense Ties," Bloomberg, 7 November 2010, <http://www.bloomberg.com/news/2010-11-08/gates-says-u-s-to-increase-asia-military-presence-australia-defense-ties.html>.

9. Laura Meckler, "Obama, on Australia Visit, Says U.S. Will Expand Its Presence in Region", Wall Street Journal, 17 November 2011, <http://www.online.wsj.com/article/SB10001424052970204190504577041052487222124.html>.
10. "Bush Hails 'Sheriff' Australia", BBC News, 16 October 2002, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/3196524.stm>.
11. Hon. Stephen Smith, Australian Minister for Defense, "The Coming Asia-Pacific Century: What it Means for the Australia-U.S. Alliance" (observações, Brookings Institution, Washington DC, 27 July, 2011), 15, http://www.brookings.edu/-/media/Files/events/0727_asia_pacific/20110727_australia.pdf.
12. Department of Defense, *Defending Australia in the Asia Pacific Century: Force 2030* (Commonwealth of Australia: Department of Defence, 2009), http://apo.org.au/sites/default-/files/defence_white_paper_2009.pdf.
13. Daniel Flitton, "Rudd the Butt of WikiLeaks Exposé," Sydney Morning Herald, 6 December 2010, <http://www.smh.com.au/technology/security/rudd-the-butt-of-wikileaks-expos-20101205-18f2.html>.
14. Sam Bateman e Anthony Bergin, *Sea Change: Advancing Australia's Ocean Interests* (Barton: Australian Strategic Policy Institute, March 2009, 11, http://www.aspi.org.au/html-ver/ASPI_Seachange/_lib/pdf/ASPI_Seachange.pdf.
15. Fergus Hanson, *Australia and the World Public Opinion and Foreign Policy* (Sydney: Lowy Institute for International Policy, 2011), 11, <http://www.lowyinstitute.org/Publication.asp?pid=1617>.
16. van Tol et al, *AirSea Battle*, xi.
17. Department of Defence, *Defending Australia*, 12.
18. *Ibid*, 137.
19. SIPRI, *SIPRI Yearbook 2011: Armaments, Disarmament and International Security* (Stockholm: Stockholm International Peace Research Institute, 2011), 183.
20. Babbage, *Australia's Strategic Edge*, 51-52.
21. Department of Defence, *Defending Australia*, 34
22. Joint Communiqué, *Australia-United States Ministerial Consultations 2010*, Melbourne, 8 November 2010, <http://www.foreignminister.gov.au/releases/2010/AUSMIN-Joint-Communique.pdf>.
23. Andrew Probyn e Nick Butterly, "Nation's Military Moved West in Defence Plan," West Australia, 22 June 2011, <http://au.news.yahoo.com/thewest/a/-newshome/9684935/naions-military-moved-west-in-defence-plan>.
24. Smith, "The Coming Asia-Pacific Century," 30, 31.
25. Department of Defence, *Defending Australia*, 47.
26. Hanson, *Australia and the World*, 10.
27. "US Bases in Australia," Australian Anti-Bases Campaign Coalition, acessado em 18 Julho de 2011, http://anti-bases.org/campaigns/NMD_PineGap/Map_of_US_Military_Bases_in_Australia.html.
28. van Tol et al, *AirSea Battle*, 52,52.
29. "Pakistan Demands US Vacate Air Base after Deadly Strikes," msnb.com, 27 November 2011, http://www.msnbc.com/id/45442885/ns/world_news-south_and_central_asia/t/pakistan-demands-us-vacate-air-base-after-deadly-strikes/.
30. Smith, "The Coming Asia-Pacific Century," 27.

Engajamento Militar China – América Latina

Boas Intenções, Bom Negócio e Boa Posição Estratégica¹

R. Evan Ellis

Comenta-se, com frequência, que o engajamento chinês com a América Latina é, predominantemente, de caráter “comercial”. Embora seja verdade, o enfoque da relação na área comercial encobre o fato de que, durante os últimos anos, a República Popular da China [*People’s Republic of China – PRC*] também expande os vínculos militares com a América Latina de vários modos e com diferentes graus de importância, de acordo com suas próprias declarações públicas de intento.²

Desde o momento em que a empresa *Hutchison Whampoa*, sediada em Hong-Kong, recebeu concessões portuárias no Panamá em 1999, o engajamento militar chinês com a América Latina foi um dos tópicos mais amplamente debatidos, porém mal compreendidos, acerca das atividades da *PRC* na região.³ É evidente que suas iniciativas militares naquele território não são significativas, do ponto de vista estratégico. Tampouco ameaçam abertamente os Estados Unidos ou solapam os regimes pró-ocidentais, como ocorreu com o engajamento militar soviético durante a Guerra Fria. Contudo, é algo notável e em fase de expansão. Se sua presença na América Latina constitui ameaça estratégica aos interesses dos Estados Unidos é fator importante que faz parte da avaliação feita pelas autoridades competentes norteamericanas.

O propósito deste artigo é analisar os vínculos de defesa e segurança da *PRC* na América Latina. Está dividido em três seções: Os Objetivos do Engajamento de Defesa e Segurança da *PRC* na América Latina; Índícios do Engajamento; e Conclusões.

Os Objetivos do Engajamento de Defesa e Segurança da PRC na América Latina

Apesar das declarações públicas da PRC referentes ao interesse em expandir os vínculos militares na região, os esclarecimentos a respeito dos motivos foram poucos. Tampouco deixou claro como suas atividades militares se encaixam ao engajamento mais amplo na região. De acordo com os intelectuais chineses, tais como Sun Zi, deve-se compreender as iniciativas militares na América Latina como subordinadas e em apoio aos objetivos nacionais a longo prazo na região. Em geral, esses objetivos envolvem a promoção e a proteção da re-emergência da China como um dos maiores protagonistas globais.

Os imperativos e riscos existentes são o produto da estratégia de expansão liderada pela exportação que aquele país persegue e refina desde 1978:⁴ assegura acesso à fontes confiáveis de matéria-prima, a fim de apoiar atividades manufatureiras e geração de capital; garante a habilidade de alimentar a população chinesa, à medida que a população converge às áreas urbanas, consumindo maior quantidade de proteína; estabelece e protege os mercados para os produtos chineses, à medida que seus produtores continuam a expandir e ascender a cadeia de valor agregado; propicia acesso a fluxos de informação tecnológica e global; marca presença em instituições principais para transações econômicas globais; evita a consolidação de coalizão internacional oposta a sua “ascensão”.

O engajamento militar chinês com a América Latina apoia cada um desses imperativos, embora através de meios indiretos, que contrastam com a maneira pela qual os países ocidentais historicamente percebem as forças armadas, ou seja, como instrumento de poder nacional.

Esses imperativos são:

1. Aumentar a boa vontade, compreensão e influência políticas
2. Criar dispositivos para proteger seus interesses no país
3. Vender seus produtos, ascendendo a cadeia de valor agregado, e
4. Estabelecer e manter posição estratégica na região

Aumentar a Boa Vontade, Compreensão e Influência Políticas

Para a PRC, o engajamento militar é um dispositivo, entre outros, para edificar a boa vontade política e a influência em determinado país, a fim de evitar a probabilidade de oposição à importação de seus produtos ou ações contrárias a seus investimentos. As atividades militares servem esse fim, porque as forças armadas continuam sendo protagonistas políticos importantes na maioria dos países latinos, embora a percepção do fator militar como instrumento político também seja consistente com ambas as filosofias – pré-comunista e comunista.

Conhecer e dar-se bem com a liderança militar de dado país latino americano faz com que: compreendam a dinâmica política geral daquela nação; antecipem ações que poderiam ser tomadas contra seus interesses comerciais; influenciem a liderança política, através de contatos militares, quando necessário; e antecipem ou evitem ações que possam ser tomadas pelas forças armadas na arena política que causariam impacto negativo aos seus interesses.

Dispositivos para Proteger seus Interesses no País

À medida que as empresas chinesas e seus homens de negócio expandem a presença física na América Latina, experimentarão aumento correspondente em dificuldades de segurança individual e operacional. Esses obstáculos são os mesmos que confrontam e confrontaram as empresas de outros países que operam na região: sequestros; extorsão; e violência, associada à greves, protestos políticos e terrorismo. As empresas chinesas de petróleo e mineração que operam em áreas remotas são especialmente vulneráveis, como sucedeu com as ações violentas levadas a efeito contra o *Petroandina* e a *Petrooriental* no Norte do Equador em 2006⁵ e 2007.⁶ As diferenças culturais entre os chineses e a população local também têm a probabilidade de contribuir à tensões e aumentar a possibilidade de violência, como visto durante a greve dos caminhoneiros em 2007, contra os lojistas chineses em Buenos Aires [*huelga de camioneros contra las tiendas chinas*]⁷ ou a violência

de novembro de 2004 contra os bairros chineses em Maracay e Valencia, Venezuela.⁸

A curto prazo, as empresas chinesas serão obrigadas a solicitar o apoio da polícia, forças armadas latinoamericanas, segurança particular, bem como desembolsar *dinheiro de proteção*, a fim de evitar dano aos cidadãos e suas atividades comerciais. Sem embargo, à medida que aumenta a expansão, com maiores investimentos e fluxo de recursos, a PRC terá maior incentivo para coordenar e aperfeiçoar a operabilidade dessas forças de segurança, garantindo a proteção das mesmas.

De fato, a PRC já demonstrou que está disposta a fazer uso de força militar para proteger seus interesses comerciais na África, citando ameaças como justificativa para o envio de forças navais, a fim de levar a cabo operações antipirataria no Golfo de Adem, em dezembro de 2008⁹, bem como o uso de recursos militares para evacuar quase 36.000 chineses da Líbia em março de 2011.¹⁰ Existe ainda debate contínuo na PRC acerca da melhor maneira de proteger suas atividades comerciais, inclusive discussões entre os oficiais militares reformados, a fim de estabelecer empresas de segurança particulares para apoiar os empreendimentos comerciais no estrangeiro.¹¹

Venda de Produtos e a Ascensão pela Cadeia de Valor Agregado

Embora as exportações de equipamento militar chinês sejam relativamente baixas, comparadas a outros tipos de mercadoria, elas contribuem ao desenvolvimento nacional da PRC de diversas maneiras. Como sucede com outros produtos comerciais, os produtos militares geram renda de exportação para as empresas, tais como o conglomerado de defesa NORINCO, além de contribuir para diminuir o índice de desemprego. A venda de mercadoria militar não-letal, tais como vestimenta e equipamento pessoal, por exemplo, passa muitas vezes despercebida. No entanto, não são transações triviais. Tais vendas também sustentam a boa condição da base industrial e ajudam a avançar a capacidade técnica em apoio aos objetivos nacionais de defesa. É exatamente o que acontece com o equipamento de alto nível, tais como

radares, aeronaves, veículos blindados e outros artigos militares sofisticados ou de *duplo propósito*, onde as vendas na América Latina ajudam a China a testar, colocar à prova e refinar a capacidade, em campo, em setores estrategicamente importantes.

Estabelecer e Manter Posição Estratégica na Região

As autoridades competentes chinesas, como outras ao redor do mundo, reconhecem as inferências da China como país emergente, nada menos que protagonista global principal. Também existe a possibilidade de que possa, um dia, travar grande guerra que envolverá não somente a Ásia, mas outros teatros de operações nos quais possui interesse, ou onde talvez deseje colocar futuro adversário em risco. Embora nada exista para sugerir que a *PRC* deseja ou antecipa tal combate, a curto prazo, é razoável antecipar que seus intelectuais militares estratégicos preparam-se para tal eventualidade. Para esse fim, os vínculos militares da China com a América Latina oferecem benefícios geograficamente específicos, tais como compilação de inteligência acerca das operações das forças norteamericanas, criando crises diversionárias ou causando distúrbios em proximidade imediata aos Estados Unidos.

Em geral, como esta seção sugere, o curso tomado pelo engajamento militar chinês na América Latina, a médio ou longo prazo, provavelmente vai diferir muito daquele visto durante as atividades militares soviéticas na região (Guerra Fria). Em geral, é muito mais provável que a *PRC* irá refrear-se de participar em quaisquer atividades abertamente provocatórias, tais como: o estabelecimento de Bases com significativa presença chinesa; ato de apoio militar declarado a grupos que estiverem tentando a derrocada de regime; intervenção militar unilateral na região durante situação de liderança contestada; ou a participação em alianças militares anti-U.S.

Indícios de Engajamento

Compreende-se o engajamento militar chinês na região, de acordo com três tipos de atividades inter-relacionadas: reuniões entre oficiais militares de alta patente; interações de baixo-médio nível militar-militar; e venda [de equipamento] militar.

Reuniões entre Oficiais Militares de Alta Patente

Baseado em documentação pela imprensa, o número de visitas de oficiais chineses de defesa à América Latina, e de seus pares à China, aumentou durante os últimos anos. Os relatos da mídia referente às agendas dessas visitas sugere que, com frequência, o propósito foi o de estabelecer relações, i.e., não só o intercâmbio de pontos de vista acerca de tópicos de segurança, mas também a fim de discutir ou finalizar acordos para a aquisição de armamentos, intercâmbios militares e outros contatos e transações.

Durante a segunda metade de 2010, o número de contatos militar-militar de alta patente foi especialmente elevado, inclusive nove visitas de membros de Gabinete do Ministério de Defesa ou do Estado-Maior. As visitas efetuaram-se entre oficiais militares chineses de alta patente e seus pares latinoamericanos, inclusive Venezuela, Equador, Chile, México, Brasil, Colômbia, Peru e Bolívia. Os Ministros de Defesa do Peru (maio), Chile (junho) e Bolívia (dezembro) visitaram a China em 2011, embora o Ministro de Defesa da China, Liang Guanglie, não tenha ido à América Latina durante aquele ano.

Apesar de serem poucos os itens concretos acerca dessas discussões relatados à imprensa, seu papel em promover o relacionamento militar entre a China e as nações da América Latina foi, sem dúvida, maior do que se reconhece, em geral. Tais visitas permitem aos líderes envolvidos aumentarem a familiaridade e confiança, conversando em pessoa e explorando a possibilidade de futuros projetos, da venda de armamentos à expansão de intercâmbios militares. Em certos casos, as iniciativas preparadas antes da visita dos oficiais do Estado-Maior, e outros,

são ratificadas durante a visita de alto nível, enquanto as ideias geradas durante as discussões transformam-se em iniciativas que serão mais tarde exploradas, impulsionadas administrativamente pelos interesses declarados da alta liderança.

Interações Militar-Militar Baixo Nível

Nos últimos anos, a PRC expandiu a quantidade e escopo de contatos militar-militar, inclusive sua participação contínua na missão de manutenção de paz das Nações Unidas no Haiti [MINUSTAH] e número cada vez mais elevado de intercâmbios pessoais para treinamento e formação, exercícios conjuntos, visitas à instituições e atividades simbólicas. Em cada uma, o valor principal para a PRC é, indiscutivelmente, o fomento de relações a nível institucional, bem como pessoal, com indivíduos que virão a desempenhar papéis principais nas forças armadas de países latinoamericanos. No processo, também conseguiu aumentar o entendimento das forças armadas da América Latina e do ambiente de segurança da região.

No Haiti, a polícia militar das Forças Armadas da Liberação Popular [People's Liberation Armed Forces – PLA. [PLA traduz-se, literalmente, como Exército de Liberação Popular. No entanto, o PLA abrange os três ramos das Forças Armadas: Exército, Marinha e Força Aérea] continua a servir como parte da MINUSTAH. Sua presença no Haiti vem sendo contínua desde o destacamento do primeiro contingente em setembro de 2004. O Haiti também possui a dúbia distinção de ser o local onde ocorreram as primeiras baixas militares da China, oficialmente reconhecidas, em território latinoamericano. Oito membros do PLA estiveram entre as baixas no Haiti em janeiro de 2010, devido ao terremoto que devastou o país.¹² Quatro dentre as baixas eram membros da força de polícia da MINUSTAH, enquanto os outros quatro tomavam parte em grupo de trabalho composto por seis membros do Ministério de Segurança Pública, em visita à sede das Nações Unidas, quando o teto desabou.¹³ Os restos mortais das vítimas foram mais tarde entregues à PRC e receberam as devidas homenagens póstumas.¹⁴

A participação das forças armadas chinesas na *MINUSTAH* por mais de seis anos, sem dúvida, rendeu grandes benefícios à *PRC*. Proporcionou ao *PLA* e a centenas de seus soldados experiência de primeira mão em operações em território latinoamericano, em função de segurança e policiamento, algo que será de grande valia no futuro, caso a China inicie atividades de assistência a aliados na região, em apoio à proteção de seus cidadãos e operações contínuas. Além do mais, sua presença na *MINUSTAH* permitiu ao *PLA* melhor compreender e desenvolver relações com as forças militares brasileiras e de outras nações que desempenham funções, lado a lado, durante a operação, ao mesmo tempo promovendo a boa vontade para com o *PLA* na região, como contribuinte à ordem internacional. Finalmente, a presença chinesa no Haiti, sem dúvida, fomentou a campanha para isolar o Taiwan da comunidade internacional, uma vez que coloca pressão no governo do Haiti, que atualmente reconhece o Taiwan, diplomaticamente, e não a *PRC*.¹⁵

Nas áreas de treinamento e formação militar, as instituições chinesas abrigam pessoal de no mínimo 18 nações latinoamericanas, virtualmente todos os países da região com os quais a *PRC* possui relações diplomáticas. Os exemplos apresentados servem apenas de ilustração, embora não sejam uma lista completa ou representativa:

A Universidade Nacional de Defesa [*The National Defense University*] do *PLA* conta com instituições múltiplas que oferecem cursos em inglês e espanhol aos oficiais latinoamericanos. Inclui:

1. O Instituto de Estudos em Defesa em Changping [*Defense Studies Institute*] próximo a Beijing, uma instituição de ensino especialmente para estrangeiros, que faz parte de universidade mais ampla, oferecendo cursos em espanhol e inglês.
2. A Escola de Comando do Exército [*Army Command College*], localizada em Nanjing, oferece curso de quatro meses em inglês e francês, frequentado por oficiais de países latinoamericanos, inclusive Colômbia, Peru, Barbados e Jamaica, bem como África e outras regiões.

3. A Escola de Comando da Marinha Chinesa [*Chinese Navy Command School*], nos arredores de Nanjing, oferece curso de comando de alta patente de um ano, em inglês. O curso vem sendo frequentado por oficiais militares latinoamericanos, entre outros, o Uruguai¹⁶ e Brasil.¹⁷
 - Uma dependência próxima a Shijiazhuang, que oferece curso de cinco meses em operações de forças especiais a nível operacional-tático é frequentado por oficiais do Uruguai e talvez membros de outras forças armadas.
4. O Centro de Instrução Militar [*The Center of Military Instruction*] do PLA oferece curso em artes marciais, frequentado por Fuzileiros Navais do Chile, entre outros.

Paralelamente, juntamente com esses e outros programas, as forças armadas da América Latina também receberam oficiais chineses.

Exemplos:

1. Durante vários anos, tendo início em 2005, a escola de idiomas do Chile recebeu dois catedráticos da China para lecionar o Mandarim.¹⁸ Após dezembro de 2011 não mais se encontravam no país.
2. Durante uma visita da delegação da Universidade Nacional de Defesa da China [*Chinese National Defense University*] em 2006, a Academia Nacional de Estudios Políticos e Estratégicos – ANEPE do Chile assinou um acordo para o intercâmbio de oficiais e atividades colaborativas, embora ainda não tenha sido ratificado.

A colaboração chinesa com os militares da América Latina em formação e treinamento, encontra-se em rápida expansão, incluindo também programas táticos. Durante a reunião de novembro de 2010 entre o Ministro de Defesa Chinês, Liang Guanglie, e o Ministro de Defesa da Colômbia, Rodrigo Rivera, entraram em acordo para expandir os intercâmbios militares sino-colombianos, inclusive o estabelecimento de 10 vagas para coronéis e generais da Colômbia em academias militares chinesas, bem como o envio de treinadores colombianos à China para cursos de atiradores de primeira classe,

mergulho de combate, sobrevivência e combate fluvial.¹⁹ Do mesmo modo, durante a reunião de setembro entre o Ministro de Defesa Nelson Jobim e o General Liang, expandiram a cooperação entre os dois países, discutindo o treinamento básico.²⁰

Além das oportunidades para desenvolver as relações pessoais e compilar inteligência, tais cursos táticos também assistem a PRC a desenvolver capacidade militar em áreas mais úteis para o trabalho mais direto nos ambientes operacionais únicos da região.

Outro elemento do desenvolvimento de relações militares da China com a América Latina são visitas às instituições. Tais visitas tipicamente envolvem maior número de pessoas, mas duram menos tempo do que os intercâmbios de formação. Embora as oportunidades para desenvolver vínculos pessoais sejam, por necessidade, mais superficiais, tais visitas permitem o alcance de grupos maiores de pessoas cujas funções afetam muitas outras, tais como catedráticos militares e oficiais de média patente. Ao mesmo tempo criam ou fortalecem vínculos instituição-instituição. Exemplos:

- Visitas entre oficiais da Marinha da China e Chile vem ocorrendo regularmente desde julho de 1996, mas aumentaram de uma a duas por ano, desde 2005.
- Na Argentina, houve similar aumento em anos recentes, inclusive visitas de oficiais chineses à Universidade Nacional de Defesa da Argentina e suas Escolas Superiores de Guerra.
- Na Colômbia, as delegações da Universidade Nacional de Defesa da China visitam anualmente a Escola de Guerra da nação.

Além de visita às instituições, outros contatos contínuos entre as forças armadas da China e países latinoamericanos incluem uma visita ao Caribe pelo primeiro navio-hospital, bem como o intercâmbio de visitas portuárias pelos navios de treinamento militar e navios de guerra entre as duas regiões.

De setembro a novembro de 2011, o navio-hospital recém batizado, denominado Arco da Paz [*Arch of Peace*], realizou sua primeira visita ao

Hemisfério Ocidental, atracando em Havana Cuba, Kingston Jamaica, Port of Spain, Trinidad e Puntarenas, Costa Rica. Durante o processo, a PRC demonstrou sua prontidão em seguir o exemplo norteamericano na região, utilizando o equipamento médico como dispositivo diplomático humanitário.

Com respeito a navios de treinamento e outros tipos de navios de guerra, a primeira dessas visitas foi feita pelo navio de treinamento da Marinha chilena, *Esmeralda*, ao Porto de Xangai em 1972. Até 2009, *Esmeralda* havia visitado os portos chineses em 10 ocasiões distintas. Em reciprocidade, a primeira flotilha naval da China visitou a América Latina em abril de 1997. Incluía os contratorpedeiros (mísseis) *Harbin* e *Zhuhai* e o navio de logística *Nancang*. A flotilha atracou no México, Peru e Chile, bem como na Base norteamericana de Pearl Harbor.²¹ A visita mais recente desse tipo, no momento em que este artigo estava sendo redigido ocorreu em 2009 – uma flotilha naval da China que incluía o contratorpedeiro *Shijiazhuang* e o navio de abastecimento *Hongzhehu* atracou em Valparaíso, Chile, Callao, Peru e Guayaquil, Equador.²² Apesar de caráter pacífico, tais visitas beneficiam a Marinha do PLA, ajudando-a a identificar os requisitos para o futuro uso de portos latinoamericanos para manutenção, reabastecimento e outros fins.²³

Além de contatos bilaterais, tais como os mencionados acima, as forças armadas chinesas e latinoamericanas mantêm contato informal através de conferências e outros foros. As Marinhas do Chile e da China, por exemplo, possuem contato regular através do Simpósio Naval do Pacífico Ocidental [*Western Pacific Naval Symposium*]. Por sinal, a PRC apoiou o ingresso do Chile à organização.²⁴

Finalmente, o contato militar-militar também inclui exercícios conjuntos. Em novembro de 2010, os militares chineses e 50 peruanos participaram no exercício humanitário *Angel de la Paz*, enviando destacamento ao povoado de *Villa Maria del Trunfo*, a fim de providenciar tratamento médico à população local.²⁵ O exercício conjunto simulou reação a terremoto pelas duas forças armadas, com resultante fogo químico.²⁶ O PLA doou às Forças Armadas peruanas um hospital de

campanha e ofereceu treinamento em seu uso nas dependências da *Primera Brigada de Fuerzas Especiales* em Chorrillos, próximo à Lima.²⁷

Embora benéfica, em si, a participação da China em exercício humanitário na América Latina pode ser vista como passo lógico em direção à sua participação durante reação a desastre real, sem a cobertura de força multilateral [Nações Unidas, por exemplo].

Venda de Equipamento Militar à América Latina

Exatamente como ocorre com a venda de equipamento militar de outros países, a da China à América Latina ajuda a *PRC* a fortalecer os vínculos com os membros dos departamentos de aquisição, satisfazendo suas necessidades específicas e amarrando essas nações às suas infraestruturas de logística, manutenção e treinamento. Tais transações também auxiliam a *PRC* a desenvolver e sustentar sua própria indústria de defesa nacional com a obtenção de taxas sobre vendas de exportação.

Em geral, as vendas militares da *PRC* à América Latina seguiram o padrão de suas vendas comerciais. As primeiras mercadorias de defesa vendidas na região foram de relativo baixo custo. Artigos pouco sofisticados, tais como uniformes militares e equipamento pessoal. Em alguns casos, a mercadoria foi doada, tais como \$1 milhão [quantias mencionadas subentendem-se dólares norteamericanos] ao ano em bonés, luvas e outro tipo de equipamento não-letal doado à Colômbia. Frequentemente, a mercadoria chinesa é oferecida por terceiros, importadores autorizados a negociar com as forças armadas latinoamericanas.

Como ocorre com a mercadoria comercial, sua capacidade de venda de equipamento militar, sofisticado, pesado à América Latina foi impedida, devido a apreensões acerca de qualidade e a habilidade da *PRC* em manter e apoiar o equipamento em campo, especialmente com respeito a navios, aeronaves, veículos blindados, armamentos e sistemas de comunicação, cujo bom funcionamento é a diferença entre a vida e a morte em campo de batalha. A falta de presença militar

chinesa na região aumentou a inquietude. A ausência de venda de equipamento chinês na América Latina significava que a mercadoria chinesa não havia sido “colocada à prova” na região, assim, sua venda era mais difícil. Além do mais, sem a presença militar chinesa na região, os líderes acreditavam que a manutenção e o suprimento de peças sobressalentes para o equipamento eram por demais arriscados.²⁸

Apesar de tais obstáculos, como ocorre na área comercial, com o passar do tempo a PRC e suas empresas de defesa começaram a movimentar-se pela cadeia de valor agregado, a fim de vender número cada vez maior de mercadoria militar à região. Com isso, conseguiram aproveitar as oportunidades apresentadas pelos regimes hostis aos EUA, tais como a Venezuela, Equador e Bolívia, cuja orientação política e a inabilidade de adquirir tecnologia militar ocidental levou-os a recorrer ao equipamento chinês.

O primeiro avanço decisivo em vendas militares foi, sem dúvida, o anúncio da Venezuela em 2008 que estava em processo de adquirir aeronaves *K-8 (Karakorum)*.²⁹ Essa decisão foi motivada, em parte, pelo fato de que não podia comprar caças norte-americanos, ou peças sobressalentes para a frota existente. Os EUA também conseguiram bloquear a venda de aeronaves similares por outros países ocidentais, devido a tecnologia norte-americana embarcada.³⁰ O acordo para acabar comprando um total de 18 aeronaves *K-8* da *China National Aero-Technology Import and Export Corporation – CATIC*, juntamente com armamento e opção de logística de apoio, foi assinado em agosto de 2008. No segundo semestre de 2009, 11 pilotos venezuelanos e 56 técnicos foram enviados à China para passar por treinamento de voo, manutenção e logística.³¹

A entrega oficial dos primeiros 6 *K-8s* ocorreu em março de 2010.³² Os outros 12 em agosto. Foram enviados ao 12º Grupo Aéreo de Caças na Base Aérea *Rafael Urdaneta de Maracaibo* e ao 15º Grupo de Operações Especiais na Base Aérea *Vicente Landaeta Gil de Barquisimeto*.³³ Além do mais, a liderança militar venezuelana também está avaliando uma aeronave chinesa mais capacitada, a *L-15 Air King*. A *Hongdu*

Aviation Industry Corporation está em posse de proposta para a entrega de 24 delas à *PRC*.³⁴

Além de caças, o governo também anunciou que fará a aquisição de 10-12 *Y-8* aeronaves militares de transporte intermédio, com carga útil de 88 pessoas ou 20 toneladas.³⁵

Com o apoio da liderança política de Hugo Chavez, a aquisição de equipamento chinês pelas Forças Armadas da Venezuela também expandiu a outras áreas. Em 2005 sua Força Aérea adquiriu radares *JYL-1 da China National Electronics Import and Export Corporation – CEIEC*, para defesa aérea, ao custo de \$150 milhões.³⁶ Os radares foram adquiridos pela organização *Compañía Anónima Venezolana de Industrias Militares – CAVIM*. A primeira entrega ocorreu em janeiro de 2008. Logo após, os radares foram colocados sob o comando da Força Aérea da Venezuela.

Os chineses também instalaram centro de Comando e Controle [C2] para os radares em base militar próxima à Caracas, no final de 2008. Entre abril e agosto do mesmo ano, a Venezuela enviou um total de 70 oficiais à *PRC* para treinamento em operação e manutenção do sistema.³⁷ Em meados de 2009, a liderança militar venezuelana mencionou que havia um total de 10 radares chineses em operação.³⁸

Além de compras diretas de mercadoria e sistemas militares da *PRC*, a Venezuela facilitou, em muito, a habilidade daquele país na venda de artigos militares a outros governos que compartilhem a mesma orientação na região, inclusive o Equador e a Bolívia. Seguindo o exemplo da Venezuela, o Equador entrou em negociações para adquirir dois radares em setembro de 2009, manufaturados pela *China Electronics Technology Corporation – CETC*, para serem montados na fronteira norte com a Colômbia, para propósitos de avaliação. Existia a opção para a aquisição de quatro outros.³⁹ Em agosto de 2010, o governo equadoriano anunciou que procederá com tal aquisição: 4 radares tipo *YLC-2V* e *Gap Filler YLC 18*, ao custo de \$80 milhões. A entrega desses sistemas resultou em inúmeras disputas contratuais entre o governo equadoriano e a *CETC*. Em abril de 2012 o governo equadoriano anunciou que a *CETC* deixará de

*cumprir com os termos do contrato.*⁴⁰ A partir de dezembro de 2010, o Equador estava considerando a compra de duas aeronaves de transporte *MA-60* da China. No entanto, em dezembro de 2011, as negociações não haviam progredido.

Finalmente, a *PRC* também doou caminhões e ambulâncias militares e outras mercadorias não-letais ao Equador. De fato, durante a visita do General Varela durante o mês de fevereiro de 2010 à *PRC*, a China mencionou que planejava aumentar o número de doações [dobro].⁴¹

Como o Equador, a Bolívia também seguiu o exemplo da Venezuela, adquirindo equipamento militar da *PRC* – 6 aeronaves *K-8* enviadas à Bolívia em engradados para serem montadas nas dependências de manutenção em Cochabamba.⁴²

As *K-8s* são os primeiros caças da Bolívia. No entanto foram a segunda transação com a *PRC* envolvendo aeronaves para suas forças armadas. Em março de 2007, a Bolívia anunciou que arrendaria duas aeronaves de transporte de pessoal e carga militar, *MA-60*, parte de maior transação que incluía a aquisição de aeronaves de transporte militar da Venezuela.⁴³ As aeronaves *MA-60* foram pagas com empréstimo de \$38.3 milhões, proporcionados pela *PRC*.⁴⁴ Foram entregues em fevereiro de 2008. A terceira maior compra foi de \$300 milhões, aprovada pelo Parlamento da Bolívia em fevereiro de 2012, para aquisição de 6 helicópteros *H425*, transporte, de dupla utilidade, para envio à empresa petrolífera estatal da Bolívia, a *YPFB [Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos]*.

Além da compra de produto-final [i.e., tanques, aeronaves, etc.], a Bolívia também recebeu uma série de doações de outras mercadoria militares. Essas doações foram entregues em quatro parcelas principais. Em dezembro de 2006, a *PRC* anunciou a doação de veículo de assalto (vinte-e-cinco pessoas); munição de infantaria e artilharia; óculos de visão noturna; e capacetes *Kevlar*.⁴⁵ Em 2007, 34 caminhões da empresa *First Auto Works – FAW*; cinco ônibus; três *Toyota Land Cruiser SUVs [Sport Utility Vehicles]*; e caminhão reboque.⁴⁶ Em fevereiro de 2009, 2 canhoneiras.⁴⁷ Em março de 2010: 27 ônibus para transporte

militar, manufaturados pela empresa chinesa *Hinger*; 21 caminhões pequenos *Nissan*; e 40 motores de popa *Yamaha*.⁴⁸ Além disso, de acordo com relatos, entre 1987-1996, a *PRC* também providenciou 10.000 rifles de assalto *AK-47*,⁴⁹ além da doação de motocicletas, bicicletas e outros tipos de equipamento ao Departamento de Polícia da Bolívia.

As transações de armamentos mais notáveis, entre a *PRC* e a América Latina, foram aos países *socialistas* do bloco *ALBA* [Aliança Bolivariana para as Américas]. No entanto avanços significativos ou semi-avanços ocorreram também em outros países.

Em 2009, o Peru chegou ao ponto de ser a primeira nação da América Latina a fazer grande aquisição de veículos blindados da *PRC*. Uma série de 5 tanques chineses *MBT-2000* foi aceita para avaliação pelo exército peruano e exibida com proeminência durante desfile militar em dezembro de 2009.⁵⁰ A compra foi cancelada na Hora H, devido a problemas com o suprimento de motores que eram manufaturados na Ucrânia.⁵¹

Como já mencionado, em 2010, o Peru também recebeu a primeira grande doação de equipamento militar humanitário do *PLA*, com a entrega do hospital de campanha e demais equipamentos, durante a segunda metade de 2010, em um total de \$300 milhões, inclusive o treinamento de pessoal peruano na utilização do mesmo, culminando com o exercício humanitário em novembro daquele mesmo ano. O Peru também adquiriu equipamento não-letal. Em 2007 assinou acordos de defesa com os chineses para permitir que participassem mais diretamente em seu sistema de aquisição militar.⁵²

No entanto, não foi o único aliado dos EUA na região a considerar grande aquisição de equipamento militar da *PRC*. Desde 2006, oficiais militares chineses vêm discutindo a possibilidade de vender veículos blindados e outros tipos de equipamento às forças armadas da Colômbia.⁵³ Até agora, a Colômbia não tomou passos para prosseguir com essas transações, em parte devido a apreensões relacionadas à manutenção e apoio do equipamento, e também devido a relação íntima de defesa e segurança com os EUA.

Além de vendas militares explícitas, ambos os departamentos de polícia do Uruguai e do Peru [*Peruvian National Police – PNP*] e talvez outros departamentos de polícia na região, também avaliaram a aquisição de equipamento chinês. Por Exemplo, o Departamento de Polícia de Montevideu adquiriu viaturas da marca chinesa *Geeley*.⁵⁴ Da mesma forma, em agosto de 2007, a *PNP* assinou contrato com empresa intermediária da Coreia para a aquisição de 700 viaturas policiais *Geeley*.⁵⁵ Como com as vendas militares, essa transação passou por minucioso processo de escrutínio público. Eventualmente foi cancelada.

As Forças Armadas da Colômbia também receberam, aproximadamente, \$1 milhão de dólares anuais em equipamento não-letal, inclusive luvas e gorros de inverno para equipar os batalhões alpinistas para desempenho em alta elevação. Confirmaram e solidificaram a relação em novembro de 2010 com a assinatura de concordata em cooperação de defesa.⁵⁶ Aumentaram a doação anual a \$1,5 milhões em novembro de 2011.

Além dos países supracitados, a Costa Rica também é forte candidata para receber equipamento chinês e outros tipos de assistência para as tropas de segurança. Durante visita a Beijing, em novembro de 2010, o Primeiro Ministro da Costa Rica, René Castro, apresentou solicitação formal à China, a fim de receber assistência em treinamento e equipagem da polícia nacional para combate ao narcotráfico.⁵⁷ A China anunciou a doação de 200 viaturas policiais ao país em setembro de 2011.⁵⁸

Outros países na região flertam com a possibilidade de adquirir grande quantidade de equipamento militar dos chineses. O Estado-Maior da Argentina adquiriu quatro veículos blindados *WMZ-551* para transporte de pessoal do fabricante *Norinco* em 2008. Foram parte da contribuição chinesa ao batalhão mecanizado para a força de manutenção de paz Argentina-Chile, denominada *Cruz del Sur*. A Argentina pagou \$2.6 milhões por veículo que incluía opção de treinamento e peças sobressalentes.⁵⁹ No princípio, os *APCs* fizeram parte de operações em Gonaives, Haiti, onde o batalhão mecanizado da Argentina foi destacado como parte da *MINUSTAH*.⁶⁰ No entanto, inúmeros

problemas assolavam os veículos, o que levou a Argentina a cancelar a compra.⁶¹

Conforme relatos, em 2011, a Argentina estava avaliando a aquisição de helicópteros da China.⁶² Já havia considerado a mesma em 2007, mas tudo ficou em preliminares.⁶³

No caso do Brasil, que possui uma indústria de defesa já bem desenvolvida, não houve grande aquisição de equipamento militar pesado da China. Sem embargo, a possibilidade de parceria entre o Brasil e a China na co-fabricação de tais artigos foi debatida durante o encontro de setembro de 2011 entre Liang Guanglie e Nelson Jobim em Brasília.⁶⁴

As doações de equipamento militar pela PRC à Jamaica em janeiro de 2011 merece menção. A entrega de \$3,5 milhões de mercadoria não-letal, principalmente uniformes e barracas de campanha, mas também capacetes, binóculos, mochilas e coletes à prova de bala à Força de Defesa da Jamaica [*Jamaica Defense Force – JDF*]⁶⁵ foi importante, porque foi feita no momento em que as pequenas e sobrecarregadas forças de segurança daquele país estavam avaliando novos meios de combater a violência relacionada ao narcotráfico, durante a qual 73 pessoas perderam a vida em maio de 2010 em operações dentro de, e nos arredores do bairro de *Tivoli Gardens* em Kingston.

A venda de equipamento militar pela PRC a protagonistas não-estatais na região também merece atenção, embora esta análise não tenha encontrado comprovante de que essas vendas foram realizadas como parte de diretrizes oficiais chinesas. Grande parte do armamento de calibre militar adquirido pelos carteis narcotraficantes no México de origem chinesa, embora adquirida via traficantes de armas.⁶⁶

Conclusão

Sob perspectiva de segurança nacional norteamericana, as dimensões mais importantes do engajamento militar da China com a

América Latina têm a ver com a maneira como a relação está evoluindo, à medida que a *PRC* persegue interesses de segurança legítimos, enquanto permanecem atentos às ações norteamericanas, seu parceiro estratégico mais importante na região. As interações militares da China com a América Latina, em si, não causam problema. Sem embargo, o engajamento militar China-América Latina significa que os EUA irão perceber que sua liberdade de ação na região será limitada, o que não sucedia no passado. A América Latina conta, cada vez mais, com outras opções, além dos EUA para cooperação de segurança, aquisição de armas e treinamento de pessoal. Provavelmente mudará a maneira como o governo entra em barganha, quando se trata de acesso à Bases, partilha de inteligência, operações conjuntas e permissão para que os EUA possam tomar ação direta na região, em particular em áreas tais como combate ao narcotráfico e operações de combate ao terrorismo.

De acordo com o comportamento atual, é provável que a *PRC* continuará a expandir o engajamento militar na América Latina, inclusive exercícios, visitas e venda de armamento, o que aumentará em volume e sofisticação, utilizando, para o crescimento, a comprovação [de bom funcionamento] do equipamento nos países *ALBA*, a fim de introduzir equipamento pesado no mercado comum de armamentos na região. Durante esse período, é provável que a *PRC* permanecerá altamente ciente da reação norteamericana. Também é provável que ficará mais audaz com o passar do tempo, particularmente quando a atual liderança chinesa [quarta geração] for superada pelos líderes mais jovens que cresceram em uma *PRC* que é tida como potência política e econômica e assim, estão confiantes de sua posição privilegiada no mundo.

O Que Devem Fazer os Estados Unidos?

Os contatos cada vez maiores com a América Latina fazem parte compreensível da expansão da *PRC* como protagonista mundial principal com interesses globais. Embora o exemplo do Japão sugira que, atualmente, um país que incrementa o poder econômico em comércio

internacional, a fim de defender seus interesses, não é obrigado, necessariamente a desenvolver vínculos militares com as nações com as quais possui contatos comerciais.

Os Estados Unidos, um parceiro militar de muitos anos na América Latina, têm a oportunidade de forjar novo tipo de relação com os países da região, a fim de ajudá-los a aproveitar as oportunidades e evitar as armadilhas que representa o engajamento com a *PRC*. De fato, como parte integral da região, através de vínculos geográficos, econômicos e humanos, os Estados Unidos possuem a *obrigação* para consigo mesmo e para com seus vizinhos latinoamericanos de agir desta forma.

Devido a importância dos EUA para a *PRC* como fonte tecnológica e mercantil, bem como devido ao dano que animosidade com os EUA causaria ao desenvolvimento econômico e tecnológico da *PRC*, os líderes chineses demonstraram que são bastante sensíveis à reação norte-americana acerca de suas iniciativas. É improvável que a *PRC* irá curvar-se perante as exigências dos EUA. Ainda assim, o tipo da reação norte-americana, entre outros fatores, moldará o comportamento da *PRC* e suas empresas na América Latina, bem como o ritmo sob o qual devem proceder.

Ao mesmo tempo, os EUA devem evitar o lançamento de uma versão moderna da *Doutrina de Monroe*, apresentando um ultimato à *PRC* para “manter-se fora” da região. Tal retórica talvez funcione bem politicamente, induzindo a China a proceder com maior cautela, a curto prazo. No entanto, seria também contrária aos interesses estratégicos norte-americanos, fortalecendo as forças mais conservadoras na *PRC*, aumentando as acusações na América Latina de que seu potente vizinho nortenho, está “mais uma vez” tentando interferir com seus direitos soberanos de manter relações com quem desejarem.

Além do mais, evitar que a *PRC* estabeleça vínculos militares com a América Latina também negaria aos EUA certos benefícios reais que seriam alcançados com o engajamento militar chinês na região. Por exemplo, até o ponto em que comprova ser confiável, o equipamento

pesado e suprimentos chineses, bem como seus programas de treinamento, providenciariam à região meios de baixo custo para satisfazer as necessidades de segurança, face à sérias ameaças, tais como aquelas apresentadas pelas organizações criminosas transnacionais.⁶⁷ A cooperação entre a PRC e os departamentos de polícia da América Latina, com o intercâmbio de dados e pessoal, bem como apoio em tradução, seria de grande benefício no combate às atividades de máfias que operam na região e que possuem vínculos com a PRC, tais como o *Red Dragon*, com seu envolvimento em redes de tráfico de seres humanos.⁶⁸ ou interromper o fluxo de químicos da China aos laboratórios de cocaína nas matas dos Andes e da Amazônia.⁶⁹

Além do mais é também importante para que os EUA atuem com maior transparência com respeito a essas atividades, engajando a PRC de modo positivo acerca de suas atividades no hemisfério, inclusive diálogo regular, com o estabelecimento de mecanismos para a resolução de mal-entendidos, tais como o [*U.S.-China Strategic Dialogue on Latin America*].⁷⁰

Em geral, é importante para os E.U.A. forjarem sua reação ao engajamento militar com a região em termos estratégicos, considerando ambos, as inferências das ações chinesas a longo prazo, bem como de que maneira aquela reação e a maneira pela qual é percebida afetam a posição norteamericana nos países da região. Provavelmente o engajamento militar chinês com a América Latina será algo que aumentará com o tempo e tem a tendência de perdurar na dinâmica regional. A maneira como os E.U.A. conseguem adaptar-se à mesma e como atuação para moldar a realidade terão profundo impacto na segurança ambiental futura da região, bem como na posição dos EUA na mesma. ✪

Notas

1. Este artigo é versão abreviada de monografia publicada em agosto 2011 pelo U.S. Army War College Strategic Studies Institute. Reimpresso e traduzido sob permissão.

2. “Full text: China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean.” China View. Beijing, China. <http://news.xinhuanet.com>. November 5, 2008.

3. Para exemplo da controvérsia, ver “Panama Canal: America’s strategic artery.” BBC News. <http://news.bbc.co.uk>. December 8, 1999. Ver também Nelson Chung, “US faces surprise attack with canal giveaway: Analyst.” Global Security. <http://www.globalsecurity.org>. November 17, 1999.

4. Ver Kevin P. Gallagher e Roberto Porzecanski, *The Dragon in the Room*. Stanford, California: Stanford University Press, 2010

5. “Petrolera china desestima que protesta en Tarapoa haya afectado sus intereses”. El Universo. Guayaquil, Ecuador. November 16, 2006. Ver também “Andes Strikes Deal, Ends Tarapoa Protests.” Rigzone. “http://www.rigzone.com/news/article.asp?a_id=38140~”. November 14, 2006.

6. “Heridos 24 militares en incidentes en protestas en Orellana.” El Universo. Guayaquil, Ecuador. “<http://www.eluniverso.com>”. July 5, 2007.

7. “Los camioneros ratifican el boicot a los super y autoservicios chinos.” Clarín. Buenos Aires, Argentina. “<http://www.clarin.com>”. June 26, 2006.

8. Yolanda Ojeda Reyes, “Ciudadanos chinos reciben protección.” El Universal. Caracas, Venezuela. “<http://www.eluniversal.com>”. November 11, 2004.

9. Christopher D. Young e Ross Rustici. “China’s Out of Area Naval Operations: Case Studies, Trajectories, Obstacles and Potential Solutions.” *China Strategic Perspectives*. No. 3. Washington D.C. National Defense University Press. December 2010.

10. “35,860 Chinese evacuated from unrest-torn Libya.” Xinhua. http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-03/03/c_13759456.htm. March 3, 2011.

11. Song Xiaojun. “Will China Send Forces to Somalia?” *Comentário [blog]*. December 1, 2008.

12. “China confirms death of all 8 Chinese police officers in Haiti quake.” China View. Cn January 17, 2010. <http://www.chinaview.cn>. January 17, 2010. Nos dias que seguiram o terremoto, o contingente de polícia das PLA foi suplementado pelos trabalhadores de busca e salvamento e outro pessoal da PRC. “Chinese rescue team arrives in Haiti, eight Chinese still missing.” Peoples Daily Online. Beijing, China. <http://english.people.com.cn>. January 14, 2010.

13. “Chinese rescue team arrives in Haiti, eight Chinese still missing.” Peoples Daily Online. Beijing, China. <http://english.people.com.cn>. January 14, 2010. A lista oficial de baixas que ocorreram na MINUSTAH, anotam somente quatro membros chineses da força de manutenção de paz. Ver MINUSTAH United Nations Stabilization Mission in Haiti. <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/memorial.shtml>. Baixado em janeiro 12, 2011. Um relato do colapso da sede da MINUSTAH em: “UN Headquarters in Haiti Collapsed in Quake.” CBS News. http://article.wn.com/view/2010/01/13/UN_Haiti_headquarter_collapses_in_earthquake/. January 13, 2009.

14. “China further honors peacekeepers killed in Haiti earthquake.” Peoples Daily Online. Beijing, China. <http://english.people.com.cn>. January 26, 2010

15. Ver Florencia Jubany e Daniel Poon, “Recent Chinese Engagement in Latin America and the Caribbean: A Canadian Perspective” FOCAL. www.focal.ca/pdf/china_lat-am.pdf. March 2006.

16. O requerimento formal, jurídico ao Congresso do Uruguai para o Capitão da Marinha, Sergio dos Santos frequentar o curso de um ano consta da Resolução 56.547 Ministério

de Defensa Nacional. Ministério de Relaciones Exteriores. Montevideo, Uruguay, 29 de abril de 2009.

17. “Simpósio Internacional no Naval Command College do Exército Popular de Libertação da China.” PlanoBrazil. December 18, 2010.

18. “Curso de Chino Mandarín.” Ejército de Chile. Official Website. http://www.ejercito.cl/detalle_noticia.php?noticia=3260. August 2, 2007.

19. “China dona US\$1 millón a Colombia para armamentos.” ABC. Asunción, Paraguay. <http://www.abc.com.py>. September 6, 2010.

20. “Brazil seeks closer defense relationship with China: defense minister.” People’s Daily Online. Beijing, China. <Http://english.people.com>. September 30, 2010.

21. Robert Benson. “Chinese Navy’s Historic Pearl Harbor Visit.” Asia-Pacific Defense Forum. http://forum.apan-info.net/fall_97/China_r.html. Fall 1997. Downloaded January 12, 2011. See also Christopher D. Young and Ross Rustici. “China’s Out of Area Naval Operations: Case Studies, Trajectories, Obstacles and Potential Solutions.” China Strategic Perspectives. No. 3. Washington D.C. National Defense University Press. December 2010.

22. Os navios em questão partiram do porto de Qingdao, China em October 2009. Completaram as visitas aos portos em dezembro de 2009. “Dos buques militares chinos de última generación visitan Ecuador.” Observatorio de la política China. <http://www.politica-china.org>. December 12, 2009.

23. Certa análise nota que os relatos de destacamentos passados sugerem que questões, tais como o conserto ou substituição de peças essenciais de equipamento, bem como a obtenção de suprimentos alimentícios, tais como frutas e vegetais frescos são obstáculos críticos à projeção de força a longo prazo para a Marinha chinesa. Ver Christopher D. Young e Ross Rustici. “China’s Out of Area Naval Operations: Case Studies, Trajectories, Obstacles and Potential Solutions.” China Strategic Perspectives. No. 3. Washington D.C. National Defense University Press. December 2010.

24. Ver “Chinese, Chilean navy commanders discuss ties.” China Daily. Beijing, China. http://www.chinadaily.com.cn/china/2010-11/09/content_11524530.htm. November 9, 2010. Ver também “Hawaii to Host 10th Western Pacific Naval Symposium.” U.S. Navy. Official Website. http://www.navy.mil/search/display.asp?story_id=26329. October 29, 2006.

25. “Ejércitos de Perú y China Concluyen operación de acción humanitaria conjunta en Lima.” Andina. <http://www.andina.com.pe> November 30, 2010.

26. “Operación Conjunta China-Peru de Rescate Medico Humanitario ‘Angel de la Paz.’” Maquina de Combate. <http://maquina-de-combate.com/blog/archives/10429>. November 24, 2010.

27. “Ejercitos de Peru y China Popular culminan operación militar conjunta en salud.” Andina. <http://www.andina.com.pe>. November 30, 2010.

28. Entrevista com o General Carlos Ospina-Ovalle. Ex-Comandante das Forças Armadas da Colômbia. Washington D.C. January 12, 2011. Por que a Colômbia não adquiriu artigos militares importantes da PRC – Perspectivas pessoais.

29. “Venezuela’s Chavez to buy Chinese K-8 planes.” Reuters. <http://www.reuters.com>. May 11, 2008.

30. “Venezuela Air Force to take delivery on Chinese jet trainer K-8 Karakorum next year.” World Military Forum. <http://www.armybase.us/2009/11/venezuela-air-force-to-take-delivery-on-chinese-jet-trainer-k-8-karakorum-next-year/>. November 28, 2009.

31. “Aviación recibe primeros seis aviones chinos de combate K-8W.” *El Universal*. Caracas, Venezuela. <http://www.el-universal.com>. March 13, 2010.
32. *Ibid.*
33. “En agosto llegan 12 nuevos aviones K-8.” *El Universal*. Caracas, Venezuela. <http://www.el-universal.com>. June 30, 2010.
34. A possibilidade da aquisição de L-15 foi debatida em reuniões entre a liderança militar chinesa e venezuelana em outubro de 2009.
35. “Venezuela compra a China 12 aviones de transporte.” *El Universal*. Caracas, Venezuela. <http://www.el-universal.com>. November 29, 2010.
36. “Consideran comprar radares de baja cota.” *El Universal*. Caracas, Venezuela. <http://www.el-universal.com>. June 6, 2009.
37. Embaixador Roger Noriega. Ex-Secretário de Estado Adjunto Encarregado do Hemisfério Ocidental. Observações Públicas no American Enterprise Institute. Washington D.C., January 18, 2011.
38. “Instalarán 10 radares chinos para mayor control del espacio aéreo.” *El Universal*. Caracas, Venezuela. <http://www.el-universal.com>. December 29, 2010.
39. “Ecuador recibirá radares chinos para su frontera con Colombia.” *El Universal*. Caracas, Venezuela. <http://www.el-universal.com>. September 29, 2009.
40. “Ecuador instalará cuatro radares en la frontera con Colombia este año.” *El Universal*. Caracas, Venezuela. <http://www.el-universal.com>. August 16, 2010. “Empresa china CETC incumplió el contrato en entrega de radares” *El Universo*. Quito, Ecuador. <http://www.eluniverso.com>. April 5, 2012. Ver también “Contraloría audita a la FAE por radares chinos y aviones” *El Universo*. Quito, Ecuador. <http://www.eluniverso.com>. May 7, 2012.
41. “China Duplicará Colaboración Militar Con Ecuador, Según Fuerzas Armadas Del Vecino País.” *El Tiempo*. Bogota, Colombia. <http://www.eltiempo.com>. Febrero 15, 2010.
42. “Aviones chinos K8 serán utilizados en la lucha antidrogas.” *La Razón*. La Paz, Bolivia. <http://www.la-razon.com>. Diciembre 13, 2011.
43. “El gobierno decide potenciar la fuerza aérea.” *La Razón*. La Paz, Bolivia. <http://www.la-razon.com>. Febrero 19, 2007. Ver también “La FAB se fortalece con un avión de carga.” *La Razón*. La Paz, Bolivia. <http://www.la-razon.com>. Agosto 2, 2007.
44. “In 2007, Bolivia sextuplico su deuda.” *El Deber*. Santa Cruz, Bolivia. <http://www.eldeber.com.bo>. Enero 31, 2008.
45. “China dono equipos a las fuerzas armadas.” *Los Tiempos*. Cochabamba, Bolivia. <http://www.lostiempos.com>. Diciembre 16, 2006.
46. “China regaló 43 vehiculos a las fuerzas armadas.” *El Deber*. Santa Cruz, Bolivia. <http://www.eldeber.com.bo>. Septiembre 11, 2007
47. “China donó a las FF.AA. de Bolivia US\$2,6 millones.” *AmericaEconomia*. <http://www.americaeconomia.com>. Marzo 31, 2010.
48. “Bolivia y China fortalecen cooperación militar.” *Los Tiempos*. Cochabamba, Bolivia. <http://www.lostiempos.com>. Agosto 18, 2010.
49. “Bolivia aclara que 10.000 fusiles fueron donados por China y no por Venezuela.” *Terra*. <http://noticias.terra.es>. Junio 26, 2008.
50. “Novedad en Parada Militar fue la presentación de cinco nuevos tanques chinos MBT 2000 .” *Agencia Peruana de Noticias*. <http://www.andina.com.pe>. Diciembre 8, 2009. Ver también “Tanques chinos: El Ejército está de acuerdo con la compra.” *Peru21*. Lima, Peru. <http://peru21.com.pe>. Diciembre 10, 2009.

51. “Compania estatal de Ucrania pone travas a la venta de tanques chinos” La Republica. <http://www.larepublica.com.pe>. Febrero 8, 2010.
52. “Perú y China firman un convenio de cooperación por 800 mil dólares.” El Comercio. Lima, Peru. <http://www.elcomerciol.com.pe>. Noviembre 11, 2007.
53. Carlos Ospina-Ovalle. Ex-Comandante-Chefe das Forças Armadas da Colômbia. Entrevista. Washington DC. December 1, 2009.
54. Para fotos dessas viaturas com as cores da Polícia Municipal de Montevideo, ver “Geely Policía de Montevideo.” Flickr. <http://www.flickr.com/photos/13328329@N06/4191019109/>. Acessado em janeiro 27, 2011.
55. “En el Perú ya se venden autos de la marca Geely.” El Comercio. Lima, Peru. <http://www.elcomercio.com.pe>. Agosto 1, 2007.
56. “China dona US\$1 millón a Colombia para armamentos.” ABC. Asuncion, Paraguay. <http://www.abc.com.py>. Septiembre 6, 2010.
57. “Costa Rica pidió a China Continental entrenamiento policial.” El Nuevo Diario. Managua, Nicaragua. <http://www.elnuevodiario.com.ni>. Noviembre 3, 2010.
58. Adam Williams, “China to donate 200 police vehicles, \$4.6 million to Costa Rica.” Tico Times. <http://www.ticotimes.net>. Septiembre 22, 2011.
59. “Norinco Wmz-551b1 Ea.” Socyberty. <http://socyberty.com/military/norinco-wmz-551b1-ea>. October 3, 2010.
60. Christian Vilada, “Argentina evalúa la adquisición de blindados chinos.” Saorbats. <http://www.saorbats.com.ar/news/494>. Agosto 27, 2008.
61. Jorge Elias, “Opinión: Llegaron los VCTP WMZ-551B1 chinos.” Desarrollo y Defensa. <http://desarrolloydefensa.blogspot.com>. Septiembre 10, 2010.
62. “Argentina negocia comprar helicópteros chinos Z-11” Desarrollo y Defensa. <http://desarrolloydefensa.blogspot.com>. Octubre 3, 2011.
63. “Negocia la Argentina comprar helicópteros militares a China.” La Nación. Buenos Aires, Argentina. <http://www.lanacion.com.ar>. Mayo 17, 2007.
64. “Brazil seeks closer defense relationship with China: defense minister.” People’s Daily Online. Beijing, China. <Http://english.people.com>. September 30, 2010.
65. “China sends \$3.5M in military equipment to Jamaica.” Today Online. <Http://www.todayonline.com>. January 15, 2011.
66. “Firearms Trafficking: US efforts to face Arms Trafficking to Mexico Face Planning and Coordination Challenges.” Government Accountability Office. GAO-09-709. Washington D.C. June 2009.
67. Argumento similar foi apresentado pelo Secretário de Defesa Adjunto, Frank O. Mora. “Strategic Implications of China’s Evolving Relationship with Latin America.” Apresentação durante a Conference on China in Latin America. Washington DC. http://www.ndu.edu/chds/China-Wksp/Presentations/CHDS-ChinaSpeech-Frank_Mora.pdf. November 6, 2009.
68. José Meléndez. “La mafia china aumenta el tráfico de personas en AL.” El Universal. Mexico City, Mexico. <http://www.eluniversal.com.mx>. Mayo 10, 2007.
69. “China Tightens Restrictions on Online Transactions of Drug Precursor Chemicals.” Xinhua. <http://english.cri.cn/6909/2010/09/27/45s596567.htm>. Septiembre 27, 2010.
70. “Assistant Secretary Valenzuela’s Travel to China.” U.S. Department of State. Página Oficial da Web. <http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2010/08/145941.htm>. Agosto 12, 2010.



Evan Ellis

Evan Ellis, PhD é Catedrático Assistente do Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa [Center for Hemispheric Defense Studies-CHDS]. O enfoque de sua pesquisa é a relação entre a América Latina e protagonistas externos, como a China, Rússia e Irã. Seu livro, intitulado *China and Latin America: The Whats and Wherefores* foi publicado pela Lynne Rienner em abril de 2009. Entre seus artigos encontram-se estudos sobre a relação entre a América Latina e a China, populismo andino, quadrilhas urbanas, a transformação da milícia, e temas acerca da segurança da energia na região. Além do mais, é o técnico principal do famoso programa *NationLab* do Centro de Exercícios Interativos, que são projetados sob medida e levados a cabo pelo CHDS juntamente com instituições sociais na América Latina sobre temas de importância estratégica para os países anfitriões. O autor teve a oportunidade de apresentar sua obra acerca de temas estratégicos latinoamericanos e outros, em ampla variedade de foros empresariais e governamentais nos Estados Unidos, Argentina, Bolívia, Belize, Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, El Salvador, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela, França e Reino Unido. Com frequência, é um dos palestrantes na Escola de Operações Especiais da Força Aérea dos Estados Unidos. Conta com Doutorado em Ciências Políticas e especialização em Política Comparativa relativa à Violência Étnica.

Gostaríamos de receber sua opinião

Distribuição: Texto aprovado para o público. Distribuição irrestrita.

Isenção de Responsabilidade

As opiniões e pontos de vista expressos ou inferidos neste periódico pertencem aos autores e não contam com a sanção oficial do Departamento de Defesa [Department of Defense], Força Aérea [Air Force], Comando de Treinamento e Educação Aérea da Aeronáutica [Air Education and Training Command-AETC], Universidade da Aeronáutica [Air University], ou quaisquer outras agências ou departamentos do governo dos Estados Unidos.

Este artigo pode ser reproduzido, parcial ou totalmente, sem necessidade de autorização prévia. Caso seja reproduzido, o Air and Space Power Journal – Português solicita a cortesia de menção.

<http://www.airpower.au.af.mil>

Operações de Estabilidade Médica

O Que Todo Militar da Força Aérea Deve Saber

Cel Stephen Waller, *MD, USAF*, Reformado

TenCel José Fonseca, *USAF*, Reformado

Cel Joseph Anderson, *USAF, MC*

Cel James Fike, *USAF, MC*, Reformado

Cel Sean Murphy, *USAF, MC*



A complexidade multidimensional das operações de estabilidade captou muita atenção. As características principais dessas operações incluem assistência humanitária, infraestrutura para reconstrução de emergência, serviços governamentais essenciais e manutenção de ambiente seguro. A *saúde militar* desempenha função vital em cada faceta.¹ Tais operações requerem ampla gama de capacidades. Por conseguinte, futuros líderes devem compreender o aspecto dinâmico de apoio a combate e as necessárias parcerias.

Em campanhas militares passadas, as operações de estabilidade médica [*Medical Stability Operations – MSO*] pareciam mais apropriadas à

Cruz Vermelha e à Agência de Desenvolvimento Internacional dos EUA [Agency for International Development – USAID] e não à Força Aérea ou ao Departamento de Defesa [Department of Defense – DoD]. Atualmente possuem maior amplitude e graus de apoio, abrangendo também os objetivos de segurança nacional. Este artigo examina certos sucessos históricos e a experiência obtida. Delineia também suas muitas fases, tomadas da *DoD Instruction (DODI) 6000.16, Military Health Support for Stability Operations*. Essa declara que será “explicitamente esclarecida e integrada em todas as atividades MHS [Military Health System], inclusive doutrina, organização, treinamento, educação, exercícios, equipamento, liderança, pessoal, dependências e planejamento”.² Os autores esperam, assim, auxiliar os futuros líderes da Força Aérea a melhor compreender como o *DoD* coloca em execução essa tarefa essencial, “uma das missões militares básicas dos EUA”. Sua “prioridade é comparável à operações de combate”. Delineia também os possíveis obstáculos.³

Essas ações são básicas às tarefas pertinentes, bem como à estabilidade, segurança, transição e reconstrução.⁴ Na verdade, seu histórico é bem mais longo. Certos autores tecem analogias entre as operações de estabilidade modernas e as campanhas de fronteira do Século XVIII, bem como as ocupações do México, Filipinas e à antiga Confederação do Século XIX. Em 1966 o Gen H. K. Johnson, Chefe do Estado-Maior do Exército, utilizou esse tipo de operações em contexto doutrinário, descrevendo-as como missão fundamental do Exército: o “emprego de força para manter, restaurar e criar clima de ordem, sob o qual governo legítimo consegue funcionar de forma eficaz”.⁵ Em 1967 o *Army Field Manual 31-23, Stability Operations: US Army Doctrine*, fez desse conceito parte da orientação formal. O Cel (mais tarde Maj Gen) Spurgeon Neel, cirurgião do Comando de Assistência Militar dos EUA no Vietnã, ao descrever o apoio médico às operações de estabilidade notou que “a pedra fundamental é o desenvolvimento de programa de treinamento médico para o exército da nação anfitriã, o que resultará em multiplicação permanente em grau de auto-suficiência médica”.⁶ Sabemos agora que as *MSOs* e o aumento em capacidade da nação

parceira são a responsabilidade, não só do Exército ou da Força Aérea, mas também do governo norteamericano. É óbvio que cada Arma deve manter o enfoque em sua função. Ao mesmo tempo, devem entrar em ação para suplementar as agências da nação parceira. Como o *DoD* e a Força Aérea colocam em execução a orientação das *MSOs* para o apoio dinâmico a combate no mundo complexo atual.

Doutrina

Vários princípios fundamentais já foram estabelecidos. Os Títulos 10 e 22 do Código dos Estados Unidos [*United States Code*] há muito tempo estabelecem a orientação para o aumento de capacidade médica em nações parceiras, tais como distribuição de recursos excedentes, as funções de formação militar internacional e o programa de treinamento, que patrocina o intercâmbio de especialistas desde 1961. A Diretiva Presidencial de Segurança Nacional [*National Security Presidential Directive*] 44, *Management of Interagency Efforts Concerning Reconstruction and Stabilization*, 2005, autorizou o Departamento de Estado a agir como a agência principal do governo dos norteamericano em operações de estabilidade. O *DOD* desempenha função de apoio. As mudanças em doutrina de defesa resultantes são sólidas.

Joint Publication (JP) 3-0, Joint Operations, setembro 2006 (atualização mais recente de agosto de 2011), inicia com o estabelecimento de nova diretriz conjunta, para a Arma e para o comando. A *JP 3-07, Stability Operations*, setembro 2011, adverte os comandantes de forças conjuntas que integram e sincronizam as operações de estabilidade com as operações de combate ofensivas e defensivas, de que necessidades humanitárias surgem durante qualquer fase das ações.

JP 4-02, Health Service Support, outubro de 2006, um texto de quase 400 páginas, atualmente em processo de revisão, inclui orientação para o componente médico, aconselhando o pessoal a projetar além de proteção de força em questões de tratamento de baixas em combate, tanto durante o planejamento, como na execução da missão de operações de

estabilidade. As ameaças à saúde da população local, de forças multinacionais, funcionários e empreiteiros do governo norteamericano, fazem também parte da missão militar, bem como o trabalho cooperativo com organizações internacionais e não-governamentais (ONGs). Dessa forma, os serviços militares de saúde contribuem à estabilidade política e sócio-econômica.

JP 3-29, Foreign Humanitarian Assistance, 17 março de 2009, ordena que o Secretário-Adjunto encarregado de diretrizes, supervisione a Agência de Cooperação de Segurança em Defesa [*Defense Security Cooperation Agency*], que agiliza o financiamento para assistência humanitária, formação e treinamento militar. Uma organização bem sucedida, o Instituto de Defesa para Operações Médicas [*Defense Institute for Medical Operations*], sediado em San Antonio, Texas, sob a agência executiva do Serviço Médico da Força Aérea, patrocina cursos “treino-treinador” para paramédicos de campo de batalha em ampla variedade de tópicos, inclusive reação a desastres e *HIV/AIDS*. Em exemplo clássico de desenvolvimento de capacidade para parceiros, um dos autores deste artigo, o Coronel Waller, lecionou curso referente à reação a desastre regional com as equipes do Instituto na África do Sul e El Salvador. Esse último patrocinou exercício relacionado após o curso – o primeiro deste tipo naquele país. Quando forte terremoto assolou a região alguns meses após, esses preparativos salvaram muitas vidas e fizeram com que os grupos médicos da nação tomassem conta do recado, sem o auxílio dos EUA ou de qualquer outra nação estrangeira.⁷

DODI 3000.05, Operações de Estabilidade [Stability Operations] também coloca em execução a nova doutrina *MSO*: “Assegurar que o pessoal médico e a capacidade estejam preparados para fazer face aos requisitos de saúde civil e militar durante as operações de estabilidade”.⁸ Essa função ampla inclui quatro tarefas principais, mencionadas no primeiro parágrafo deste artigo.

DODI 6000.16 esclarece o emprego de pessoal médico militar, colocando ênfase na alta prioridade da missão *MSO*, bem como nos meios para integrá-la ao espectro total das atividades *MHS* e em segmento

vital da capacidade de apoio dinâmico a combate. Um documento conjunto de capacidades, intitulado *Stability Operations: Military Health System*, agosto de 2008, que colocava a missão em execução, anota 13 áreas de capacidade *MSO*.⁹ Uma das recomendações prioritárias do documento inclui: desenvolvimento de doutrina; organização; treinamento; equipamento; liderança e educação; pessoal e dependências [*doctrine, organization, training, materiel, leadership and education, personnel, and facilities – DOTMLPF*] solicitação de mudança para *MSO*; defesa do território nacional; e apoio civil, tarefa quase concluída. À medida que os comandos combatentes [*Combatant Commands – COCOM*] e forças revisam as diretivas e instruções, a fim de cumprir com a nova orientação, muitas questões permanecem. A nova missão *MSO* deve dedicar-se a treinamento e prioridades, não em funções extras sem financiamento ou pessoal. Outras tarefas atuais e custos são relegados à mais baixa prioridade, a fim de incluir habilidades *MSO* na mescla de competências *MHS*. Quando as operações de combate diminuírem em alcance, talvez certa quantia de financiamento e mão-de-obra fiquem disponíveis. Caso contrário, os comandantes da Força Aérea, supervisores, e a liderança de alta patente da *MHS* deverão criar eficiências e inovações, a fim de cumprir com o mandato *MSO*. A Força Aérea, que possui os recursos médicos mais dinâmicos e portáteis das três Armas, confrontará certos problemas singulares no desempenho de função essencial.

Que atividades teriam a maior probabilidade de fomentar parceria e capacidade, habilitando países aliados a reagir às próprias contingências e às da região? Em 2007, um documento oficial do Comando das Forças Conjuntas descrevia as atividades necessárias para aperfeiçoar a capacidade médica como algo que seria “melhor do que cuidado médico direto” e mais eficaz para atingir os objetivos estratégicos bilaterais.¹⁰ O Cel Sean Murphy e o Cel Dale Agner, parafraseando os líderes de alta patente do *DoD* e do Departamento de Estado, observaram que “dólar-por-dólar, as atividades humanitárias do governo norteamericano e do *DoD* são a melhor maneira de estabelecer os objetivos de segurança nacional no estrangeiro.”¹¹ Aconselham substituir os termos

aumentar a capacidade da parceria e diplomacia médica com engajamento cooperativo de saúde, que infere aprendizagem compartilhada e relação amistosa de longo prazo com a nação anfitriã, comparada à união temporária de conveniência. O engajamento de saúde cooperativo pode ocorrer em um mundo onde “aliado” a “beligerante” e “seguro” a “hostil” forma um contínuo marcado por ambiguidade e a dinâmica das nações em constante mudança.

Assim, a doutrina *MSO* deve informar e influenciar as ações de diretrizes e estratégia. A futura doutrina *MSO* deve responder a uma série de perguntas: Que quantidade de conhecimento cultural o pessoal médico deve contribuir aos vários *COCOMs* e exercícios multinacionais? Será que a proficiência no idioma local é requisito essencial em todos os engajamentos? Se for o caso, qual a melhor maneira do *DoD* assegurar-se de que o pessoal pertinente irá adquirir proficiência? À medida que o *DoD* e a Força Aérea avaliam os empreendimentos humanitários, que medidas de eficácia melhor captam o valor da missão? Que indicadores de saúde pública devem impulsionar as prioridades *MSO*, e até que ponto devem ser específicos ao país em questão? Como podemos traduzir a experiência obtida em combate à melhor assistência humanitária? O paramédico das forças especiais modelo, que se mescla à comunidade, aumentando a credibilidade com os cidadãos da nação anfitriã conta com sucesso e admiradores. Entretanto, de acordo com o Título 10 do Código dos Estados Unidos [*Title 10, United States Code*], a assistência cívica e humanitária não deve providenciar tratamento às forças armadas da nação anfitriã ou paramilitares.¹² Será que a doutrina pode aliviar e esclarecer este tipo de tensão? Os autores sabem que intensificar a parceria com os oficiais de governo da nação anfitriã, enquanto negamos tratamento médico a eles e as suas famílias é impasse enorme. A doutrina em si não consegue transformar-se em capacidade *MSO* eficiente e eficaz. Apesar dos novos princípios de emprego *MSO*, a reação dos EUA ao terremoto de Haiti e aos destacamentos da *Continuing Promise* [Evento humanitário anual que dura 4 meses. É planejado e lançado pelo *U.S. Southern Command*. Organizações Não-Governamentais, equipes militares e liderança de várias nações operam

em conjunto no desempenho de diversas funções, inclusive medicina, veterinária, odontologia e engenharia. Os grupos que viajam a bordo do *USNS Comfort* e *USS Iwo Jima* visitam portos localizados no Caribe e Américas (Central/Sul) não possuíam planejamento de saúde pública e pessoal de medicina preventiva, a não ser alguns paramédicos destacados para a proteção da saúde das forças norteamericanas. O desenvolvimento de re-destacamentos refinados, sem controvérsia para as operações humanitárias, bem como estratégia de saída *MSO* comprovaram sua dificuldade. Para colocar em efeito eficaz doutrina *MSO* em futuras operações, devem ocorrer mudanças em hábito militar e organogramas.

Organização

Após o estabelecimento de sólida doutrina, como podem o *DoD*, a Força Aérea e a *MHS* organizar-se para levar a efeito *MSOs* mais eficazes? As sedes do *COCOM* regional do *DoD* estão organizadas para apoiar muitas atividades de cooperação em segurança médica, tais como exercícios multinacionais, missões de assistência humanitária, laboratórios de doenças tropicais, suprimento direto e ensino de tratamento médico, inclusive os recentes destacamentos, bem difundidos, dos navios *USNS Mercy* e *Comfort*.¹³ No entanto, a incapacidade do Departamento de Saúde Pública e Serviços Sociais [*Department of Health and Human Services*] de manter financiamento para o imprescindível *Central American Regional Medical Training Center* no Panamá e a publicidade negativa de “promessa” não cumprida, quando o Congresso cortou o financiamento, foram exemplos negativos de engajamento médico norteamericano insustentável em nações parceiras, exemplificando as apreensões citadas por Murphy e Agner.

O Secretário de Defesa Adjunto, encarregado de assuntos de saúde, estabeleceu o [*Medical Stability Operations Working Group – MSOWG*], que formula requisitos de competência para impulsionar câmbios na organização do *MHS*. A iniciativa Especialista em Saúde Internacional [*International Health Specialist – HIS*] do Serviço Médico da Força Aérea

[*Air Force Medical Service*], que já conta com 10 anos de existência, foi notável sucesso organizacional, criado pela visão do TenGen Paul K. Carlton Jr., ex-Cirurgião Geral da Força Aérea [*Air Force Surgeon General*]. Essa iniciativa colocou um grupo de especialistas, habilitados em idiomas, juntamente com grupo de pessoal médico culturalmente competente em cada *COCOM* regional, a fim de facilitar a coalizão e atividades humanitárias.¹⁴ As equipes *IHS* comprovaram o valor durante: assistência após a *tsunami* no Oceano Índico; estabelecimento de Ministério de Saúde no Iraque; e dezenas de exercícios multilaterais em todos os teatros. O *MSOWG* recomendou a execução de capacidade organizacional similar para as três Armas. Além do mais, o Serviço de Saúde Pública forma indivíduos para a coordenação internacional em campo, em reação às demandas para maior capacidade internacional e assistência humanitária, colocando ênfase no território nacional e junto à nações parceiras.

A coordenação de esforços entre as forças militares e as sedes conjuntas regionais foi um tanto problemática. Por exemplo, quando as missões relacionadas à saúde foram executadas pela *MHS*, lado a lado com a nação parceira, no entanto sem o conhecimento de outra agência militar que, ao mesmo tempo, desempenhava funções na região. O *MSOWG* após reconhecer a necessidade de melhor coordenação e comunicação, recomendou melhorias em organização para diminuir a lacuna.

A relação entre o *DoD* e os grupos de coordenação humanitária cívico-militar internacional, tais como o *United Nation's Interagency Standing Committee*, integra outra área de interesse em capacidade organizacional para ágil *MSO*. Tanto aquele comitê como um consórcio do Instituto da Paz dos EUA [*US Institute of Peace*], *DoD* e *USAID* publicaram padrões de consenso relacionados aos vínculos cívico-militares durante operações de estabilidade. O *SOUTHCOM* estabeleceu um posto de intercâmbio junto à *USAID* em 2007, a fim de remediar certas questões de comunicação e sincronização. O Gabinete do Secretário de Defesa Adjunto, encarregado de assuntos de Saúde, Divisão Internacional

de Saúde [*Office of the Assistant Secretary of Defense for Health Affairs, International Health Division*] do *DoD*, conta com oficial de ligação designado para o Departamento de Estado, juntamente com especialista em ONGs, tempo integral, em tentativa de realçar o diálogo e a coordenação interagencial. O mesmo tipo de cooperação com outras agências, como treinamento, serviriam muito bem à tentativas de reestruturação do *DoD*.

Treinamento

Em geral, consideravam-se as missões humanitárias militares de destacamentos de treinamento. Com frequência, os objetivos estratégicos regionais do plano de cooperação de segurança em teatro receberam pouca atenção. Sem dúvida, a *DoDI 3000.05* deveria cessar esse tipo de comportamento, ordenando aos *COCOMs* a integração de conceitos e atividades de operações de estabilidade em treinamento, exercícios, bem como todo tipo de planejamento. A instrução acima ordena que o Secretário de Defesa Adjunto, encarregado de pessoal e prontidão compartilhe o treinamento para operações de estabilidade com outras agências governamentais norteamericanas, aliados e ONGs, incluindo a proficiência em idiomas e cultura nessas atividades de treinamento. No entanto, as lacunas em implementação continuam a existir, o que ficou claro com a nova versão atualizada da diretiva de treinamento militar conjunto, *DoD Directive 1322.18, Military Training, 13 January 2009*, que deixa de mencionar operações de estabilidade.

A ênfase em mudanças de treinamento sob as *MSOs* não significa passo gigante para o pessoal médico da Força Aérea. Afinal de contas, o trabalho humanitário normalmente motiva os jovens a ingressar em carreiras de saúde. Os provedores de tratamento médico militar normalmente utilizam parte dos dias de folga e férias para serviço voluntário. Por conseguinte, a inclusão de missões *MSO* como parte do dever significa continuar a colocar a vocação em prática e, assim, incentivo para muitos.¹⁵

No entanto, mesmo com todo esse tipo de ação, grande parte do treinamento anual requer atualização. O treinamento feito antes do destacamento, que coloca em execução muitos conceitos *MSO*, requer maior atenção. Deve incluir as necessidades dos cidadãos da nação anfitriã em termos de saúde pública e medicina preventiva. O pessoal médico que apoia as equipes integradas de treinamento e de reconstrução comunitária [*provincial reconstruction team – PRT*] é um grupo criado pelo governo norteamericano. Consiste de: oficiais militares; diplomatas; e especialistas em reconstrução. Trabalham em conjunto em apoio aos empreendimentos de reconstrução em nações instáveis. No Afeganistão passaram por treinamento geral e específico à região. A Missão de Treinamento e Comando de Transição de Segurança Combinada – Afeganistão, da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, contratou os serviços de treinamento *MSO* do *Center for Disaster and Humanitarian Assistance Medicine* oferecidos através da Universidade de Bethesda [*Bethesda's Uniformed Services University*], aumentando a capacidade do Exército e Departamento de Polícia do Afeganistão, em setores médicos. Grande parte do trabalho feito baseado em modelo *MSO* eficaz—o Programa de Prevenção ao *HIV/AIDS* do *DoD*, administrado pela Marinha – concentra-se em 26 nações africanas e requer assistência e treinamento militar-militar, a fim de desenvolver novos programas projetados sob medida para a cultura e condições da região. Esse processo específico à nação faz com que as nações possuam maior controle do programa, o que leva a maior aceite, como comprovado pelas críticas favoráveis.¹⁶

Em outro exemplo, Murphy e Agner descrevem o sucesso do modelo do *DoD* no Chile, Curso de Tratamento de Baixas de Combate. Os médicos da Marinha chilena receberam treinamento do pessoal da Força Aérea dos EUA e repassaram a nova habilidade aos colegas civis e militares de 15 nações vizinhas. Mais tarde, os formandos do curso de vários países foram destacados em reação a terremoto em Pisco, Peru, onde providenciaram a interoperabilidade de serviços médicos [Interoperabilidade descreve a extensão pela qual sistemas e dispositivos podem intercambiar dados e interpretar esses dados compartilhados.

Para que dois sistemas sejam interoperáveis devem ser capazes de intercambiar dados e subseqüentemente apresentá-los de tal modo a serem compreendidos pelo usuário].¹⁷ Este treinamento na América do Sul também estabelece a capacidade de apoiar as operações de manutenção de paz em todo o globo. Muitos países nas Américas do Sul e Central fizeram uso desse tipo de treinamento durante os destacamentos. O fato de que levou mais de 10 anos para estabelecer esse programa no Chile, realça como são importantes as relações de longo prazo, essenciais ao sucesso das *MSOs*.

O recente destacamento de pessoal médico da Mongólia à operação de manutenção de paz da ONU em Darfur, Sudão, foi outro sucesso. O componente da Força Aérea do Comando do Pacífico *PACOM*, através de sua equipe *HIS*, coordenou a compra do conjunto de equipamento hospitalar portátil da Força Aérea para a Mongólia e treinou o pessoal em sua operação, fornecendo aquele país a oportunidade de reconhecimento internacional positivo e financiamento para o destacamento da ONU. Sem dúvida, todos receberam o benefício dessa atividade – um modelo para futuras tentativas, também no setor educativo.

Educação

Uma série de cursos educativos apoiam as *MSOs*. Um dos mais importante é o Curso de Operações de Estabilidade Médica [*Medical Stability Operations Course*], evento de três dias patrocinado pelo *Defense Medical Readiness Training Institute* em San Antonio. Há décadas o Instituto leciona o Curso de Tratamento de Baixas em Combate [*Combat Casualty Care Course*] a milhares de membros da Força Aérea e outros militares médicos. De formato combinado – palestras e pequenos grupos de estudo, esse curso introduz os oficiais militares às funções *MSO*. O Gabinete do Coordenador para a Reconstrução e Estabilização do *DoD* oferece vários cursos de treinamento em reconstrução e estabilização. A *Uniformed Services University* do Departamento de Saúde [*Health Sciences*] em Bethesda, Maryland, que leciona uma variedade de cursos relacionados, inclui certos de seus conceitos em

sua Faculdade de Medicina, enfermagem e currículo de graduação. O Centro Marshall da OTAN na Alemanha coloca à disposição um curso de três semanas em segurança, estabilidade, transição e reconstrução para os EUA, bem como oficiais e civis aliados. Um curso de treinamento de mentor médico de três dias faz parte do treinamento em habilidade de combate no *Joint Readiness Training Center* em Fort Polk, Louisiana, para todos os assessores médicos do *DoD* destacados ao Afeganistão. Essas oportunidades refletem a diversidade de cursos e o grande empreendimento para estabelecer educação *MSO* eficaz.

O novo *Joint Military Education and Training Center* em San Antonio convida a participação de estudantes estrangeiros, do mesmo modo que o novo *Aerospace Training Center* na Base Aérea Wright-Patterson, Ohio, que oferecerá o Curso em Medicina Aeroespacial Avançada para Oficiais Médicos Internacionais [*Advanced Aerospace Medicine for International Medical Officers Course*]. Ambos os centros buscam intercâmbios internacionais para completar o quadro de pessoal. Esses exemplos indicam que o *DoD* está seguindo o rumo correto com relação ao engajamento de saúde cooperativo e melhor formação *MSO*, o que pode levar a exercícios mais produtivos.

Exercícios

Desde a era da Guerra Fria grande parte dos exercícios multinacionais colocam em destaque habilidades *MSO*: *African MEDFLAG*; *Caribbean New Horizons*; *Philippine Balikatan*; e o *Cobra Gold* na Tailândia.¹⁸ Esses quatro exemplificam os exercícios bilaterais com sólido planejamento e atividade. Com frequência incluem projeto de ensino e ação cívica médica, providenciando tratamento direto aos cidadãos indigentes da nação anfitriã. Embora levem a efeito o propósito principal de treinamento militar bilateral, não são suficientes, em si, para desenvolver capacidade de saúde pública em nações parceiras.¹⁹

Os *COCOMs* e componentes das forças começaram a realinhar os exercícios com a meta de aumento de capacidade *MSO* em áreas de

responsabilidade. Por exemplo, o Comando Europeu recém atualizou o exercício *MEDCEUR* com enfoque em operações de reação a desastre para as forças norteamericanas e de coalizão. O *Pacific Angel* inclui o transporte aéreo de equipe de intercâmbio da *Pacific Air Forces – PACAF* à áreas remotas de nações anfitriãs, combinando os requisitos de treinamento e exercício.

Os exercícios médicos, tanto do *DoD* como da comunidade civil, devem destacar os resultados estratégicos e efeitos significativos a longo prazo—não só os indicadores de progresso mais simples. Por exemplo, se a saúde pública for o objetivo de segurança regional, o simples cálculo de número de vacinas não é suficiente para estabelecer progresso. Deve-se calcular os índices de doenças específicas àquelas vacinas e a melhoria em saúde pública, em geral, meses ou anos após—como outras entidades, tais como a Organização Mundial de Saúde, fazem com frequência.

Um melhor cálculo do efeito da atividade humanitária *MSO* oferece vários benefícios para empreendimentos atuais e futuros. O planejamento avançado para a compilação de dados em tempo real e análise permitiria correções apropriadas a meio caminho, à medida que a missão progride. Os resultados ajudariam os comandantes a colocar em prioridade atividades futuras, baseados no resultado demonstrado. Essas tentativas evitariam o conflito de atividades levadas a cabo por outras agências e ONGs norteamericanas, providenciando resultados quantificáveis com transparência que seria dispositivo eficaz contra o extremismo. Além do mais, certas tentativas de cálculo oferecem discernimento referente aos requisitos de equipamento militar necessário para as atividades *MSO*.

Equipamento Militar

Os requisitos de equipamento militar para *MSOs* são substanciais e diferem daqueles utilizados em operações de combate. Uma força médica qualificada para *MSO* depende de mobilidade e confiabilidade,

qualidades dos recursos médicos da Força Aérea que, de hábito, demarcam o padrão para o *DoD*. A reestruturação das operações atuais e miniaturização de equipamento médico aperfeiçoarão o desempenho do equipamento *MSO*. A comunidade humanitária das ONGs estabeleceu alto padrão em equipamentos com os padrões aceitos internacionalmente do *Sphere Project*, aplicáveis a muitas tarefas *MSO*.²⁰

O emprego eficaz de helicópteros *Chinook* no Paquistão, após o grande terremoto de 2005, produziu um dos cenários de relações públicas mais bem sucedidos em operações humanitárias militares. Os *Chinooks* transportaram cargas pesadas de equipamento humanitário e médico, bem como pacientes feridos, sobre desfiladeiros bloqueados por avalanches. A publicidade que seguiu desempenhou papel importante para as tentativas de segurança norteamericana na região.²¹

Outra “boa reportagem” envolve o sucesso da Força Aérea do Chile e seu hospital de campanha, criado com a utilização de modelo do hospital de campanha da Força Aérea norteamericana e uma série de equipamentos padrão da OTAN. Foram destacados à nações vizinhas após terremoto, incêndio em supermercado e acidente de ônibus com grande número de vítimas. Em cada uma dessas ocorrências os efeitos benéficos foram impressionantes, afetando positivamente os pacientes, a diplomacia e o treinamento de pessoal para o hospital.

Esses dois exemplos provocam certas apreensões acerca da capacidade de equipamento militar do *DoD*. Devemos aperfeiçoar a interoperabilidade das *MSOs* com as nações aliadas para que se tornem tão fluidas quanto possível. A urgência de reação eficaz durante crise (denominada “regra da hora de ouro” na medicina norteamericana) deve impulsionar maiores inovações na portabilidade de equipes *MSO*, provavelmente incluindo o posicionamento avançado de certos suprimentos de assistência, próximo à áreas de risco. Tal armazenagem, a longo prazo, requer que o *DoD* analise os efeitos de segurança, se for necessário prolongar o vencimento de suprimentos médicos descartáveis. Frequentemente, as datas atuais de vencimento não são estabelecidas de acordo com estudos científicos. As prioridades e relações

políticas regionais, bem como a vulnerabilidade à crises dos parceiros de coalizão específicos, estabelecerão as prioridades para certas tarefas de equipamento militar.

Recentemente, a Força Aérea desenvolveu a nova geração de apoio médico expedicionário, denominada Equipe de Reação Médica. Esse grupo contém toda a experiência acumulada, juntamente com aquelas da equipe de assistência humanitária de rápida reação do *PACAF*, enviada pelo grupo de reação de contingência, de Guam. A equipe de reação de saúde utiliza módulo que reage, durante período de tempo limitado à qualquer atividade humanitária, desastre ou total engajamento cinético, permitindo ao pessoal norteamericano, durante cada missão, utilizar aquilo que necessitam e nada mais. O serviço médico da Força Aérea faz o possível para que esteja disponível a cada *COM*, além de preencher os requisitos específicos à Força Aérea. A utilização apropriada desse recurso singular dará origem à novas questões para os futuros líderes.

Liderança

O *MHS* encara tarefa complexa para desenvolver a liderança de *MSOs*. Grande número dos líderes surgiram durante a Guerra Fria, era frequentemente marcada por competição bipolar, sem o benefício da doutrina de operações de estabilidade de 1966 do General Johnson. Os destacamentos para missões humanitárias eram vistos como dispositivos contra inimigo monolítico soviético e seus intermediários. A era de emergências complexas, colocadas em realce no filme *Black Hawk Down* e o fracasso das forças norteamericanas na Somália em 1993, surpreenderam as autoridades competentes, que não haviam planejado para tais contingências.

Apesar desse histórico, a liderança *MSO* desfrutou de certos momentos notáveis. Muitos notaram que a reação humanitária do *PACOM* após a *tsunami* na Indonésia; o terremoto no Paquistão; e a *tsunami*/desastre nuclear no Japão foram operações bem administradas, que

servirão de modelo para ação futura.²² A equipe *IHS* do *PACAF*, em apoio ao *PACOM*, desempenhou papel principal, empregando a habilidade correta, no lugar certo e no momento preciso. Se desejarmos impacto humanitário, sustentável, a baixo-custo, necessitamos tal capacidade em futuras operações ao redor do globo.

A fim de traduzir essa experiência e muitas outras em conhecimento e habilidade para futuros líderes da Força, a *National Defense University* e as escolas de guerra das Forças Armadas engajam os alunos. A *Air University* abriga a *Air Force Culture and Language Center*, que oferece cursos de familiarização optativos em idiomas estrategicamente importantes, com o intuito de deliberadamente desenvolver futuros líderes com competência cultural e proficiência em idiomas principais. Além do pequeno número de alunos privilegiados que frequentam esses cursos, necessitamos de outros líderes *MSO* de similar competência. Consequentemente, o *MSOWG* do Pentágono define os requisitos para desenvolver a liderança *MHS*. Além disso, as Operações Médicas do Instituto de Defesa [*Defense Institute of Medical Operations*] e o [*Defense Medical Readiness Training Institute*], supracitado, destacam o aperfeiçoamento de líderes em dois cursos emblemáticos: (1) Curso de Liderança em Saúde Pública para Desastres e Gerenciamento de Sistema de Saúde Pública [*Leadership Course in Disaster Public Health and Public Health System Management*] e (2) Curso de Liderança em Reação a Desastre Regional e Gerenciamento de Sistemas de Trauma [*Leadership Course in Regional Disaster Response and Trauma Systems Management*]. Ao utilizar esses dispositivos com a diligência apropriada, no momento preciso, o *DoD* cultiva os líderes necessários, que formarão o quadro de pessoal correto para sólida mescla em futuras *MSOs*.

Pessoal

Os líderes de alta patente, tais como o Gen Michael Ryan, ex-Chefe do Estado Maior da Força Aérea, defendem maior competência em cultura e idiomas estrangeiros, há mais de uma década. Tanto o ciclo de rotação de breves missões, como a tradição impulsionada por relatórios

de eficiência que recompensam especialmente sucesso a curto prazo são contrários aos requisitos de programa *MSO* experiente, a longo prazo. Pode ser que as relações com certas nações parceiras não conseguirão prosperar sob tais restrições. Se o *DoD* for obrigado a dar às operações de estabilidade o mesmo grau de prioridade que merecem as de combate, como exigido pelas novas instruções, deve também adaptar certas diretrizes de pessoal para a força médica. Novos requisitos de função originarão novas demandas em treinamento e formação. A coordenação de programas e a formação simultânea de pessoal nesta época de operações de ritmo acelerado serão difíceis.

Durante uma década, os acantonamentos *HIS* da Força Aérea (oficiais e alistados), sobreviveram as pressões de limites estabelecidos pelos quartéis-generais e demandas de operações de combate em cada comando regional. O pessoal *IHS* que serviu na equipe de assessoria de ligação da *Coalition Provincial Authority* do Ministério de Saúde do Iraque, recém estabelecido, prestou serviço valiosíssimo em momento de crise. Estava a postos para reagir com extrema rapidez. O grupo de especialistas treinados e acessíveis aperfeiçoaram os objetivos mais amplos de segurança.

O *MSOWG* está começando a fazer com que este conceito bem sucedido seja empreendimento conjunto da Força Aérea, Exército e Marinha, a fim de produzir especialistas em saúde global, competentes em comunicação interagencial e realidade política regional, sem falar em habilidade cultural/idiomas. A classe de indivíduos que aperfeiçoariam muito a capacidade *MSO*. Como será que os sistemas de pessoal da Força Aérea e das Armas Irmãs lidarão com essa mudança? A experiência diz que não vai ser fácil. Pode ser que a singularidade da missão necessitará de certos ajustes no atual sistema de promoção das Forças.

Para conseguir os recursos humanos necessário à missão *MSO* a melhor solução seria sincronizá-la com os programas educativos. Sem dúvida, o mandado para apoiar essa missão envolve grandes recursos humanos durante operações de estabilidade. Além do mais, não podemos

colocar o pessoal no local para desempenhar as *MSOs*, sem a mescla correta para essas novas missões.

Dependências

As dependências para *MSOs* eficazes refletirão inovações e capacidades não disponíveis ao pessoal médico durante a Guerra Fria, tais como portabilidade e capacidade de serviço autônomo. Os abrigos construídos pelo *DoD*, quer sejam para crises ou ação deliberada em ambiente complexo, a longo prazo, devem ser culturalmente apropriados, usar bom senso em higiene, contar com o apoio e “controle” da comunidade e da nação anfitriã e dirigir-se à questões de saúde pública. O *DoD* também deve trabalhar em parceria com o governo da nação anfitriã e as ONGs, para que se comprometam a manter essas dependências, a longo prazo.

O papel do *PRT* e o uso análogo de financiamento para os programas de reação à emergências foram alvo de críticas pelos membros da comunidade humanitária. Muitos dentre eles acreditam que a distinção entre trabalhadores humanitários e *PRT* é um tanto nebulosa, resultando em consequências inesperadas. Esse argumento é válido até certo ponto. No entanto, em ambientes de baixa segurança, as opções podem variar, de dependências de *PRT* à falta completa de progresso, ponto final. Evidentemente, uma decisão difícil.

Com respeito às ações humanitárias em ambientes não contestados, todos os interessados devem concordar no local e estilo das novas dependências. Do mesmo modo, o empreendimento deve ser duradouro. Em era *MSO* devemos reestruturar os abrigos, eliminando aqueles antigos da era da Guerra Fria. Durante a década de 1990, o Coronel Waller tomou parte em destacamento junto à equipe de exercício *Red Horse* da *New Horizons* em nação caribenha, observando que em um período de 20 anos o hospital de saúde pública naquele local havia perdido o teto sete vezes, devido a tempestades. Frequentemente fora consertado à custa do contribuinte norteamericano. O novo teto deve ser sustentável

(i.e., construído para sobreviver a maioria dos ciclones), uma das lições *MSO* mais básicas. As dependências duráveis farão com que ambas as nações concentrem-se em outras prioridades, tais como melhor planejamento para necessidades futuras.

Planejamento

A comunidade de planejamento médico militar apoiaria a execução eficaz de *MSO*. Os planejadores médicos requerem trabalho inovador de equipe, solidário com a comunidade, nação parceira e outros interessados. A inclusão de anexo *MSO* específico aperfeiçoa muito o plano de cooperação de segurança do teatro, uma lista anual de prioridades para cada *COCOM*, redigida antigamente no Comando Europeu, Comando Sul e Comando Pacífico [*European Command, Southern Command and Pacific Command*] e, atualmente em preparativos no Comando Africano [*AFRICOM*]. Tal plano possui longo histórico de inclusão de anexo de medicina preventiva à parte, cujo enfoque é proteger a saúde das forças dos EUA e não *MSOs*. O novo anexo *MSO*, que se dirige a ambos, a proteção de saúde da força e os objetivos de saúde pública das nações parceiras, a longo prazo, incrementará as prioridades regionais para os componentes de apoio. Outras organizações e países poderão melhor compreender a direção geral do plano e seu apoio médico, quando tomarem conhecimento das prioridades do anexo *MSO*.

Os planos de ação em crise devem respeitar todos os interessados, inclusive o Ministério de Saúde da nação anfitriã, o pessoal da Embaixada e, especialmente, os provedores de atendimento médico no local do destacamento que providenciam continuidade de cuidado médico e atividade *MSO*. Os planos devem também dirigir-se ao impacto da missão proposta a longo prazo. Devemos aperfeiçoar a capacidade da nação parceira, sem desacreditar seus provedores médicos. Durante o planejamento das prioridades da missão, quaisquer índices de saúde pública sob consideração devem ser precisos, quando possível. O principal é que os planejadores devem dirigir-se ao desenvolvimento de recursos humanos, a fim de providenciar um atendimento médico que

irá perdurar, multiplicando o empreendimento para que outros aprendam a fazer o mesmo, criando, assim, um efeito cascata, auto-sustentável, com os recursos locais, culturalmente apropriados. Em vez de deslocar a capacidade local, as *MSOs* devem desenvolver parceiros capazes.

Conclusão

As dimensões são tão amplas como as dificuldades de segurança que encaram a nossa nação e o mundo durante o século XXI. Como demonstrou este artigo, essas operações alcançam todos os elementos em um espectro de tarefas militares – doutrina, organização, treinamento, equipamento, liderança, formação, pessoal, dependências, exercícios e planejamento, em uma variedade de meios importantes.

As *MSOs* estão estabelecendo novo paradigma para as Forças Armadas, a fim de utilizar seus recursos médicos eficazmente e a executar as operações de estabilidade, avançando os objetivos de segurança nacional. A Força Aérea pode enviar o pessoal médico – recursos *MSO* críticos e às vezes únicos – a fim de executar essas missões com êxito. As *MSOs* oferecem apoio essencial aos grupos dinâmicos de combate, contribuindo ao aumento de parcerias, duas funções fundamentais da Força Aérea. A complexidade e o espectro do trabalho envolvido no desempenho de *MSOs* eficazes afetarão o *DoD* e seus *MHS* de maneira diversa e precisa. Os autores acreditam que a Força Aérea está à altura da tarefa, mas as soluções não devem ser triviais ou automáticas. Exigem doutrina, formação e o suprimento de recursos em contínua evolução, bem como a utilização de experiência obtida de operações atuais e passadas. ★

Notas

1. Joint Publication 3-0, *Joint Operations*, 11 August 2011, http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp3_0.pdf.

2. Department of Defense Instruction (DODI) 6000.16, *Military Health Support for Stability Operations*, 17 May 2010, [1], <http://www.dtic.mil/whs/directives/corres/pdf/600016p.pdf>.
3. Ibid.
4. A atualização da DODI 3000.05, *Stability Operations*, 16 September 2009, <http://www.dtic.mil/whs/directives/corres/pdf/300005p.pdf>, substituiu a versão de 2006 (operações de estabilidade, segurança, transição e reconstrução). O Departamento de Estado prefere o termo *reconstrução e estabilização*.
5. Andrew J. Birtle, *U.S. Army Counterinsurgency and Contingency Operations Doctrine, 1942–1976* (Washington, DC: Center of Military History, US Army, 2006), 421, http://www.history.army.mil/html/books/us_army_counterinsurgency/CMH_70-98-1_US%20Army_Counterinsurgency_WQ.pdf.
6. COL Spurgeon P. Neel, “The Medical Role in Army Stability Operations,” *Military Medicine* 132, no. 8 (August 1967): 605.
7. Rasa Silenas et al., “US Armed Forces Medical Operations other than War,” *International Journal of Risk Assessment and Management* 9, no. 4 (2008): 367–75, http://www.inderscience.com/search/index.php?action=record&rec_id=20414&prevQuery=&ps=10&m=or.
8. DODI 3000.05, *Stability Operations*, 10.
9. As áreas incluem: gerenciamento de comunicações médicas e informação (MCom); gestão de risco à saúde (HRM); avaliação de risco à saúde (HRA); Comando e Controle (MC2); inteligência médica (MI); logística médica (ML); planejamento médico (PLAN); tratamento de baixas em combate e transporte de pacientes (CC); movimento de pacientes (PM); apoio à saúde mental (MH); comunicação de risco à saúde (HRC); treinamento e formação de saúde internacional e preparo cultural (TE); e apoio a serviços veterinários (VS).
10. Joint Forces Command, *Emerging Challenges in Medical Stability Operations*, comunicação oficial do governo (Norfolk, VA: Joint Forces Command, 4 October 2007), “Introduction,” 4.
11. Col Sean Murphy e Col Dale Agner, “Cooperative Health Engagement in Stability Operations and Expanding Partner Capability and Capacity,” *Military Medicine* 174, no. 8 (August 2009): iii–x.
12. Title 10, *United States Code*, chap. 20, sec. 401.
13. Os laboratórios de doenças tropicais do DoD são os Destacamentos de Pesquisa Médica Naval em Jakarta, Indonésia; Lima, Peru; e Cairo, Egito; e o Instituto de Pesquisa de Ciências Médicas das Forças Armadas em Bangkok, Tailândia.
14. Lt Gen Paul K. Carlton Jr., “New Millennium, New Mind-Set: The Air Force Medical Service in the Air Expeditionary Era,” *Aerospace Power Journal* 15, no. 4 (Winter 2001): 8–13, <http://www.airpower.au.af.mil/airchronicles/apj/apj01/win01/win01.pdf>.
15. LTC Jeff Drifmeyer, COL Craig Llewellyn e LCDR David Tarantino, “Humanitarian Service and Recruitment and Retention of Uniformed Services Medical Personnel,” *Military Medicine* 169, no. 5 (May 2004): 358–60.

16. “Country Reports,” DOD HIV/AIDS Prevention Program, Naval Health Research Center, acessado em 7 de dezembro de 2011, <http://www.med.navy.mil/sites/nhrc/dhapp/countryreports/Pages/default.aspx>.

17. Murphy e Agner, “Cooperative Health Engagement,” iv–v.

18. Colonel Waller, um dos autores deste artigo tomou parte em cada um dos quatro longos exercícios militares, que contam com componentes de assistência humanitária e componentes médicos. *MEDFLAG*. Desde 1987, são levados a efeito anualmente, tipicamente como um de vários eventos de três semanas ao ano, cujo enfoque é o treinamento de reação a desastres, colaboração médica e o fornecimento de tratamento aos cidadãos de nações anfitriãs. Cada ano, o exercício é levado a cabo em diferente nação africana. Durante missão para a Força Aérea dos EUA na Europa o Coronel tomou parte nos exercícios de Uganda e Camarões. *Balikatan*, que significa “ombro a ombro” em Tagalog, vem sendo levado a efeito quase todos os anos, desde o início da década de 1980. O exercício continua sendo bilateral. A participação médica é somente uma das facetas. Inclui a colaboração e intercâmbio de especialistas médicos e o fornecimento de atendimento médico à nação anfitriã. O Cel Waller liderou o hospital de campanha, que atendeu mais de 14.000 pacientes na área rural de Luzon durante exercício na última parte da década de 1980. Todos os anos, o exercício *New Horizons* é dominado por melhorias em engenharia e infraestrutura em muitas nações caribenhas. Também conta com a participação médica. Durante a última parte da década de 1990, o Cel Waller liderou a equipe médica em Saint Kitts como parte do *New Horizons*. O exercício bilateral *Cobra Gold* na Tailândia teve início em 1982, vindo a ser multilateral em 1994. A participação médica é pequena mas importante parte do exercício. O hospital de campanha comandado pelo Cel Waller estabeleceu o *Cobra Gold* no final da década de 1980.

19. Durante conferência inicial de planejamento do exercício, o diálogo acerca da construção de escola em nação tropical não se dirigiu aos aspectos básicos de saúde pública, como banheiros, pias e telas nas janelas para evitar o ingresso de insetos. Já faz mais de um século que reconhecemos sua necessidade [desde a excavação do Canal do Panamá]. Sem dúvida, tais melhorias deveriam fazer parte da construção padrão nesses locais. No entanto, isso não acontece.

20. Sphere Project, *Humanitarian Charter and Minimum Standards for Humanitarian Response* (Rugby, UK: Practical Action Publishing, 2011), <http://www.sphereproject.org/>.

21. Bret Stephens, “Chinook Diplomacy,” *Wall Street Journal*, 22 December 2005.

22. CDR Dave Tarantino, “Asian Tsunami Relief: Department of Defense Public Health Response; Policy and Strategic Coordination Considerations,” *Military Medicine* 171, suplemento (October 2006): 15–18.



Col Stephen Waller, MD, USAF, Reformado

Durante mais de 30 anos o Col Waller passou por diversos comandos e cargos em departamentos de saúde. Liderou o Departamento de Oftalmologia no *Centro Médico Wilford Hall*, na Base Aérea Lackland, Texas onde realizou a primeira cirurgia refrativa a laser em dependências da Força Aérea. Sua equipe desenvolveu capacidade portátil de cirurgia oftálmica, que desde então já tratou mais de 70.000 pacientes e realizou 6.000 cirurgias, durante exercícios de destacamento, especialmente na região do *Southern Command*. Recebeu o Prêmio de Excelência (para Dependências) [Installation Excellence Award] do Secretário do Departamento de Defesa, em 1999. Formando da Escola Superior de Comando e Estado Maior e da Escola Superior de Guerra da Aeronáutica [*Air War College*], recebeu a designação de Especialista em Saúde Internacional. Atualmente é Catedrático Assistente de Medicina Preventiva para a *Uniformed Services University, Health Sciences* em Bethesda, Maryland.



TenCel José Fonseca, USAF, Reformado

Completou 23 anos de carreira como Oficial do Corpo de Ciências Biomédicas [*Biomedical Science Corps*]. Passou os últimos quatro anos nos Quartéis-Generais do *USSouthern Command*, onde exerceu vários cargos em Segurança Médica. Logo após, recebeu uma bolsa da Fundação *Henry M. Jackson* para Catedrático Assistente de Medicina Preventiva na *Uniformed Services University – USU*. Como membro de grupo de especialistas da Faculdade, desenvolveu o currículo de Saúde Pública para o Programa de Pós-Graduação em Assistência Humanitária, Reação a Desastres e Saúde Global. Recebeu o Mestrado em Saúde Pública da *USU* em 2003, completando o programa de Saúde Internacional e a prática de 12 meses em várias agências dedicadas à Saúde Global.



Col Joseph Anderson, USAF, MC

Diretor da *Global Health Division*, Catedrático Assistente de Medicina Preventiva, e Diretor do Programa *Air Force International Health Specialist* do Departamento de Medicina Preventiva e Biométrica da *Uniformed Services University, Health Sciences*, Bethesda, Maryland. Chefia um programa acadêmico que leva ao Diploma de Mestrado em Saúde Pública com especialização em Saúde Internacional. Coordena e leciona cursos de especialização em Saúde Internacional. É mentor de candidatos de Mestrado em Saúde Pública, Projetos de Pesquisa. Atualmente designado ao Gabinete do Subsecretariado de Defesa para *Personnel and Readiness in Training Readiness and Strategy Division* como Diretor Assistente de treinamento para destacamentos e interinstituições. Comandou destacamentos médicos em esquadrão e grupos nos Estados Unidos, no estrangeiro e em zonas de combate. Cirurgia de Voo Chefe com mais de 850 horas em aeronaves 25, é certificado pela Junta Médica em Medicina Geral e Medicina Aeroespacial.



Col James Fike, USAF, MC, Reformado

Recebeu o Bacharelado em Ciências da Universidade de Brigham Young, o Doutorado em Medicina da *Washington University*. É consultor particular em Saúde Global e desempenha funções em Medicina Tropical e de Viagem, bem como Tecnologia em Tratamento de Saúde em Assistência Humanitária e ambientes de Reação a Desastres. Certificado pela Junta Médica em Medicina Interna e qualificado em Medicina Aeroespacial, possui extensa experiência em Medicina Operacional, Selvagem, Tropical e Viagem. Recentemente Reformado pela Força Aérea passou os últimos 11 anos de carreira no Programa *AF International Health Specialist* em uma variedade de posições, inclusive Diretor de Programa e Consultor em Saúde Internacional para o Cirurgião Geral da Força Aérea. Durante a ativa serviu em todos os níveis, do tático ao estratégico, tanto como Clínico e especialista em assuntos de Operações de Estabilidade Médica. Recebeu o Bacharelado em Ciências da Universidade de Brigham Young, o Doutorado em Medicina da *Washington University*. É consultor particular em Saúde Global e desempenha funções em Medicina Tropical e de Viagem, bem como Tecnologia em Tratamento de Saúde em Assistência Humanitária e ambientes de Reação a Desastres. Certificado pela Junta Médica em Medicina Interna e qualificado em Medicina Aeroespacial, possui extensa experiência em Medicina Operacional, Selvagem, Tropical e Viagem. Recentemente Reformado pela Força Aérea passou os últimos 11 anos de carreira no Programa *AF International Health Specialist* em uma variedade de posições, inclusive Diretor de Programa e Consultor em Saúde Internacional para o Cirurgião Geral da Força Aérea. Durante a ativa serviu em todos os níveis, do tático ao estratégico, tanto como Clínico e especialista em assuntos de Operações de Estabilidade Médica.



Col Sean Murphy, USAF, MC

Formando da *USAFA*, Mestrado em Ciências da *National War College*, Doutorado da *Uniformed Services University, Health Sciences* é o Cirurgião Assistente Adjunto em tratamento de saúde. Certificado pela Junta Médica em Pediatria e qualificado em Medicina Aeroespacial. Foi Comandante de Voo, Esquadrão e Grupo, durante destacamentos e em sua Base. Serviu no Comando de Combatentes Conjuntos com a função de Cirurgião do Comando do *USSouthern Command*. Anteriormente desempenhou as funções de Cirurgião do Comando das Forças Aéreas do Pacífico.

Gostáramos de receber sua opinião

Distribuição: Texto aprovado para o público. Distribuição irrestrita.

Isenção de Responsabilidade

As opiniões e pontos de vista expressos ou inferidos neste periódico pertencem aos autores e não contam com a sanção oficial do Departamento de Defesa [Department of Defense], Força Aérea [Air Force], Comando de Treinamento e Educação Aérea da Aeronáutica [Air Education and Training Command –AETC], Universidade da Aeronáutica [Air University], ou quaisquer outras agências ou departamentos do governo dos Estados Unidos.

Este artigo pode ser reproduzido, parcial ou totalmente, sem necessidade de autorização prévia. Caso seja reproduzido, o *Air and Space Power Journal* – Português solicita a cortesia de menção.

<http://www.airpower.au.af.mil>

KWar: Guerra Cibernética e Epistemológica

Comando e Controle Reformulado Ganha a Guerra do Conhecimento

Mark Ashley*



No filme *Patton*, George C. Scott, no papel do Gen George S. Patton, supera a estratégia do Marechal de Campo alemão, Erwin Rommel, e exclama: “Rommel, Seu Magnífico Bastardo, eu li o teu livro!” O tomo, *Infanterie Greift An [Infantry Attacks]* (1937), permitiu a Patton saber como se comportaria Rommel em batalha. Colocou o conhecimento em prática e o adversário levou desvantagem. Este artigo vai um passo além, asseverando que, não somente devemos compreender o adversário, mas também devemos exercer maior agilidade, reformulando completamente a abordagem de Comando e Controle (C2). Para isso, devemos: aprender a discernir a situação de forma sincronizada e centralizada; empregar C2 descentralizado (DC2) juntamente com sistemas de execução; e conceitos operacionais.

*Grato a Robert Bivins e a Richard Szafranski pela contribuição.

Especificamente, o objetivo deste artigo é outorgar maior significado a conceito recente de combate, bem como incentivar maior raciocínio acerca do mesmo: guerra centrada em conhecimento [*Knowledge-Centric Warfare – KCW*], também denominada *Kwar*, e seus efeitos estratégicos.¹ Em última instância, busca convencer o leitor de que, atualmente, no campo de batalha centralizado em rede [*network-centric battlespace*], o vencedor não deve simplesmente atacar e explorar os sistemas cibernéticos e de comunicação do inimigo, de forma tática. Deve compreender todo o ambiente da informação. O vencedor utilizará o conhecimento obtido, ao compreender o ambiente de maneira totalmente adaptável e reativa, a fim de obter vantagem estratégica, discernindo e compartilhando a situação em sincronia, com o emprego do *DC2*. Essas condições estão presentes, quando as autoridades competentes e combatentes compreendem e coordenam categoricamente o intento do comandante, através de maior quantidade de tempo e espaço em ambiente operacional. Após discernir a situação, podemos capacitar e acelerar o *DC2* e a execução para que possamos permanecer dentro do círculo de decisão-ação do adversário.

O Discernimento Advém do Conhecimento

Atualmente, os líderes militares continuam a buscar e a promover novos meios de fazer com que o combate seja altamente adaptável ao conhecimento: treinar os soldados a usar a cabeça (a força mental) para lutar de forma inovadora com armas modernas (mesmo que continue sendo força bruta), sem estrutura centralizada e rígida de *C2* servindo de obstáculo. À medida que a força motriz revolucionária da Terceira Onda [*Third Wave*] de “conhecimento amadurece” no século *XXI*, a tecnologia (especificamente, a informática) muda o estilo de combate. Essa eterna busca pela informação e conhecimento mudará fundamentalmente o estilo de guerra. A vitória será daquele que adquire a informação, compreende seu valor real, e emprega a mesma, adaptando-a da melhor maneira possível.

Para fazer com que a drástica progressão tecnológica tenha sentido na atual “era da informática”, devemos compreender a informação e conhecer suas origens e valor. Para os nossos propósitos, definimos a informação como coleta de fatos ou dados que, quando colocados em contexto produzem o significado derivado da completa gama de percepções sensoriais. A fim de obter vantagem estratégica utilizamos informação muito mais do que antes: “Em períodos de guerra a informação (. . .) é o fator militar principal (. . .) para controlar o campo de batalha (. . .) é o princípio organizacional bélico e do período pós-moderno.”² Além do mais, devemos notar que “mesmo se alguém possui perfeita informação, de nada valerá se não estiver vinculada à profunda compreensão de seu significado (. . .) A racionalização é indispensável (. . .) Aquele que possui maior quantidade de informação nem sempre é o vencedor. Ganha aquele que possui melhor discernimento, aquele que prima em perceber padrões.”³ Somente quando conseguimos discernir esses padrões de dados, vinculando-os a outros, criamos conhecimento. Quando este conhecimento é centralizado, de fácil acesso e consumo gera o discernimento compartilhado da situação.

Todas essas dimensões de conhecimento estão mudando, simultaneamente, à velocidades nunca antes vistas, exigindo “tomada de decisão mais rápida, mais inteligente, sob condições cada vez mais complexas e até mesmo caóticas” (fig. 1).⁴ Dada a importância da informação em geração de conhecimento, devemos verificar sua origem com maior cuidado—os elementos epistemológicos, baseados em observação e credos que nos permitem interpretar os dados, correta ou erroneamente. A epistemologia é exatamente isto: O estudo da natureza e origem do conhecimento e sua validade. De acordo com Richard Szafranski, a epistemologia é simplesmente “tudo que um organismo humano—indivíduo ou grupo—mantém como verdadeiro ou real, não importa se (. . .) foi adquirido como conhecimento ou credo.”⁵ Baseado na descoberta de algo verdadeiro ou real, nosso conhecimento denuncia o comportamento. A fim de compreendermos o comportamento humano devemos levar em consideração o que faz o ambiente e como os organismos reagem. A fim de compreender os

sistemas e o ambiente do adversário, tomamos a epistemologia—as origens e evolução de nosso conhecimento, que incluem as teorias e observações comprovadas—empregando-as então à cibernética, que se enfoca em como os sistemas funcionam, sem se importar se o sistema for orgânico [humano], mecânico ou social.⁶

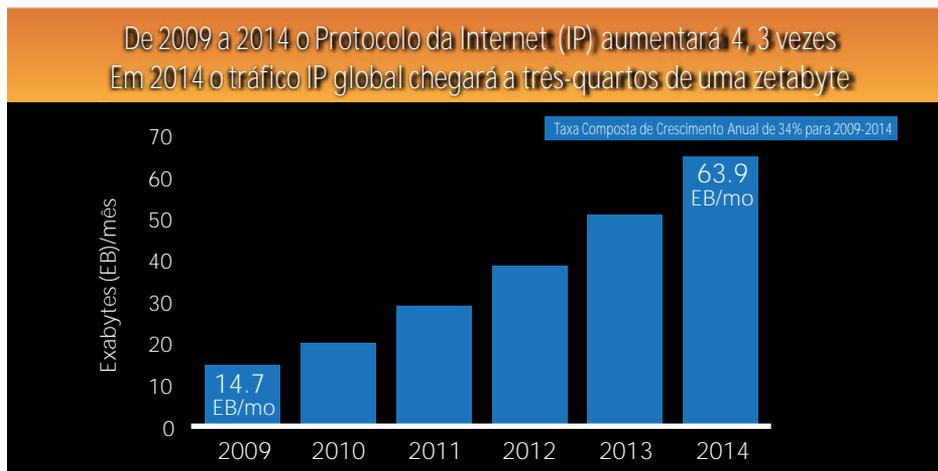


Figura 1. Crescimento global do tráfego de protocolo da Internet. (Adaptado de Stacey Higginbotham, *The Zettabyte Era Is Getting Closer* GigaOM, 2 June 2010, <http://gigaom.com/video/the-zettabyte-era-is-getting-closer>. “1 *bit* = um único dígito binário, 0 ou 1; 1 *byte* = 8 *bits* (. . .) 1 *exabyte* = 1024 *petabytes*, aproximadamente $1.15 \cdot 10^{18}$ [10¹⁸] bytes; 1 *zettabyte* = 1024 *exabytes*, aproximadamente $1.18 \cdot 10^{21}$ bytes.” *Answerbag*, 10 January 2005, http://www.answerbag.com/q_view/13291.

O Conceito de Guerra Centrada em Conhecimento

O desenvolvimento final da guerra de Terceira Geração [Third Wave] pode muito bem ser o projeto consciente de algo que o mundo ainda está para ver: estratégias competitivas de conhecimento.

—Alvin e Heidi Toffler

De acordo com as operações militares na área da informática, “na fase estratégica, a meta de campanha de guerra de informação ‘perfeita’ é influenciar as opções do adversário e assim, seu comportamento, sem que o adversário saiba.⁷ Por conseguinte, em qualquer discussão de planos que colocam ênfase em manipular as opções e o comportamento do adversário, mais uma vez empregamos o ciclo de John Boyd: Observar, Orientar, Decidir, Atuar [*Observe, Orient, Decide, Act – OODA*] (fig. 2) e sua estratégia de apoio, que “vincula a cognição à ação projetada para infiltrar o ciclo de decisão do adversário.”⁸ Boyd conjectura que podemos compreender o comportamento humano, quando processamos, mentalmente, a informação, mas ele rejeita a noção de percepção do cérebro como dispositivo para processar informação “pois a mente humana pensa com ideias, não com informação.”⁹ Um exame mais íntimo do ciclo revela que a teoria estratégica de Boyd aponta a observação como o método utilizado para revelar e identificar a mudança, ou a falta da mesma, dentro dos ambientes e do mundo que revolve em torno de outros seres humanos. A orientação representa como percebemos e observamos a realidade, “as imagens, visualizações e impressões do mundo influenciadas pela *herança genética, tradições culturais, experiências prévias e circunstâncias que se desenrolam*” (grifo original) e que influenciam a maneira como interagimos com o ambiente.¹⁰ A orientação, em outras palavras, estrutura a maneira como observamos, decidimos e agimos.¹¹ De forma ideal, tomamos as decisões apropriadas aos objetivos, a fim de aperfeiçoar a capacidade de ação.

Em última estância, nosso objetivo estratégico é fazer com que o inimigo mude sua percepção da realidade, continuamente, de forma tal que ele acaba atolado em incerteza e desordem, devido a contradições devastadoras e interações inconsistentes, o que força a tomada de decisões errôneas. A meta de penetração do ciclo *OODA* inimigo reflete, a fundo, as operações militares de decepção operacional, tática e estratégica, definidas na *Joint Publication 3-14, Space Operations* como “aquelas medidas projetadas para enganar o inimigo por intermédio de manipulação, distorção ou falsificação de provas, a fim de induzi-lo a reagir de

modo contrário a seus interesses.”¹² Em suma, impedimos ao adversário acesso à informação, ou seja, *KCW*.

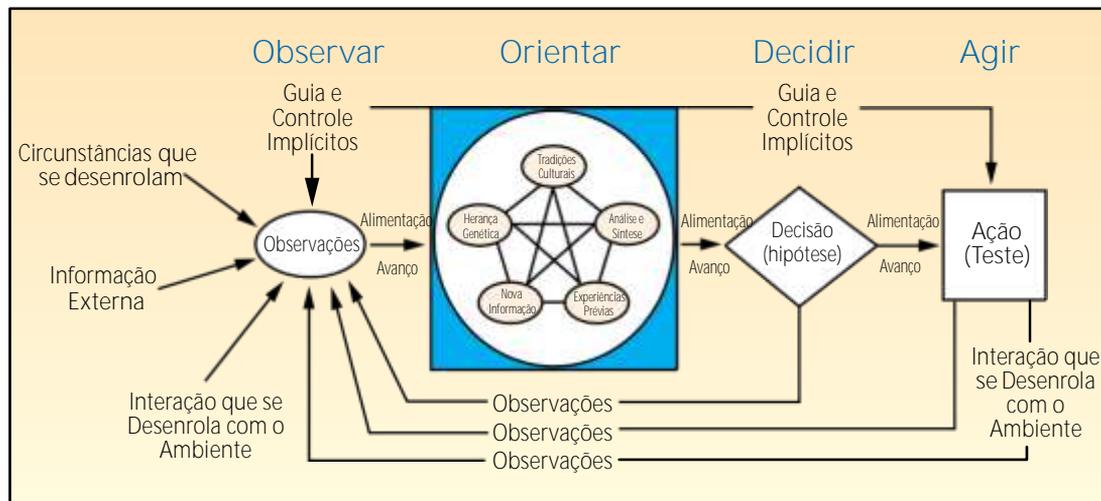


Figura 2. O ciclo OODA de John Boyd. (Adaptado de Frans P. B. Osinga, *Science, Strategy and War: The Strategic Theory of John Boyd* [London: Routledge, 2007], 231.)

Por que é essencial e o que tudo isso tem a ver com a guerra cibernética? As operações cibernéticas, primariamente enfocadas em tática, tentam infiltrar e desarticular os computadores e redes do adversário. Apesar de continuarmos a avançar celeremente para aperfeiçoar a capacidade cibernética, tanto ofensiva como defensiva, devemos agora passar da tática à estratégia. Para isso devemos reconhecer as inferências estratégicas e todo seu potencial, quando utilizamos o conhecimento para suprimir e reduzir o conhecimento e canais de informação do inimigo, penetrando seu ciclo de decisão e influenciando suas observações e percepções. Por conseguinte, a *KCW* deve manter em mira e com sucesso alterar aquilo que Alvin e Heidi Toffler denominam de “filtros da verdade” utilizados para validar observações e perspectivas.¹³

A mudança, de guerra centrada em informação, à *KCW*, já se encontra em andamento, devido, em grande parte, a fabulosa nova tecnologia que surge no campo de batalha – um fato que devemos notar e

adotar. Tal tecnologia, contudo, acelerou o ciclo de tomada de decisões, pois quantidade enorme de dados é acessível com maior rapidez, acelerando o processo. Essa mudança dinâmica não se limita ao campo de batalha, mas transcende a cadeia de comando, permeando os mais altos níveis, realçando os requisitos, cada vez maiores, para aumento de sincronização. A fim de obter tal percepção compartilhada e sincronizada requer maior confiança da liderança e maior autorização para os líderes subordinados, bem como a introdução de nova e emergente tecnologia (fig. 3).¹⁴

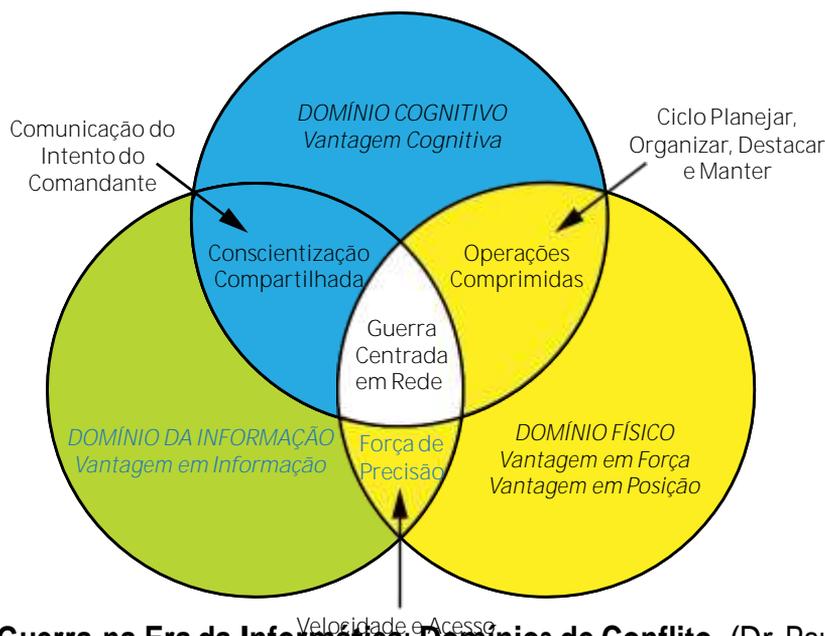


Figura 3. Guerra na Era da Informática: Domínios de Conflito. (Dr. Paul W. Phister Jr. e Mr. Igor G. Plonisch, *Information and Knowledge Centric Warfare: The Next Steps in the Evolution of Warfare* [Rome, NY: Air Force Research Laboratory, Information Directorate, n.d.], 7, http://www.dodccrp.org/events/2004_CCRTS/CD/papers/188.pdf.)

Uma vez que as decisões dependem, sempre mais, de constante bargagem de dados e informação, devemos saber o que é, e o que não é, real. Consequentemente, o casal Toffler alega que indivíduos em certas

culturas e sociedades empregam qualquer um dos seis critérios ou filtros aceitos, a fim de validar seus pontos de vista:

1. Consenso: algo tido como verdadeiro, através da sabedoria convencional.
2. Consistência: algo que afirma a verdade, se os fatos que a apoiam estiverem em harmonia com outros.
3. Autoridade: Algo autenticado por alguém na liderança.
4. Revelação: Algo supostamente verdadeiro, não sujeito a debate.
5. Durabilidade: Algo que confirma fatos herdados que prevalecem com o passar do tempo.
6. Ciência: Algo que confirma a verdade através de testes e experimentos estritos.¹⁵

A utilidade de certos filtros presta-se à orientação singular de diferentes culturas. Devemos notar aqui que quanto maior for a distância entre duas culturas distintas, mais difícil é compreender a orientação das mesmas. Por exemplo, seria mais fácil para cidadãos americanos de descendência europeia compreender a orientação britânica. Mais difícil seria compreender a dos árabes, persas ou chineses.¹⁶ De fato, com respeito ao ciberespaço, os chineses oferecem exemplo claro de como as orientações diferem, pois abordam a “segurança da informação” como amplo conceito que envolve a regulação de conteúdo, enquanto nós nos concentramos, cuidadosamente, em “segurança cibernética” para proteger comunicações e redes críticas.¹⁷ Por conseguinte, a fim de preparar-nos muito bem contra ameaças presentes e futuras projetadas com padrão, cada vez maior, de capacidade assimétrica, devemos compreender, de verdade, não só os critérios utilizados pelo adversário, mas também (e importantíssimo) como a seleção de filtros valida certas tendências sobre as quais se estabelecem e se orientam suas culturas.

Se os líderes de alta patente desejarem compreender melhor a orientação do inimigo, devem aperfeiçoar o entendimento das condições

terrestres locais. Como P. W. Singer explica, “Pode ser que as novas tecnologias ofereçam perspectiva inédita do campo de batalha e a habilidade de afetá-lo como nunca antes, mas esta visão continua sendo limitada” o que é perigoso, porque “nos mantemos por demais enfocados naquilo que podemos ver e negligenciamos aquilo que não podemos ver (. . .) Na maioria das vezes, o que está ocorrendo em outro local é muito mais importante”¹⁸ Além do mais, dado o ritmo mais acelerado de operações exigido pelos campos de batalha atuais, o inimigo não mais proporciona ao general várias horas para assistir o vídeo e analisar a informação antes de tomar a decisão.¹⁹ Os comandantes necessitam tomar decisões em tempo real, no momento em que surge a situação.

A fim de termos melhor ideia da orientação do adversário, daquilo que estrutura o contexto local na periferia do campo de batalha, devemos dedicar maior atenção à estrutura *DC2* para que seja mais ágil, permitindo aos generais dar aos oficiais em campo maior iniciativa para oferecer quadro mais compreensivo do campo de batalha. Esta imagem, por sua vez, oferece a percepção sincronizada e compartilhada que os generais devem possuir para tomar decisões estratégicas mais eficazes. O ambiente austero para investimentos em defesa norte-americana, causado pelas restrições orçamentárias, significa que devemos conseguir mais com menos. Por esse motivo, devemos raciocinar além das manobras cibernéticas táticas. O enfoque deve ser em adaptar e aperfeiçoar a capacidade *KCW* estratégica, a fim de competir eficazmente. Durante *KCWs*, o vitorioso deverá manter em mira, de forma estratégica, os filtros que o adversário utiliza para validar as perspectivas e o conhecimento que orientam suas decisões. Devemos afetá-los com êxito. Conseguiremos produzir esse efeito somente através de percepção da situação sincronizada e compartilhada, bem como com o *DC2* e sua execução.

A mídia social assistiria em grande parte no desenvolvimento de compreensão aprofundada dos filtros dos adversários. Os dispositivos da mídia social para utilizar a “ciência” para afetar os outros filtros:

consenso, consistência, autoridade, revelação e durabilidade são muitos, e poucos são “militares.” Certa organização de mídia social anota mais de duas dezenas desses dispositivos, inclusive:

Perfis e conexões *online*; pessoas, grupos *online*, e nova mídia; correio eletrônico; *websites*; comércio eletrônico; conferência via *web*; vídeo *online*; mensagem instantânea; (9) comunidades *online*; *podcasts*; celulares; *wikis* e *blogs*.

Ainda assim, cada um desses dispositivos, até certo ponto, pode possuir aplicação “militar”, a fim de criar arsenais de conhecimento superiores e afetar os filtros do adversário. Até que ponto a embrionária *KWar* ficou evidente durante a Primavera Árabe? De acordo com Kate Taylor:

Após analisar mais de três milhões de *tweets*, *gigabytes* do *YouTube* e milhares de *blogs*, novo estudo acaba de concluir que a Primavera Árabe foi, na verdade, energizada pela mídia social. “Ficou comprovado que a mídia social serviu de efeito cascata, transmitindo mensagens acerca de liberdade e democracia pela África do Norte e Oriente Médio, aumentando as expectativas de sucesso da revolta política” declara Philip Howard, Professor Assistente da Cátedra de Comunicação na Universidade de Washington.²⁰

A Guerra Centrada em Conhecimento e seu Emprego

O emprego bem sucedido da *KCW* depende de organização. O Almirante Arthur Cebrowski e John Gartska que, em 1998, apresentaram a noção de guerra centrada em rede [*Network-Centric Warfare – NCW*], observam que a sincronia é a “operação de entidades na ausência de mecanismos de comando e controle hierárquicos tradicionais” servindo de “elo entre a percepção da situação compartilhada e a eficácia da missão”. A sincronia “é a habilidade de força bem informada de organizar e sincronizar atividades complexas de guerra – de-baixo-para-cima”[i.e., da hierarquia mais baixa à mais elevada].²¹ Sua criação da *NCW* sem dúvida contou com forte mérito teórico através dos anos. Sem embargo, continuamos a ter dificuldade em colocar em operação

o conceito de sincronia, talvez porque a estrutura hierárquica tradicional – de-cima-para-baixo – entre os níveis estratégicos, operacionais e táticos continua a existir.

Em lugar da abordagem de-baixo-para-cima da *NCW*, a *KCW* busca obter e expandir a percepção da situação sincronizada, através de área mais ampla no campo de batalha, oferecendo quadro mais detalhado do ambiente operacional. O uso de novos conceitos operacionais e tecnologia facilita a compreensão compartilhada desse ambiente, através de estrutura *DC2*, o que capacita a distribuição de informação relevante e oportuna aos participantes em qualquer parte e a qualquer momento, produzindo o efeito desejado de percepção sincronizada da situação (fig. 4). Em sistemas descentralizados “não existe um executivo central ou líder que dirige todos os aspectos do campo de batalha. Pelo contrário, a responsabilidade é distribuída, culminando em estrutura de coordenação emergente, baseada em insumo de grande número de perspectivas diferentes do terreno global. Essa funcionalidade compreende estratégia organizacional geral aplicável a ampla variedade de tarefas complexas”.²² Esse conceito de *DC2* tem por objetivo uma organização de aprendizagem, mudando da hierarquia tradicional de-cima-para-baixo à estrutura mais cilíndrica que permite maior agilidade, face à circunstâncias em constante mudança. Nesta nova adaptação, os generais confiam em seus subordinados, a fim de aclimatizar novos conceitos e tecnologia, estabelecendo assim, uma percepção da situação completamente sincronizada.

Quando empregamos a tese de Phillip Kao, *Operationalizing Knowledge* como base, vemos que a utilidade do *DC2* reside no conceito de fusão mais íntima e coordenada dos níveis estratégicos e operacionais que apoiam o tático, a fim de colocar em execução funções estratégicas de alto nível de modo flexível e adaptável.²³ O sucesso de operações militares depende de percepção da situação garantida, confiável e eficaz facilitada através de *DC2* em todas as patentes militares, do Continente Norteamericano ao combatente em destacamento avançado.

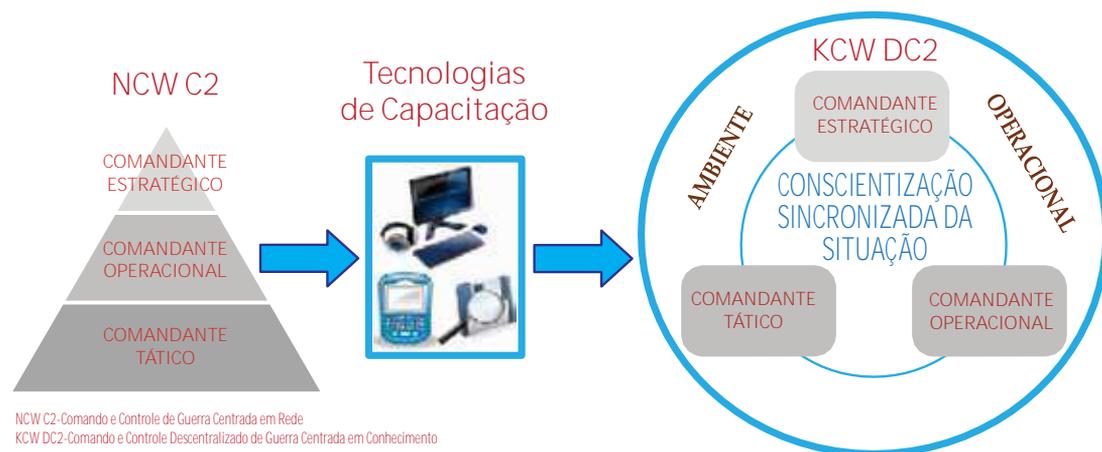


Figura 4. Comando e Controle Descentralizado

A guerra atual vai além de manobras cinéticas em campos de batalha. Seu alcance é muito mais amplo. Inclui objetivos pós-conflito, exercícios conjuntos de treinamento, desenvolvimento econômico e capacitação de nações. Tudo isso requer que os comandantes militares sirvam, tanto de conselheiros, como de assessores, juntamente com peritos e entidades *ad hoc* para solucionar o problema em pauta. Com respeito à adaptação da *KCW* e empreendimentos relacionados para criar um *DC2* que fomenta análise de inteligência aperfeiçoada e percepção eficaz da situação, muitas consultas, relacionadas à analítica avançada através dos setores comerciais e públicos, obtiveram grande sucesso. Uma vez que a análise de inteligência trata de competição pela aquisição de informação, tentativas como essas contribuíram diretamente para criar a percepção de situação sincronizada e compartilhada do ambiente. Para isso utilizam metodologias cujo enfoque identifica preconceitos e princípios desconhecidos do adversário, mas também buscam dirigir-se à questão principal de inteligência em uma tentativa de providenciar discernimentos críticos em período de tempo comprimido.

Com respeito à guerra cibernética, o fato de que sistemas comerciais e militares não são imunes a vírus e corrupção de dados, devido a sabotagem, faz com que o desenvolvimento de capacidade *KCW* seja

ainda mais pertinente. Algumas áreas tecnológicas essenciais da *KCW* incluem avanços em: raciocínio cognitivo, que trata de compreender as interações humano-tecnológicas e tenta compreender as habilidades cognitivas subjacentes ao comportamento, tais como resolução de problemas, tomada de decisões e avaliação; modelagem de comportamento, que envolve o estudo do funcionamento do cérebro humano, raciocina e avalia dados, informação e conhecimento, um processo que o equipamento mecânico consegue imitar, oferecendo maiores alternativas quase-humanas para a consideração das autoridades competentes; e a extração de conhecimento via auto-aprendizagem tenta desenvolver capacidade automática para raciocinar, inferir e descobrir o conhecimento implícito na informação compilada.²⁴

À medida que essas capacidades tornam-se mais integradas, antecipamos que dispositivo similar ao computador *Watson* da *IBM* será utilizado em rede cibernética militar e operações em domínio de conhecimento. *Watson* consegue buscar e processar tremenda quantidade de dados em menos de seis segundos por pergunta, ultrapassando até os participantes mais espertos do *show Jeopardy!* que testa conhecimentos gerais. Imaginem como os avanços deste computador em extrema analítica e sua habilidade em processar dados não estruturados, bem como interpretar a fala natural, poderia ser adaptado para preencher os requisitos de novas soluções, a fim de obter o domínio do conhecimento em campo de batalha cibernético.²⁵

Aqui, visualizamos um cenário no qual um veículo remotamente pilotado fotografa atividade insurgente, envia a imagem ao *Watson* para a denominada avaliação *super-recurso*, a fusão de todas as fontes de inteligência (e.g., humana, sinais, eletrônica, geoespacial, etc.) suplementada pela análise de previsão a respeito de condições ambientais, políticas, econômicas e culturais relacionadas, oferecendo, assim, a percepção precisa da situação compartilhada, necessária para que os comandantes tomem decisões mais precisas e bem informadas. O Ten-Gen Michael Flynn, nominado pelo Presidente Obama como Diretor da Agência de Inteligência de Defesa, defende o ponto de vista de que

devemos ir além da compilação de inteligência em campo de batalha e monitoria de atividade insurgente. Especificamente, incentiva a investigação da possibilidade de obter, com sucesso, toda a gama de inteligência desejada e a percepção da situação que esclarece todas as condições ambientais relativas em estrutura de comando descentralizado.²⁶

Como Colocar em Execução a Guerra Centrada em Conhecimento?

Aqui observamos teoria e conceito que funcionam e que oferecem abordagem à nova estrutura de comando estratégico para melhor acomodar e acelerar a aquisição e distribuição de informação e conhecimento pelo campo de batalha. O fato de que os conflitos estão cada vez mais interconectados, globalmente, exige que a liderança militar e peritos no assunto em pauta apresentem novo raciocínio, oferecendo oportunidade singular para adotar nova estrutura C2 para maior êxito em conflitos complexos futuros.

As circunstâncias fiscais do Departamento de Defesa mudaram as prioridades estratégicas, agora com a força conjunta menor e mais enxuta. A fim de manter a superioridade militar em um mundo onde conflitos complexos ocorrem em maior área do globo, necessitaremos novos conceitos operacionais. Um deles clama estrutura de comando mais dispersa e descentralizada em todas as áreas. Isso gera a agilidade necessária para reagir à miríade de contingências em qualquer dado momento. Uma estrutura de comando mais nivelada, ágil, com ênfase em comportamento humano obterá a vantagem competitiva do conhecimento em ambiente complexo em rápida mudança.

A ênfase em comportamento humano permanece central à *KCW*: conhecimento adquirido, quando compreendemos aquilo que as pessoas valorizam e por quê, dentro de seu ambiente. Quando absorvemos totalmente os filtros do adversário – aquilo que molda sua percepção, observação, parcialidades e credos – e adaptamos esse conhecimento

para emprego prático, obtemos a percepção desejada da situação exigida em todos os níveis de comando. Conseguiremos dominar a esfera do conhecimento após compreender, genuinamente, o que o adversário valoriza, e como aquilo que valoriza impulsiona suas intenções e motivações em seu ambiente.

Em guerras do século XXI, conectadas em rede, novos conceitos operacionais e tecnologia bélica avançada formam “um ambiente ‘onde os níveis estratégicos, operacionais e táticos, às vezes, são tão comprimidos que aparentam ser, virtualmente, uma única função’ ”.²⁷ A vitória neste tipo de ambiente exige rapidez de execução baseada em conhecimento compartilhado que capacita o comandante a enfrentar o inimigo em cada um desses níveis de modo quase-simultâneo.

A mera essência deste artigo tem a ver com a necessidade de saber o que e por quê. Uma nova estrutura de comando descentralizado que distribui inteligência precisa e oportuna oferecerá ao comandante percepção mais completa do ambiente. Quando obtemos tal percepção e sabemos como responder ao *que e por quê*, dominamos o conhecimento que buscamos. ✪

Notas

1. Para a ideia de KWar, ver Alvin Toffler e Heidi Toffler, *War and AntiWar: Survival at the Dawn of the 21st Century* (Boston: Little, Brown and Company, 1993), 8, 9.
2. Frans P. B. Osinga, *Science, Strategy and War: The Strategic Theory of John Boyd* (London: Routledge, 2007), 244. Grato ao Dr. Frans Osinga pelo conhecimento minucioso e eloquente articulação do raciocínio de John Boyd.
3. *Ibid.*, 36.
4. Alvin Toffler e Heidi Toffler, *Revolutionary Wealth* (New York: Knopf, 2006), 104, 105.
5. Col Richard Szafranski, “A Theory of Information Warfare: Preparing for 2020,” *Airpower Journal* 9, no. 1 (Spring 1995): 60.
6. Osinga, *Science, Strategy and War*, 57, 72.
7. Szafranski, “Theory of Information Warfare,” 60.
8. Osinga, *Science, Strategy and War*, 8.
9. *Ibid.*, 77.
10. *Ibid.*, 84.
11. *Ibid.*, 193, 230.

12. Joint Publication 3-14, *Space Operations*, 6 January 2009, GL-6, http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp3_14.pdf.
13. Toffler, *Revolutionary Wealth*, 123.
14. Dr. P. W. Singer, "Tactical Generals: Leaders, Technology, and the Perils of Battlefield Micromanagement," *Air and Space Power Journal* 23, no. 2 (Summer 2009): 78–87.
15. Toffler, *Revolutionary Wealth*, 123–28.
16. Szafranski, "Theory of Information Warfare," 59.
17. Adam Segal, "Chinese Computer Games: Keeping Safe in Cyberspace," *Foreign Affairs* 91, no. 2 (March/April 2012): 14–20.
18. Singer, "Tactical Generals," 81.
19. Ibid.
20. Kate Taylor, "Arab Spring Really Was Social Media Revolution," *TG Daily*, 13 September 2011, <http://www.tgdaily.com/software-features/58426-arab-spring-really-was-social-media-revolution>.
21. B. J. A. van Bezooijen, P. J. M. D. Essens e A. L. W. Vogelaar, *Military Self-Synchronization: An Exploration of the Concept* (Netherlands: Tilburg University, n.d.), 2, 4, http://www.dodccrp.org/events/11th_ICCRTS/html/papers/065.pdf.
22. Jamie Gorman, Nancy Cooke e Jennifer Winner, "Measuring Team Situation Awareness in Decentralized Command and Control Environments," *Ergonomics* 49, nos. 12–13 (October 2006): 1312–25.
23. Philip Kao, "Operationalizing Knowledge: A New Chapter in the Saga of US War Fighting and Cognition," *Air and Space Power Journal* 26, no. 3 (May–June 2012): 31–44, <http://www.airpower.au.af.mil/digital/pdf/issues/2012/ASPJ-May-Jun-2012.pdf>; e Gorman, Cooke e Winner, "Measuring Team Situation Awareness."
24. Dr. Paul W. Phister Jr. e Mr. Igor G. Plonisch, *Information and Knowledge Centric Warfare: The Next Steps in the Evolution of Warfare* (Rome, NY: Air Force Research Laboratory, Information Directorate, n.d.), 14, 16, http://www.dodccrp.org/events/2004_CCRTS/CD/papers/188.pd.
25. "Watson—A System Designed for Answers: The Future of Workload Optimized Systems Design," IBM, acessado em 19 de maio de 2012, <https://www14.software.ibm.com/webapp/iwm/web/signup.do?source=stg-600BE30W>
26. Maj Gen Michael T. Flynn, USA; Capt Matt Pottinger, USMC; e Paul D. Batchelor, DIA, *Fixing Intel: A Blueprint for Making Intelligence Relevant in Afghanistan* (Washington, DC: Center for a New American Security, January 2010), http://www.cnas.org/files/documents/publications/AfghanIntel_Flynn_Jan2010_code507_voices.pdf
27. Singer, "Tactical Generals," 83.



Mark Ashley

Recebeu o Bacharelado em Artes da George Washington University e Certificados de Pós-Graduação da Texas A&M University. É Assessor na Toffler Associates. No início de carreira desempenhou funções na indústria cinematográfica e foi operador de câmera para vários filmes de alto nível, tais como *The Perfect Storm* e programas de televisão, como *The X Files*. Após os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, recebeu diploma e certificados em Assuntos Internacionais e Assuntos Internacionais Avançados com enfoque em antiterrorismo e estudos em Inteligência. Foi aluno do Middle East Institute, do US Foreign Policy Institute em Washington, DC e frequentou o Arabic Language Institute e Al-Akhawayn University em Ifrane, Marrocos. Antes de ingressar ao Toffler Associates, desempenhou as funções de Engenheiro em Inteligência Artificial na MITRE Corporation no Center for Integrated Intelligence Systems e no MASY Group, apoiando as agências de inteligência norteamericanas, levando a efeito treinamento e exercícios práticos relacionados a antiterrorismo e combate à vigilância. Sua área de enfoque atual concentra-se em estratégias competitivas militares e de negócios, especialmente as relacionadas à China. Mark Ashley reside em Arlington, Virginia.

Gostaríamos de receber sua opinião

Distribuição: Texto aprovado para o público. Distribuição irrestrita.

Isenção de Responsabilidade

As opiniões e pontos de vista expressos ou inferidos neste periódico pertencem aos autores e não contam com a sanção oficial do Departamento de Defesa [Department of Defense], Força Aérea [Air Force], Comando de Treinamento e Educação Aérea da Aeronáutica [Air Education and Training Command –AETC], Universidade da Aeronáutica [Air University], ou quaisquer outras agências ou departamentos do governo dos Estados Unidos.

Este artigo pode ser reproduzido, parcial ou totalmente, sem necessidade de autorização prévia. Caso seja reproduzido, o *Air and Space Power Journal – Português* solicita a cortesia de menção.

<http://www.airpower.au.af.mil>

O Poder Aéreo Interinstitucional

Sucesso na República Dominicana

TenCel S. Edward Boxx, *USAF*

O controle do poder de organizações díspares que possuem diferentes prioridades e procedimentos é tarefa que intimida.

—Joint Publications 3-08

A organização interinstitucional durante Operações Conjuntas [Interorganizational Coordination during Joint Operations]

24 de junho de 2011



Embora o papel do poder aéreo em interinstituições apresente ao Militar da Força Aérea dificuldades singulares, permite soluções criativas e inovadoras para muitos problemas que enfrentam a força-tarefa conjunta [*Joint Task Force – JTF*] e os comandantes combatentes. Para aqueles oficiais que se sentem bem na Força ou ambiente militar conjunto, o termo *interinstitucional* evoca imagens de desempenho de funções com civis reticentes, dentro de estruturas de comando e controle [*Command and Control – C2*] desajeitadas e relações mal

definidas. De fato, a *Joint Publication (JP) 3-08, Interorganizational Coordination during Joint Operations* adverte que “as diretrizes, processos e procedimentos militares são muito diferentes daqueles das organizações civis. Essas diferenças apresentam grande dificuldade à coordenação interinstitucional. As várias agências do governo norteamericano [US government – USG] possuem objetivos, diretrizes, procedimentos e técnicas de tomada de decisões diferentes, e algumas vezes em conflito, o que torna problemática a ação unificada”.¹ O fato de que as Forças Armadas operam interinstitucionalmente não é novidade. Contudo, à medida que os problemas que encaram os Estados Unidos tornam-se mais complexos, comportando alcance internacional e faces múltiplas, podemos esperar o aumento de pressão. Por conseguinte, a Força Aérea deve contar com o emprego eficaz do poder aéreo. Este artigo explora a melhor maneira de assegurar a eficácia do Militar da Força Aérea e propõe a Coordenação do Componente Aéreo Conjunto [*Joint Air Component Coordination Element – JACCE*] como possível solução.

Os Céus Soberanos Dominicanos: Iniciativa de Combate ao Crime Organizado Transnacional

O crime organizado transnacional e o tráfico ilícito dentro da área de responsabilidade do [*US Southern Command – USSOUTHCOM*] é uma dessas questões. O Comando percebe o tráfico ilícito como “grande ameaça à segurança e à estabilidade no Hemisfério Ocidental”.² Como se encaixa eficazmente o poder aéreo neste processo, especialmente em vista dos objetivos intimidantes, não tradicionais, que se mesclam em interinstituições? Só o que necessitamos fazer é observar os Céus Soberanos da República Dominicana, uma Iniciativa de Combate ao Crime Organizado Transnacional [*Counter-Transnational Organized Crime – C-TOC*] que ilustra o papel do JACCE na força-tarefa interinstitucional.

A missão *C-TOC* do *USSOUTHCOM* é só um exemplo de como ameaças não convencionais (e.g., narcóticos, armamentos ilícitos e contrabando humano) impactam os Estados Unidos.³ As organizações, como a Alfândega e Proteção de Fronteiras [*Customs and Border Protection*], Administração de Combate à Narcóticos [*Drug Enforcement Administration*] e a Guarda Costeira dos Estados Unidos [*US Coast Guard*] estão bem versadas no assunto. Em geral, a Força Aérea não inclui *C-TOC* em sua competência ou missão. A Força-Tarefa Interinstitucional Conjunta Sul [*Joint Interagency Task Force South – JIATFS*], a divisão do *US-SOUTHCOM* responsável pelo *C-TOC* “leva a efeito operações interinstitucionais e internacionais de Detecção & Monitoria [*Detection & Monitoring*], facilitando a interdição de narcotráfico e outras ameaças narcoterroristas em apoio à segurança nacional e à segurança da nação parceira”.⁴ Para controlar uma área operacional de 42 milhões de milhas quadradas, enfocada especialmente na Zona de Trânsito do Hemisfério Ocidental [*Western Hemisphere Transit Zone*], a *JIATFS* inclui um *JACCE* do componente de apoio aéreo.

Antes de prosseguir, voltamos, agora, às origens do *JACCE* e a sua razão de ser original.

O Desenvolvimento do Elemento de Coordenação do Componente Aéreo Conjunto [*Joint Air Component Coordination Element*]

O conceito *JACCE*, colocado em ação pela primeira vez durante a Operação *Iraqi Freedom* em 2003, satisfaz a necessidade de coordenação e apoio imediatos para as forças terrestres, uma vez que a liderança decidiu que a campanha terrestre daria início à retirada do regime iraquiano.⁵ Além do mais, o espectro de operação fracassada ainda afeta os administradores da Força Aérea. Um ano antes, durante a malfadada Operação *Anaconda* de março de 2002, os componentes terrestre e aéreo deixaram de coordenar com eficácia. Ao introduzir o conceito *JACCE*, a Força Aérea tentou corrigir esses problemas. Desde

então, o *JP 3-30*, Comando e Controle para Operações Aéreas Conjuntas [*Command and Control for Joint Air Operations*], define o *JACCE* como facilitador que integra “o poder aéreo conjunto, intercambiando inteligência, dados operacionais e requisitos de apoio, bem como coordenando a integração dos requisitos do Comandante do Componente Aéreo da Força Conjunta para as medidas de coordenação aeroespacial e de apoio de fogo, recuperação de pessoal e apoio aéreo aproximado [cobertura]. A perícia do *JACCE* deve incluir planos, operações de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento [*Intelligence, Surveillance and Reconnaissance – ISR*], administração espacial, aeroespacial, mobilização aérea e apoio administrativo e de comunicação.”⁶ Deve-se elogiar a minuciosa inclusão do *JACCE* no *JP 3-30*, mas a definição continua com tendências às estruturas de *C2* convencionais, em lugar da missão interinstitucional abrangente, complexa e singular. O conceito *JACCE*, não só capacitou o poder aéreo eficaz na estrutura da força-tarefa tradicional, mas também conta com o potencial de causar, impacto baseado em efeitos, na estrutura interinstitucional.

Uma revisão sagaz pela Agência de Inspeção da Força Aérea em 2010 captou a experiência do *JACCE* na área de responsabilidade do Comando Central dos EUA [*US Central Command – CENTCOM*]. Ao revelar o potencial do *JACCE* para aperfeiçoar sua capacidade, o estudo observou que

A estrutura de comando atual na área de responsabilidade do *CENTCOM* cria deficiências que tornam difícil a integração do poder aéreo e colocam maior ênfase no papel do [*JACCE* (. . .)] [Além do mais] a eficácia das (. . .) equipes do [*JACCE*] melhoraram com o passar do tempo (. . .) os diretores do [*JACCE*] receberam maior autoridade para tomadas de decisão (. . .) e foram também incentivados a acomodar as solicitações do comandante apoiado, mesmo quando significava sacrificar a eficácia do poder aéreo.⁷

A Força Aérea pode transferir essa experiência à organização interinstitucional, durante crise de defesa do território nacional ou cenário de assistência humanitária/desastre, mas a organização interinstitucional será obrigada a passar por “ajustes” em sua estrutura *C2*. Se o *CENTCOM*, que teve a oportunidade de aperfeiçoar sua arte durante

mais de 10 anos de uso constante do poder aéreo cinético (tradicional), ainda passa por ajustes em C2 [como o *JACCE*], imaginem então as dificuldades criadas quando força-tarefa interinstitucional é estabelecida quase sem aviso prévio, em momentos de crise. A maioria dos componentes aéreos destacados para apoiar força-tarefa ou operação interinstitucional não passa por coordenação. No caso do Diretor do *JACCE* na *JIAFIS*, baseada na Flórida, o componente aéreo de apoio é o Quartel General da Força Aérea Sul [*Headquarters Air Forces Southern – AFSOUTH*], milhares de milhas de distância no Arizona, cruzando múltiplos fusos horários. O comandante apoiado ou organização interinstitucional deve ter a capacidade de alcançar a equipe *JACCE*, a fim de integrar as soluções do poder aéreo, de maneira rápida e consistente. De acordo com o Gen Mike Hostage, ex-Comandante do Componente da Força Aérea Combinada no *CENTCOM*, o C2 “em áreas de operações conjuntas múltiplas não permite que o teatro [Comandante do Componente da Força Aérea Combinada] fique lado a lado com o comandante de cada grupo terrestre – fato que prejudicou a comunicação e a cooperação entre os parceiros conjuntos”.⁸ No caso da interinstituição conjunta, pode ser que o problema não envolva múltiplos locais geográficos fora do posto do missão. Por exemplo, quando o *JIAFIS* executa uma só missão *C-TOC*, o fato de que possui *JACCE* focado em missão permite ao componente aéreo satisfazer, de maneira eficaz, as demandas do Comandante da Força-Tarefa apoiada. Nem todas as forças tarefas requerem um *JACCE*. No entanto, o componente aéreo deve verificar se tal necessidade existe ou não. Será que um *JACCE* aumentaria a eficácia do poder aéreo nos quartéis gerais ou interinstituições da *JTF*?

Estudo recente acerca do que faz com que a *JIAFIS* seja a “pedra fundamental” da interinstituição notou que “*attachés* de agências de parceiros são autorizados pela sede das organizações a tomar decisões que obrigam suas agências à ação”.⁹ Neste exemplo dominicano, o *JACCE*—armado com o entendimento da orientação, intento, prioridades e risco aceitável do comandante—integrou o poder aéreo. Em outras palavras, devido ao fato de que o *JACCE* podia tomar decisões e compre-

endia completamente as necessidades do comandante apoiado, fez uso eficaz do poder aéreo. Além disso, o conceito *JACCE* encaixa-se às demandas do modelo/caráter interinstitucional porque, apesar da importância da eficiência do poder aéreo, não é o mantra do diretor do *JACCE* que a tudo supera. Nem a interinstituição e tampouco o comandante apoiado da força-tarefa deseja ouvir reação rígida de poder aéreo ou dissertação acerca de seu uso apropriado. Necessitam sim é de uma capacidade encaixada a requisito e um problema solucionado. É imperativo que o diretor do *JACCE* receba treinamento e possua experiência para tomar esse tipo de decisão. O diretor também deve estar familiarizado com a possível ampla gama de funções do *JACCE*, funções essas delineadas na última versão do *JP 3-30*, supracitado. Como observa a Agência de Inspeção da Força Aérea [*Air Force Inspection Agency*], “As equipes [*J*]*JACCE* abrangem toda uma gama de operações, de combate maior à assistência humanitária”, fazendo delas o conceito ideal de poder aéreo para a interinstituição.¹⁰

Caso:

O Emprego do Poder Aéreo na República Dominicana

Os Militares da Força Aérea compreendem muito bem o conceito de soberania aérea e podem empregá-lo com grande efeito, como no caso apresentado abaixo. Todos os casos pertinentes, bem sucedidos, iniciam com a tentativa combinada de organizações diversas. Neste empreendimento de equipe interinstitucional conjunta tomaram parte: o Departamento de Estado dos EUA; a Missão da Força Aérea da República Dominicana; o oficial de ligação da *JIATFS* para a República Dominicana, juntamente com um grupo de oficiais de ação; os pilotos instrutores da Reserva da Força Aérea; agentes da [*Drug Enforcement Administration – DEA*]; e a liderança do *USSOUTHCOM*.¹¹ Em suma, os dominicanos em si merecem crédito na erradicação de voos ilegais em seu país. Contudo, o componente aéreo demonstra o papel crítico que o *JACCE* pode e deve desempenhar em força-tarefa interinstitucional. A sistemática eliminação de tráfico aéreo ilícito e proteção da soberania

nia aérea pela República Dominicana são ótimos exemplos de emprego bem sucedido do poder aéreo interinstitucional.

A República Dominicana observou o aumento em narcotráfico aéreo em 2003, culminando com um pico de 119 ocorrências em 2007 (fig. 1). As aeronaves decolavam da América do Sul e, em poucas horas, encontravam-se na República Dominicana, onde lançavam os fardos de cocaína, regressando ao ponto de partida logo após. Quase 20 por cento da cocaína passa pela Zona de Trânsito do Hemisfério Ocidental [*Western Hemisphere Transit Zone*], via transporte aéreo. Em certo ponto, quase cinquenta por cento do fluxo aéreo era destinado à República Dominicana (fig. 2). Como as empresas tradicionais de transporte, os narcotraficantes utilizam a via aérea, devido a velocidade e controle, quando comparada à via marítima, mas vagarosa que leva até mesmo semanas ao longo de rota mais labiríntica e talvez “não supervisionada”. A posição geográfica da RD (próxima aos mercados norteamericanos e europeus), estabilidade política e baixo custo de vida fazem dela o local favorito, não só para turistas, mas também para organizações criminosas experientes em mercado. Esses fatores ajudam a explicar o aumento em atividade aérea ilícita na região até a execução da Iniciativa Céus Soberanos [*Sovereign Skies*]. Sem qualquer dúvida, podemos assinalar a primeira interceptação de rastreamento aéreo pertinente por um A-29 Super Tucano dominicano (sob a direção de aeronave de Sistema Aéreo de Alerta e Controle E-3 [*E-3 Airborne Warning and Control System – AWACS*] no dia 23 de outubro de 2010 como o momento decisivo desta iniciativa. Nenhuma outra aeronave proveniente da América do Sul tentou penetrar o espaço aéreo dominicano após esse evento (fig. 3). A queda em atividade aérea foi mais do que impressionante.

A Iniciativa Céus Soberanos teve início em 2009. Resultou em abordagem trifásica. Naquele ano, a Força Aérea da República Dominicana [*Dominican Republic Air Force – DRAF*] adquiriu oito Super Tucanos A-29 do Brasil, a fim de interromper o envio de cocaína ao país. Ao mesmo tempo, o Departamento de Estado norteamericano estudou a aquisição de helicópteros noturnos, enquanto que os dominicanos ad-

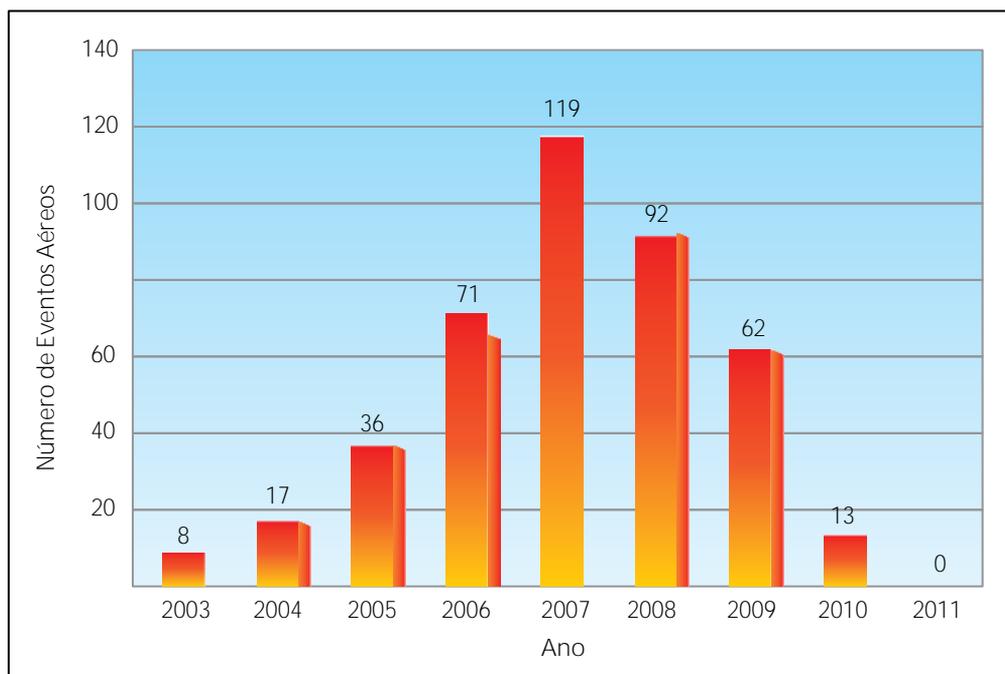


Figura 1. Eventos Aéreos Ilícitos na República Dominicana, 2003–11. (Cortesia de Leif Konrad, analista de operações, *JATFS Analysis and Research Group*, Key West, FL, 1 December 2011.)

quiriam radares de Israel, dando início à construção de novas dependências de C2. Mais tarde, em 2009, o *USSOUTHCOM* ordenou que o *AFSOUTH* “estabelecesse programa de treinamento aéreo para os pilotos dos A-29 da Força Aérea Dominicana (. . .). A meta era a soberania do espaço aéreo dominicano”.¹² De qualquer maneira, a tarefa era alarmante: criar força aérea tática e estabelecer soberania aérea em país que recebe metade do fluxo ilegal de narcóticos e isso sem fundos ou orçamento dedicado. Mas o *JACCE* da força-tarefa interinstitucional comprovou ser o conceito ideal para capacitar o componente aéreo a fazer face ao problema.

A *DRAF*, última força aérea a voar o *P-51 Mustang*, possui ilustre tradição tática. No entanto, devido a acidente aéreo em 2000, deixou de voar aeronaves táticas (*AT-37s*) por um período de nove anos.¹³ Naturalmente, como indica a Figura 1, os voos ilícitos aumentaram durante

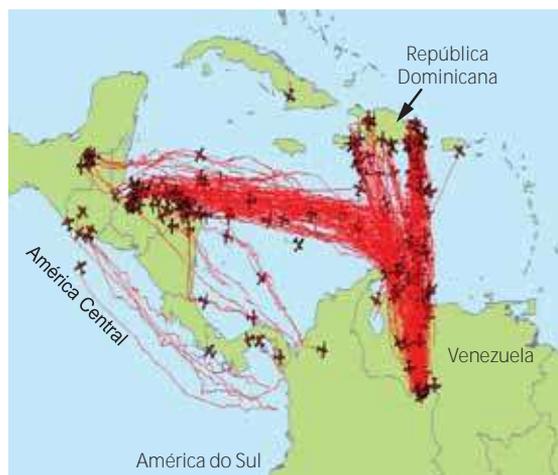


Figura 2. Eventos aéreos ilícitos em 2009. (Cortesia de Leif Konrad, analista de operações, *JATFS Analysis and Research Group*, Key West, FL, 1 December 2011.)

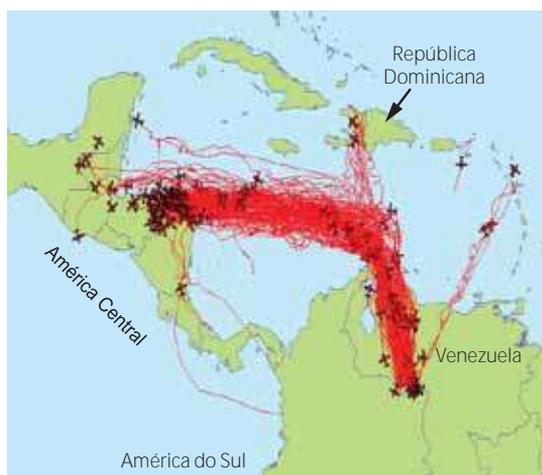


Figura 3. Eventos aéreos ilícitos em 2011. (Cortesia de Leif Konrad, analista de operações, *JATFS Analysis and Research Group*, Key West, FL, 1 December 2011.)

aquele tempo. Apesar de a *DRAF* possuir grande número de pilotos experientes em 2009, não mais contava com a habilidade necessária para interceptar pequenos alvos que, durante a noite, recusavam-se a cooperar.

A *JP 3-30* não inclui o estabelecimento de forças aéreas táticas para nação parceira ou o desenvolvimento de capacidade de parceria, como tarefas *JACCE*. No entanto, o relato claramente demonstra o impacto do poder aéreo em *JTF* interinstitucional.

Organização e Estrutura

O Comandante do Componente Aéreo na época, o TenGen Glenn Spears, identificou o *JACCE* como o dispositivo indicado para tomar conta da soberania aérea na RD, uma observação que teve sentido por vários motivos. O *JACCE* compreendia as dificuldades do tráfico aéreo ilícito e entendia as contribuições que o poder aéreo ofereceria ao comandante apoiado do *JATFS*. A *DRAF* acabava de enviar seu primeiro

oficial de ligação à *JIATFS*, iniciando, assim, a cooperação entre aquele oficial, o *JACCE* e o pessoal da *JIATFS*. Além do mais, o *JACCE* contava com o pessoal correto, inclusive: oficiais experientes em radar; C2; aeronaves táticas; especialistas em C2 alistados; analistas civis de radar; e a habilidade de acessar a perícia de pilotos de caça instrutores. Sem dúvida o *JACCE* estava bem preparado para tomar conta dos Ceus Soberanos. Além do uso de termos como *soberania aérea* e caças A-29 outorgou ao *JACCE* o que o General Hostage denomina de “lugar à mesa.”¹⁴ De acordo com o *JP 3-08*: “O ponto de enfoque para a coordenação operacional e tática com as agências civis ocorre no Quartel General da *JTF*, gabinete de campo conjunto, centro de operações militares civis (. . .) ou centro de operações humanitárias”. Neste caso, o ponto de enfoque residia na *JIATFS*—onde se encontrava o *JACCE*.¹⁵

Como reiterado no *JP 3-08*: “A coordenação interinstitucional bem sucedida capacita o *USG* a estabelecer apoio doméstico e internacional, conserva recursos e leva a efeito operações coerentes que eficaz e eficientemente alcançam objetivos comuns.”¹⁶ A equipe interinstitucional Ceus Soberanos sabia que qualquer iniciativa apresentada ao *USSOUTHCOM* deveria ser enxuta e inovadora—algo que rendesse resultados quase imediatos.¹⁷ O *JACCE* acessou os recursos diversos necessários para colocar em execução o programa Ceus Soberanos, baseado em efeitos, ao mesmo tempo satisfazendo as apreensões interinstitucionais. A solução inclui um currículo para os caças A-29 de autoria do pessoal da *USAF* e lecionado na Colômbia, onde oito pilotos dominicanos aprenderam a usar os óculos de visão noturna, voar em formação e levar a efeito os procedimentos de interceptação com aeronaves dissimilares, tais como as plataformas de rastreamento C-560 da Força Aérea da Colômbia. O estabelecimento de campo de carreira em interceptação de controle terrestre para a *DRAF* dirigiu-se ao fato de que seus A-29s não possuíam radar de interceptação aérea. O desenvolvimento subsequente de currículo para curso lecionado na Colômbia produziu cinco formandos em controle que regressaram à República Dominicana. Ao mesmo tempo, ocorreram intercâmbios de grande número de especialistas em C2, levantamentos topográficos, via radar, e visitas de

integração a centros de operações. As aeronaves *AWACS* e *A-29s* levaram a efeito missões de interoperabilidade trimestrais e certificações de tripulação, resultando em mais de 100 intercepções positivas de controle aproximado via *A-29* dirigidas pelo *E-3*. Acompanhados pelo *JACCE*, a liderança da *DRAF* visitou Bases de Caças norte-americanos, presenciou operações de controle aéreo e de caças e voou em missões de intercepção em *F-16*, levadas a efeito pela intercepção via controle terrestre da *USAF*. Um grupo especial de *A-29s* da *DRAF* voou a bordo de aeronave *AWACS* durante missões *C-TOC*, observando, em primeira mão, a comunicação e coordenação requerida para intercepções de aeronaves, bem sucedidas. Finalmente o *JACCE* exibiu a cooperação aperfeiçoada entre a *USAF-DRAF*, coordenando uma passagem de *AWACS* durante o *International Caribbean Air Show* de 2010 realizado na República Dominicana.¹⁸ Devido ao número de agências envolvidas e o enfoque em interdição aérea geral, o *JACCE* tomou a liderança em planejamento e execução da Iniciativa Ceus Soberanos. Como o *JP 3-08* realça: “Dentro do *USG*, as agências militares e civis desempenham funções em situações de apoio e apoiado. No entanto, esta não é a relação de comando de apoio descrita na *Joint Publication 1, Doctrine for the Armed Forces of the United States*. As relações entre as agências militares e civis não podem ser equiparadas à autoridade de comando militar.”¹⁹ Essa observação comprovou ser especialmente verdadeira no caso de estudo dominicano no qual nenhuma das organizações interinstitucionais desempenhou funções para a outra. Sem embargo, o *JACCE* está bem capacitado para preencher as lacunas entre as agências militares e civis, com respeito a poder aéreo eficaz.

Resultados da Integração do Elemento de Coordenação do Componente Aéreo Conjunto

Será que o poder aéreo em si solucionou o problema de voos ilícitos na RD? Claro que não. No entanto, mesmo se o cálculo exato de sucesso não ficou inteiramente claro, o componente aéreo obteve grande efeito. As grandes operações contra as redes de narcotráfico [*Drug Trafficking Organizations – DTO*] e maiores medidas de anticorrupção pelas

autoridades dominicanas ocorreram ao mesmo tempo. Contudo, os analistas destacam o incidente de 23 de outubro de 2010 como o ponto decisivo para o tráfico aéreo ilícito naquele país. Além do mais, os oficiais *DRAF* ficaram convencidos de que o uso do poder aéreo na Iniciativa Ceus Soberanos ofereceu o impacto definitivo: “Só basta levantar os olhos e observar os céus de Santo Domingo para ver e ouvir os Super Tucanos em patrulha. Todos os dias *El Diario* publica artigos acerca de treinamento com colombianos e norteamericanos. Os *DTOs* sabem que os pilotos dos *A-29s* da Força Aérea Colombiana estão entre os melhores do mundo e que as *AWACS* da *USAF* patrulham os céus entre Hispaniola e a América do Sul, providenciando controle de interceptação para os nossos *A-29s*”.²⁰ Os benefícios de força aérea tática também aumentaram a cooperação dentro da interinstituição anti-drogas da RD. Por exemplo, os barcos patrulheiros dominicanos solicitam apoio aéreo via simples texto, resultando na chegada de *A-20s* da *DRAF* ao local em questão de minutos. Em muitas ocasiões, baseados em inteligência interinstitucional, os *A-29s* lançaram e interceptaram alvos marítimos, mais tarde vetorizando barcos de patrulha próximos, confiscando a cocaína e procedendo com a prisão dos delinquentes.

Sem dúvida, as *DTOs* reconheceram a enorme tarefa que é o transporte de cocaína via aérea a país com força aérea treinada, equipada e determinada a preservar sua soberania aérea. William Brownfield, o Secretário de Estado Adjunto para o Gabinete Internacional de Narcóticos e Assuntos Policiais [*Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs*], nota que: “O cálculo dos resultados sempre estará com dois anos de atraso (. . .) porque narcotraficantes e organizações criminosas não divulgam relatórios e estatísticas às instituições governamentais”.²¹ No entanto, o consenso na *JIATFS* é que o ambiente simplesmente tornou-se demasiado difícil para as *DTOs* transportarem a cocaína à RD a bordo de aeronaves. A análise custo-benefício desse modelo de negócios, em particular, revelou que ir rumo a outros destinos, tais como América Central seria mais fácil e barato. Além do mais, a Iniciativa Ceus Soberanos fez com que as *DTOs* mudassem o meio de transporte, de aéreo a marítimo, o objetivo atual da *JIATFS* e dos domi-

nicanos. Com respeito ao componente aéreo, aprendeu que vincular o recurso C2, altamente capaz, tais como a *E-3 AWACS* com a força aérea de nação parceira, resulta em soluções impressionantes.

Deve-se admitir que o efeito preciso do poder aéreo neste cenário continua desconhecido. A fim de assegurar que a RD não regressará à função de destino preferido das *DTOs*, o *JACCE* continua a assistir em integrar o C2, *supervisionando* a certificação da tripulação regular de *AWACS* e *A-29*. Atualmente, todo piloto dominicano de *A-29* recebe certificação de controle de interceptação sob a direção de aeronave *AWACS*. Como declarou o Contra-Almirante Charles Michel, Diretor do *JATFS*: “Uma vez que as aeronaves deixaram de voar à RD, não queria que elas voltassem”.²² Deve-se notar que o narcotráfico naquele país não diminuiu. Só mudou o meio de transporte. O fluxo de narcóticos à RD continua, quer seja transportado por linhas aéreas “legítimas” ou via marítima. O preço de narcótico nas ruas de Santo Domingo não mudou muito. De qualquer forma, a Iniciativa Céus Soberanos negou, de forma eficaz, o acesso irrestrito ao transporte aéreo.

Conclusão

O que aprendemos com o estudo do caso dominicano? Antes de tudo devemos responder a duas outras perguntas. Será que o comando apoiado da *JTF* ficou satisfeito? Será que o poder aéreo atuou de forma eficaz naquela interinstituição? A resposta à ambas é um *Sim* retumbante. O Contra-Almirante Michel comentou que: “Aqueles traços vermelhos que acusam rastreamentos aéreos ilícitos para mim têm significado. Representam 20 por cento do fluxo de cocaína. Não é algo que o *JATFS* pode ignorar”.²³ Na verdade, cada uma dessas surtidas ilegais transportava, aproximadamente, 300 quilos de cocaína no valor de \$6 milhões de dólares.²⁴ Por exemplo, em 2009, esses voos foram os responsáveis por meio milhão de dólares de cocaína. De acordo com o Diretor do *JATFS*, a falta de “traços vermelhos” ou seja, aeronaves ilícitas na RD claramente demonstra o efeito do poder aéreo conjunto. Embora calcular o sucesso da interinstituição e julgar a eficácia do poder

aéreo nem sempre seja fácil, o estudo do caso dominicano demonstra o impacto do poder aéreo quando empregado de forma correta. Além do mais, destaca a necessidade de colocar um *JACCE* na interinstituição, especialmente na *JTF*. O General Hostage baseou-se no *JACCE* dentro de comando combatente geográfico. No entanto, algumas vezes, a *JTF* enfocada em tarefa ou força-tarefa interinstitucional necessita de um *JACCE*. A título ilustrativo, vejamos o caso do MajGen Garry Dean, ex-Comandante das Forças Aéreas Norte [*Air Forces Northern*]. Em visita à *JIATFS* em 2010, ele queria melhor apoiar as demandas da interinstituição em sua área de responsabilidade (neste caso, a *JTF-North*, localizada em EL Paso, Texas) utilizando o poder aéreo ou o componente aéreo da maneira mais eficaz possível.²⁵ Quando comentou a respeito durante uma missão da *JIATFS*, o *JACCE* respondeu: “Envie um *JACCE* a El Paso.” Na verdade, o General Dean nomeou um *JACCE* à *JTF-North*. Desde então, a coordenação entre a força-tarefa e o componente aéreo melhorou, e o apoio à força-tarefa recebeu o benefício de maior respaldo do poder aéreo.²⁶

A necessidade de poder aéreo eficaz na *JTF* dentro da organização interinstitucional não diminuirá mas continuará a crescer e a exercer pressão nas deficiências de *C2*. Devemos examinar as forças-tarefa interinstitucionais existentes ou forças-tarefa tradicionais como oportunidades para o envolvimento do *JACCE*. Em caso de assistência humanitária/reação a desastre não planejado, tais como terremotos, *tsunamis* e defesa civil, devemos determinar durante planejamento de crise-ação se devemos incluir ou não um *JACCE*. Para os Militares da Força Aérea, a interinstituição, às vezes, traz à mente processo bizantino que vai além de operações militares estruturadas. No entanto, o caso dominicano demonstra como o poder aéreo pode afetar a situação. O sucesso dominicano ilustra conceito prontamente compreendido e estudado pelos nossos militares: Superioridade Aérea. Podemos transferir este princípio a qualquer outra força-tarefa ou iniciativa interinstitucional conjunta. É bem possível, por exemplo, que uma interinstituição dedicada à força-tarefa de anti-proliferação nuclear ou ciberespacial inclua um *JACCE* para solucionar as dificuldades que ocorrem natural-

mente e que impedem uma integração bem sucedida e o bom emprego do poder aéreo. Em suma, problemáticas complexas à segurança nacional dos Estados Unidos provavelmente criarão maior ênfase em soluções interinstitucionais que incluirão conjunto de habilidades que somente o JACCE da Força Aérea possui. ✪

Notas

1. Joint Publication (JP) 3-08, *Interorganizational Coordination during Joint Operations*, 24 June 2011, I-10–I-11, http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp3_08.pdf.
2. “Countering Transnational Organized Crime,” United States Southern Command, acessado em 4 de abril de 2012, <http://www.southcom.mil/ourmissions/Pages/Countering%20Transnational%20Organized%20Crime.aspx>.
3. United States Southern Command, *Command Strategy 2020: Partnership for the Americas* ([Miami, FL:] USSOUTHCOM, July 2010), 6, http://www.southcom.mil/aboutus/Documents/Command_Strategy_2020.pdf. O termo *threat finance* refere-se a sistemas e redes que afetam, de forma adversa, os interesses norte-americanos, ao apoiar, financeiramente, organizações ilícitas e indivíduos, tais como terroristas e traficantes em narcóticos, armamentos e seres humanos.
4. “Mission,” Joint Interagency Task Force, acessado em 4 de abril de 2012, <http://www.jiatfs.southcom.mil/index.aspx>.
5. “The Role of the Air Component Coordination Element,” Air Force Inspection Agency, 21 June 2010, <http://www.afia.af.mil/news/story.asp?id=123210289>.
6. JP 3-30, *Command and Control for Joint Air Operations*, 12 January 2010, II-15, http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp3_30.pdf.
7. “Air Component Coordination Element.”
8. Lt Gen Mike Hostage, “A Seat at the Table: Beyond the Air Component Coordination Element,” *Air and Space Power Journal* 24, no. 4 (Winter 2010): 18–19, http://www.airpower.maxwell.af.mil/airchronicles/apj/apj10/win10/2010_4_05_hostage.pdf.
9. Evan Munsing e Christopher J. Lamb, *Joint Interagency Task Force–South: The Best Known, Least Understood Interagency Success*, Strategic Perspectives no. 5 (Washington, DC: National Defense University Press, June 2011), 40, <http://www.ndu.edu/inss/docUploaded/Strat%20Perspectives%205%20%20Lamb-Munsing.pdf>.
10. “Air Component Coordination Element.”
11. O ex-Comandante da AFSOUTH, TenGen Glenn Spears e a liderança A-3 permitiram ao JACCE latitude suficiente para perseguir a iniciativa Céus Soberanos. O Cel Bruce Danskine e o Sr. Ken Popelas, líderes do 612º Grupo de Operações em Teatro [612th Theater Operations Group], incentivaram o uso criativo do equipamento da AFSOUTH e adotaram a interoperabilidade com as forças aéreas das nações parceiras. O antigos Diretores do JACCE, TenCel Ronni Orezza e o TenCel Mathew Enenbach reuniram os interessados iniciais. O Agente Brian Bonifant; analista tática Christine Mulder-Meira; Maj Eleanor Peredo, USAF; e

Arnie Sierra e Guillermo Toca do Departamento de Estado dos EUA encabeçaram a tentativa na RD. O TenCel Jonas Reynoso da Força Aérea da República Dominicana; Maj Scott Jendro, USAF; Maj Adam Haughey, Estados Unidos; e Richard Silva trabalharam incansavelmente no Sul da Flórida. Os pilotos instrutores de *F-16* TenCel Michel Torrealday e o TenCel Eric Perlman na Base Aérea Luke, Arizona, foram absolutamente essenciais. Seus currículos preparados sob medida e a perícia aérea profissional do grupo *A-29* ajudaram a criar uma força aérea tática, fortalecendo os vínculos EUA-RD. Hank Attanasio, Jim Knoll, e Linda Helper, juntamente com Don Kelly do Comando de Combate Aéreo, ofereceram excelente apoio. O *C2* da *AWACS* e o controle aproximado *bogey dope* continuam sendo os capacitadores da Iniciativa Céus Soberanos.

12. A ordem da tarefa, assunto do *USSOUTHCOM: Dominican Republic Aerial Mobile Training Team Deployment*, 24 March 2009.

13. Cel Hilton Cabral, amigo e colega de seminário da Escola de Comando Aéreo e Estado-Maior [*Air Command and Staff College*], participou da última missão *AF-37*. Sobreviveu após ser ejetado durante decolagem na Base Aérea San Isidro. Mais tarde veio a ser o primeiro Comandante de Esquadrão de *A-29s* e de *A-3s* da *DRAF*.

14. Hostage, "Seat at the Table."

15. JP 3-08, *Interorganizational Coordination*, xiv.

16. *Ibid.*, ix.

17. O *SOUTHCOM* gastou um total de \$800.000 dólares em dois anos para obter soberania aérea na RD. Levando em consideração que o orçamento total para o *SOUTHCOM* para o ano fiscal de 2011 montou a \$200 milhões, \$800.000 foi investimento razoável para livrar nação parceira de tráfico ilícito de drogas.

18. O *E-3* da *AFSOUTH* executou talvez sua primeira passagem na América Latina para o propósito de demonstrar a cooperação da *USAF-DRAF* e apresentar os Estados Unidos como o parceiro selecionado. Aproximadamente 2,2 milhões de pessoas assistiram ao espetáculo aéreo, o maior evento na RD. A audiência foi maior do que os Carnavais passados e as comemorações do Dia da Independência. David Schultz, *Airshows LLC*, coordenador do espetáculo, entrevista com o autor, 30 de março de 2011.

19. JP 3-08, *Interorganizational Coordination*, xi.

20. Breve relatório, TenCel Jonas Reynoso, *DRAF*, assunto: Dominican Republic Sovereign Skies Brief to Counter Narcotics Trafficking Planning Conference, *JIATFS*, 17 November 2010.

21. "U.S. Diplomats, Interagency Officials Discuss Western Hemisphere Security," United States Southern Command, 9 November 2011, <http://www.southcom.mil/newsroom/Pages/U-S--diplomats,-interagency-officials-discuss-Western-Hemisphere-security.aspx>.

22. Breve relatório, Contra-Almirante Charles Michel, *JIATFS*, assunto: Air Component Campaign Plan Briefing by Interim *AFSOUTH* Comandante Gen Jon Norman apresentou ao Gen Douglas Fraser, 2 de Novembro de 2011.

23. *Ibid.*

24. Essas quantias refletem os preços de cocaína no atacado (\$20.000 dólares por quilo).

25. Considera-se o *JIATFS* o melhor exemplo de cooperação conjunta entre instituições. Como tal, anualmente recebe mais de 10.000 visitantes que desejam aprender com seu sucesso. Para maiores detalhes acerca da *JIATFS*, como o padrão a seguir em cooperação interinstitucional, ver Munsing e Lamb, *Joint Interagency Task Force-South*.

26. Os detalhes acerca de aumento em apoio a componente aéreo são sensíveis, mas o Comandante da *JTF-North* possui agora recursos e capacidade da *USAF* que não possuía antes da inclusão do *JACCE*.



TenCel Edward Boxx, USAF

Recebeu o Bacharelado em Artes da *University of Texas, El Paso* e o Mestrado em Ciências da *Riddle Aeronautical University*. Assumiu Comando do Destacamento 2, Quartéis-Generais da 12ª Força Aérea, Posto Aéreo da Base Naval em Key West, Flórida, em outubro de 2009. É o Director do Elemento de Coordenação do Componente Aéreo [*Air Component Coordination Element*] – *Joint Interagency Task Force South*, responsável pela integração dos recursos da Força Aérea na área de operações conjunta de 42 milhões de milhas quadradas. Gerente de batalha aérea do comando com 3.474 horas de voo e instrutor e/ou avaliador da aeronave *E-8CandE-3B/C*. Tomou parte em numerosas operações de guerra, de contingência, combate a narcóticos e Estado-Maior Conjunto. Diretor de Operações, inclusive *Southern Watch*, *Provide Comfort*, *Tiger Rescue*, *Restore Democracy*, *Iraqi Freedom*, *Enduring Freedom* e *Noble Eagle*, o TenCel Boxx foi selecionado como Bolsista da Força Aérea para 2012 e brevemente fará parte do corpo discente do *Washington Institute for Near East Policy*.

Gostaríamos de receber sua opinião

Distribuição: Texto aprovado para o público. Distribuição irrestrita.

Isenção de Responsabilidade

As opiniões e pontos de vista expressos ou inferidos neste periódico pertencem aos autores e não contam com a sanção oficial do Departamento de Defesa [Department of Defense], Força Aérea [Air Force], Comando de Treinamento e Educação Aérea da Aeronáutica [Air Education and Training Command –AETC], Universidade da Aeronáutica [Air University], ou quaisquer outras agências ou departamentos do governo dos Estados Unidos.

Este artigo pode ser reproduzido, parcial ou totalmente, sem necessidade de autorização prévia. Caso seja reproduzido, o *Air and Space Power Journal – Português* solicita a cortesia de menção.

<http://www.airpower.au.af.mil>

Cyberdeterrence and Cyberwar

Martin C. Libicki

Rand Corporation (<http://www.rand.org/pubs.html>), 1776 Main Street, Santa Monica, California 90401-3208, 2009, 238 páginas, US\$26,40 (brochura), ISBN 978-0-8330-4734-2.

Vamos supor que o leitor seja administrador de sistemas, executando certos testes rotineiros, pertinentes às funções de gerenciamento de dados, quando se depara com algo que, a princípio, parece ser apenas um lapso do sistema. Após exame minucioso, inclusive a verificação dos servidores e equipamento, encontra alterações em alguns códigos e dados, revelando problema mais sério. Seria talvez a ação de *hackers* em busca de diversão, tentativa interna de sabotagem ou ataque cibernético? Neste último caso, retalia ou simplesmente finge que nada aconteceu?

Cyberdeterrence and Cyberwar, de Martin Libicki, aborda os temas, examina a diferença radical entre guerra cibernética e guerra convencional e a dificuldade de implementação e emprego de diretrizes de dissuasão cibernética. No que diz respeito às nações que possuem diretivas, o autor levanta questões como a determinação da identidade do agressor, motivação e a natureza da reação (e.g., retaliar, ignorar o incidente ou fingir que o dano foi negligenciável); a avaliação da importância de tal determinação; a adoção de diretriz “tolerância zero” *versus* a tentativa de distinguir entre verdadeiro ataque cibernético e *hacking*; e como travar guerra cibernética ou implementar estratégia de dissuasão, que inclui a formulação de motivos para sua utilização e o término de guerra sem aparentes sinais de danos, baixas ou (teoricamente) efeitos imediatos.

Libicki conclui, discutindo defesa cibernética, seu desenvolvimento e procedimentos (e.g., “métodos de dissimulação”, “*red teaming*”) [*Red Team* é um grupo composto de membros da organização, treinados e formados, que fornece capacidade independente para explorar alterna-

tivas de planos e operações em ambiente operacional, do ponto de vista do adversário e outros], pp 171 e 173).

O fato do *Cyberdeterrence and Cyberwar* receber o patrocínio do Tenente-General Reformado Robert Elder Jr. da USAF, ex-Comandante da Oitava Força Aérea e Comandante do Componente Prático Conjunto para o Espaço e Ataque Global do Comando Estratégico dos EUA, outorga considerável credibilidade. Os leitores bem informados sobre o tema (ataques levados a efeito por grupos tais como o *Anonymous* e o *LulzSec*) e aqueles que desempenham funções administrativas de sistemas e projetos de informática devem estar bem familiarizados com certas teorias e casos apresentados. O ponto forte da obra é apresentar a evolução rápida e a constante mudança na área de guerra e dissuasão cibernética em formato de fácil compreensão, sem detalhes excessivos de processos em termos técnicos.

No entanto, existem falhas de formatação, organização e uso de abreviações que depreciam o valor do estudo e seu impacto. Por exemplo, a presença de páginas apenas parcialmente preenchidas (e.g., pp 75, 147 e 149) e hifenização desnecessária (e.g., “locked-down” [P. 151], “more-violent” [p. 72], e “flow-rate” [p. 155]) dá a sensação de que o livro é um rascunho e não manuscrito final. Além disso, não consta informação sobre o autor, credenciais, motivação para a redação do livro, ou metodologia empregada. Finalmente, a inclusão de lista de abreviaturas (p. xxiii) já de conhecimento geral é desnecessária. A tendência em deixar de reidentificar abreviações raras cria dificuldades (e.g., “RF” [p. xxiv] , só mencionada outra vez na página 164).

Além do mais, outras falhas, como a ausência de índice, além de gráficos confusos e mal explicados no Apêndice B, certamente prejudicam e aumentam a impressão desfavorável. *Será que Cyberdeterrence and Cyberwar* é relevante para a comunidade da Força Aérea? Apesar dos problemas acima mencionados, o livro oferece questões e teorias interessantes de guerra e dissuasão cibernética bem como o que significa para as atuais operações militares e a população civil. Recomendo a

leitura a todo o pessoal militar, mesmo aos não diretamente envolvidos em segurança de sistema ou informática em geral.

Mel Staffeld
Council Bluffs, Iowa

Gostaríamos de receber sua opinião

Distribuição: Texto aprovado para o público. Distribuição irrestrita.

Isenção de Responsabilidade

As opiniões e pontos de vista expressos ou inferidos neste periódico pertencem aos autores e não contam com a sanção oficial do Departamento de Defesa [Department of Defense], Força Aérea [Air Force], Comando de Treinamento e Educação Aérea da Aeronáutica [Air Education and Training Command –AETC], Universidade da Aeronáutica [Air University], ou quaisquer outras agências ou departamentos do governo dos Estados Unidos.

Este artigo pode ser reproduzido, parcial ou totalmente, sem necessidade de autorização prévia. Caso seja reproduzido, o Air and Space Power Journal – Português solicita a cortesia de menção.

<http://www.airpower.au.af.mil>

My Life as a Spy: One of America's Most Notorious Spies Finally Tells His Story

John A. Walker Jr.

Prometheus Books ([http:// www.prometheusbooks.com](http://www.prometheusbooks.com)), 59 John Glenn Drive, Amherst, New York 14228-2197, 2008, 349 páginas, US\$25,98 (capa dura), ISBN 978-159102-659-4.

Um livro intenso, fascinante e controverso, *My Life as a Spy*, de John Walker reflete o importante diálogo político referente à segurança da informação. Além do mais, capta a atenção por vários motivos: como relato de espionagem verdadeira, faz com que o leitor cogite como Walker conseguiu vender segredos à União Soviética com impunidade. Tentarão comparar a experiência do autor com a imagem do espião retratada pela cultura popular e meios de comunicação, quer fictícios ou não; o elemento de suspense na narrativa não só oferece a perspectiva de programa de espionagem bem sucedido, mas também aborda os erros que levaram Walker à ruína; o livro possui apelo pessoal, revelando quem era esse mestre em espionagem e porque arriscou a própria vida, assim como a de amigos e familiares. Salientamos que os planos de Walker para expandir a rede de espionagem, a longo prazo, abrangiam até mesmo o próprio filho; levanta questões políticas que estimulam o raciocínio, abordando a desonestidade dos políticos, a tendência histórica dos Estados Unidos de exagerar a gravidade da ameaça soviética, as medidas de segurança anêmicas da Marinha, a prática de longa data do Departamento de Defesa de ultra-classificar arquivos, muito mais do que o necessário, bem como a seguinte questão: Será que a exposição de documentos secretos realmente danifica a segurança nacional? Muitas das questões políticas descritas por Walker continuam a recorrer. O debate atual da divulgação de registros militares e diplomáticos pelo *Wikileaks* comprova o fato, o que leva à questões que os governos mundiais enfrentam para decidir o patamar de acesso apropriado nesta era moderna da informação. Na verdade, deve-se questionar a existência de segredos, dada a proliferação de computadores e conexões da *Rede*. Walker obteve dados, fotocopiando

documentos e tomando fotos com microcâmera. Atualmente, dispositivos como câmeras *pinhole*, câmeras de espionagem e equipamento altamente tecnológico estão disponíveis ao público. Os usuários de computadores contam com acesso à vasta gama de dados, inclusive documentos, arquivos de áudio e vídeo em tempo real de agências de transmissão e *webcams*, sem mencionar fotos via satélite – tudo facilmente colocado na *Internet* em segundos.

Assim, os governos devem considerar a possibilidade de que as informações facultadas ao público assistiriam diferentes povos em seu avanço a governos democráticos e/ou à derrota de ditadores. O acesso instantâneo à informação também pode levar a estado de agitação perpétuo, instigado por indivíduos que exigem gratificação e resultados imediatos. Consequentemente, os governos devem decidir se é mais importante controlar a informação, classificando-a de secreta ou manipular os dados disponíveis ao público.

Walker alega que divulgou dados secretos para assegurar à União Soviética que os Estados Unidos não estavam planejando um primeiro ataque [nuclear]. O argumento que apresenta em sua defesa é o seguinte: Se os dois países souberem mais a respeito um do outro, a probabilidade de travarem guerra seria menor. Os leitores é que devem decidir se ele está somente racionalizando suas ações ou genuinamente promovendo o melhor uso de dados.

Recomendo *My Life as a Spy* porque mantém o interesse do leitor em diferentes níveis e porque explora, de forma que intriga, uma série de questões políticas.

Este livro, que vale a pena, será de interesse a público variado.

Major Herman Reinhold, USAF, Reformado.
Athens, New York

Gostaríamos de receber sua opinião

Distribuição: Texto aprovado para o público. Distribuição irrestrita.

Isenção de Responsabilidade

As opiniões e pontos de vista expressos ou inferidos neste periódico pertencem aos autores e não contam com a sanção oficial do Departamento de Defesa [Department of Defense], Força Aérea [Air Force], Comando de Treinamento e Educação Aérea da Aeronáutica [Air Education and Training Command –AETC], Universidade da Aeronáutica [Air University], ou quaisquer outras agências ou departamentos do governo dos Estados Unidos.

Este artigo pode ser reproduzido, parcial ou totalmente, sem necessidade de autorização prévia. Caso seja reproduzido, o Air and Space Power Journal – Português solicita a cortesia de menção.

<http://www.airpower.au.af.mil>